

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

A trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS: entre mediações e (re) configurações

Carla Michele Rech

Pelotas, 2013

CARLA MICHELE RECH

A trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS: entre mediações e (re) configurações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (área do conhecimento: Sociologia).

Orientador: Profº. Drº. Pedro Robertt

Pelotas, 2013

Catálogo na Publicação
Maria Fernanda Monte Borges
CRB - 10/1011

R296t Rech, Carla Michele
A trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da região
Sul do RS : entre mediações e (re)configurações / Carla
Michele Rech ; orientador Pedro Robertt. - Pelotas, 2013.
167 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de
Pelotas, Pelotas, 2013.

1. Mediação 2. Participação social 3. Configuração
4. Agricultura familiar I. Robertt, Pedro (orient.) II. Título.

CDD 305.56

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (UFRGS)

Prof. Dr. Ricardo Mayer (UFPeI)

Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz (UFPeI)

Prof. Dr. Pedro Robertt - Orientador (UFPeI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. João Carlos Costa Gomes, que me abriu as portas da Embrapa Clima Temperado e me apresentou o Fórum de Agricultura Familiar, e ao Dr. Lírio José Reichert que me levou à Estação Experimental Cascata e me apoiou incondicionalmente, junto com todos os “embrapianos” e “embrapianas” com quem convivi desde 2003 e contribuíram para construção da minha trajetória profissional e pessoal.

Aos companheiros e companheiras ligados de alguma maneira ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que acreditaram na estratégia de desenvolvimento territorial, me envolveram nela e apoiaram meu trabalho e meus estudos. Agradeço especialmente ao meu amigo e mestre na arte de mediar, Ruben Wiest e ao meu grande amigo e professor Nilton Pinho de Bem.

Aos meus grandes amigos, doutores na prática em organização social da agricultura familiar, processos de mediação e participação popular: Rita Surita, Karin Peglow e Ellemar Wojhan, que acreditam que o meio rural pode ser um espaço de vida digna e lutam por isso. Agradeço seus conselhos, orientações e apoio ao meu trabalho e estudos, com amor sempre fraternal.

Ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e toda sua equipe, pelo acolhimento, parceria, diálogo, carinho e abraços negros.

Ao Fórum de Agricultura Familiar, pela oportunidade de conhecer tantas organizações e grupos que lutam por justiça social, em favor da agricultura familiar e da Agroecologia. Mais do que uma dissertação, fiz amigos e companheiros durante esses dez anos de convivência e aprendizado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Robertt que acreditou no projeto e me ensinou a olhar sociologicamente o Fórum e toda sua complexidade. Agradeço seu acolhimento, atenção, dedicação, parceria e amizade.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia pelos ensinamentos, especialmente ao Prof. Dr. Léo Peixotto pela sua insistência em sermos sempre melhores.

Ao Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva, pelo acolhimento, apoio e orientações.

E, sobretudo, agradeço ao meu companheiro de todas as horas, Jeferson Santos Jerônimo, que com muito amor e paciência me ajudou a superar medos, angústias, mau-humores, cansaços,... Obrigado por tudo!

RESUMO

RECH, Carla. **A trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS: entre mediações e (re) configurações.** 2013. 167f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta dissertação apresenta os resultados de pesquisa de uma experiência de gestão local, participação cidadã e políticas públicas no extremo sul do Brasil. Trata-se de um estudo de caso realizado junto ao Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, criado em 1995 e que a partir de 2004 adquiriu uma interface socioestatal - passando a atuar como colegiado territorial do território Zona Sul do Estado. Partimos do pressuposto teórico de que os processos de gestão local e participação cidadã envolvem uma complexidade de fenômenos, que configuram relações que se estabelecem entre os agentes, muitos deles promovidos por processos de mediação social. Estas relações geram interdependências multidimensionais, que para além dos aspectos econômicos e políticos, envolvem questões culturais e afetivas. Utilizamos como referencia teórica os pressupostos da epistemologia crítica (DE LA GARZA); da sociologia da interdependência (ELIAS); e pesquisas realizadas em processos participativos de implementação de políticas públicas no mundo rural brasileiro (SILVA, FAVARETO; DEMARCO, MATTEI; CAZELLA, SCHNEIDER, SCHMITT). Também foram utilizados aportes teóricos da sociologia norte-americana relativos à interdependência entre o contexto político institucional e os repertórios de ação coletiva (MCADAM, TARROW, TILLY, SKOCPOL) e das relações de mediação social (NEVES, NUSSBAUMER; ROS). Como procedimentos metodológicos, privilegiou-se a análise documental, a observação participante e retrospectiva e a realização de entrevistas (focadas e por pauta). O Fórum é caracterizado pela realização de reuniões mensais, nas quais participam organizações governamentais e não governamentais ligadas aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas. Analisou-se uma série de nove anos de atividades desse fórum (2004-2012). Os resultados demonstram que nesse período houve um crescimento significativo das organizações participantes. Cabe destacar que no período analisado integraram-se, em 2004 organizações ligadas à pesca artesanal e em 2007 comunidades quilombolas, as quais nunca haviam participado de outros espaços de gestão e mudaram o rosto do Fórum. Os dados obtidos demonstraram que essa inclusão foi oportunizada por meio da ação de um centro vinculado aos pequenos agricultores, enquanto mediador social. O Fórum, por sua vez, foi capaz de incluí-los nos processos de gestão desse espaço e de debate e deliberação das políticas públicas disponibilizadas. A análise da trajetória do Fórum nos aponta para as especificidades e influência de diversos fatores no processo de participação social, rompendo com qualquer explicação pela dependência imediata e espontânea entre os grupos, contribuindo para estudos na área.

Palavras-chave: mediação, configuração, agricultura familiar, participação social

Lista de Figuras

Figura 1	Esquema de representação das configurações	20
Figura 2	Componentes das políticas contestatórias	45
Figura 3	Modelo de análise relacional das experiências de participação	60
Figura 4	Face externa do primeiro folder do Fórum, elaborado em 1998	90
Figura 5	Face externa do Fórum de Agricultura Familiar elaborado em 2005	106
Figura 6	Foto do representante do Fórum de Agricultura Familiar no evento com presidente da república	119
Figura 7	Foto da coordenadora do CAPA entregando o PTAI ao presidente da república	119
Figura 8	Quadro com a lista das entidades participantes das atividades do Fórum em 2008	121
Figura 9	Representação esquemática da organização da “Rede Solidária” em 2003	141
Figura 10	Ilustração da Rede regional de pescado	142
Figura 11	Ilustração do processo de reconhecimento público e apoio às comunidades quilombolas	145

Lista de Quadros

Quadro 1	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2004	93
Quadro 2	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2005	103
Quadro 3	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2006	108
Quadro 4	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2007	112
Quadro 5	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2008	116
Quadro 6	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2009	125
Quadro 7	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2010	127
Quadro 8	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2011	131
Quadro 9	Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2012	133
Quadro 10	Lista das organizações que participam das atividades do Fórum (2004–2012)	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	16
1.1. Partindo do conceito de configuração: a epistemologia crítica e a sociologia da interdependência de Norbert Elias	16
1.2. As relações de mediação social	27
1.3. A interdependência entre o contexto político institucional e a participação social	43
1.3.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: uma experiência brasileira de resposta do Estado à política contestatória da agricultura familiar	50
1.4. A construção do problema sociológico	62
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	66
2.1. O estudo de caso nas Ciências Sociais	66
2.2. A observação como método de investigação	69
2.3. A observação retrospectiva	72
2.4. A análise documental	78
2.5. O uso das entrevistas qualitativas	80
3 O CASO “FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL”: ENTRE (RE) CONFIGURAÇÕES E MEDIAÇÕES.....	85
3.1. Configuração 1: Da fundação do Fórum ao processo de rearticulação (1995-início de 2004)	87
3.2. Configurações anuais do Fórum (2004-2012)	95
3.2.1. Configuração 2: estreitando os laços com o governo federal, pesca artesanal e assentados de reforma agrária (maio a dezembro de 2004)	95
3.2.2. Configuração 3: aumenta-se o número de eventos, a pesca artesanal ganha espaço e os assentados de reforma agrária recuam (2005)	102

3.2.3. Configuração 4: os assentados de reforma agrária retomam a participação no Fórum e amplia-se a coordenação do mesmo (2006).....	107
3.2.4. Configuração 5: as comunidades quilombolas se integram ao Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS (2007).....	111
3.2.5. Configuração 6: aumenta o número de participantes no Fórum com o lançamento do programa "Territórios da Cidadania" e a coordenação se amplia (2008).....	115
3.2.6. Configuração 7: o Fórum volta a se reunir na Estação Experimental Cascata (2009).....	124
3.2.7. Configuração 8: Uma nova pauta para o Fórum: "a luta pela preservação das sementes crioulas e contra o milho transgênico" (2010)	126
3.2.8. Configuração 9: o governo do estado retoma a participação no Fórum (2011).....	129
3.2.9. Configuração 10: o governo do estado amplia sua atuação no Fórum (2012).....	132
3.3. Interpretando os resultados.....	136
3.3.1. A influência do contexto político institucional e de mediadores sociais nos processos participativos	136
3.3.2. A ação de mediação social do CAPA junto aos pescadores artesanais e às comunidades quilombolas	139
3.3.3. Geração de resultados, diferenciações e tensionamentos	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS.....	161

INTRODUÇÃO

Os processos participativos envolvem uma complexidade de fenômenos, configurando as relações que se estabelecem entre os agentes, muitos deles promovidos por processos de mediação social. Estas relações geram interdependências multidimensionais, que para além dos aspectos econômicos e políticos, envolvem questões culturais e afetivas.

Quando, neste conjunto, se estabelecem também relações com o Estado visando a implantação de políticas públicas, se complexificam ainda mais os elementos que compõem as configurações estabelecidas. Enquanto cientistas sociais nos instigamos em compreender os elementos que, sem prescindir da valorização da margem de indeterminação, possam contribuir na interpretação destes processos.

Diversos estudos têm demonstrado a efervescência de processos participativos desencadeados a partir da redemocratização brasileira, na década de 1990. No Brasil, é consenso na literatura que a promulgação da Constituição Federal de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado ao introduzir novos instrumentos de gestão social das políticas públicas.

Em diferentes partes do país, pequenos agricultores organizados se mobilizavam em torno da constituição de uma nova categoria social denominada de agricultura familiar. Produto de lutas sociais, a emergência do que antes se denominava de “pequenos agricultores” no cenário nacional culminou entre outras ações, na formulação do Pronaf, em decorrência do reconhecimento dessa categoria pelo Estado brasileiro.

No meio acadêmico, a agricultura familiar passou gradativamente a ocupar espaço nas pesquisas, tornando-se tema relevante na área dos estudos sociais, a partir dos anos 1990.

Nesse contexto, pesquisas relacionadas às dinâmicas institucionais e à participação dos agentes ligados ao mundo rural têm demonstrado que, especialmente em contextos de implementação de políticas públicas, determinados repertórios de ação coletiva são estimulados pelo Estado, oportunizando práticas participativas de segmentos até então excluídos.

Em meio a esse movimento nacional, destaca-se a organização social dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Na região sul do estado, em meados da década de 90 do século XX, um pequeno grupo de pessoas ligadas às organizações que apoiavam pequenos agricultores da região, em conjunto com a chefia geral e pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, decidiram criar um espaço de debate e de elaboração de propostas para incidir na agenda de pesquisas da Embrapa, na perspectiva de inserir o tema da agricultura familiar.

O local dos encontros foi a Estação Experimental Cascata (EEC) da Embrapa Clima Temperado. Nascia assim, em 1995, o Fórum Regional da Agricultura Familiar. Esse Fórum é caracterizado pela realização de reuniões mensais, nas quais participam organizações governamentais e não governamentais ligadas aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

A partir de 2004 o Fórum adquiriu uma interface socioestatal, passando a atuar como colegiado territorial do território Zona Sul do Estado. Este processo decorreu da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, uma proposta de descentralização do governo federal brasileiro (2003-2011).

A investigação junto ao Fórum se justifica, em primeiro lugar, pela sua manutenção ao longo de quase duas décadas, sem interrupção na realização de suas atividades e pela integração de diferentes atores sociais num mesmo espaço social.

Além disso, em segundo lugar, mostram-se necessários no Brasil do início do século XXI, estudos específicos de situações sociais que envolvam relações com o Estado, especialmente voltados à agricultura familiar. Cabe destacar que até o presente estudo não havia nenhuma investigação sobre o Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul.

O objeto de estudo da pesquisa apresentada nesta dissertação é a trajetória desse Fórum e as modificações ocorridas especificamente no período de 2004 a 2012, sem desconsiderar o momento de sua constituição até o momento de início das análises. No início surgiu, então, a pergunta que motivou o estudo: o que fez com que o Fórum se mantivesse durante todos

esses anos? A partir desse questionamento construiu-se o problema de pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa foi o de caracterizar as diferentes configurações do Fórum em cada um dos anos investigados, buscando identificar e compreender quais foram as principais condições de possibilidade que oportunizaram a manutenção desse espaço por quase duas décadas.

A partir desse objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar as organizações que frequentaram as atividades do Fórum no período investigado e analisar o processo de gestão desse espaço social; (b) identificar o número de eventos realizados e os principais pontos de pauta no período buscando compreender a dinâmica e as práticas estabelecidas pelo Fórum; (c) analisar as parcerias públicas e os recursos mobilizados pelo Fórum e parceiros e (d) identificar os principais resultados obtidos no período.

As indicações realizadas pela banca de qualificação do projeto resultaram na definição das hipóteses norteadoras da pesquisa. As duas hipóteses centrais que guiaram a presente investigação em relação a essa pergunta foram que a manutenção do Fórum se deveu, em parte pela influência do contexto político-institucional, e, em parte pela ação de mediadores sociais, especialmente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), no referente ao ingresso de novos grupos.

Para construção do objeto científico utilizou-se como ponto de partida o que se considera no campo científico de epistemologia crítica, perspectiva de interpretação de processos sociais em constante transformação como é o caso do Fórum da Agricultura Familiar. Buscou-se estabelecer uma relação dialética entre conhecer, sentir e agir.

Além disso, outro ponto central da pesquisa em termos teóricos, foi a utilização dos conceitos de configuração propostos por De la Garza e Elias. Este conceito permite olhar a realidade em movimento, como espaço de possibilidades, na qual se leva em consideração o passado e o presente, mas um presente sempre em transformação; como articulação entre estruturas, subjetividades e ações, tal como define De la Garza.

Ao mesmo tempo, esta perspectiva permitiu compreender a realidade como um processo interdependente de indivíduos e grupos que se relacionam,

por meio de ligações emocionais, políticas e/ou econômicas, num espaço permeado por tensões e conflitos, onde existe um equilíbrio de poder flutuante, cuja relação num dado momento constitui uma configuração que é mutável e transitória, conforme propõe Elias.

Adicionalmente foi utilizado o aporte teórico do conceito de mediação social, tendo em vista que ao investigarmos as relações formadas entre os indivíduos e grupos podemos, dependendo da situação, verificar que as interdependências existentes se formaram pela disposição de determinado grupo ou indivíduo de ligar outro grupo ou indivíduo àquela determinada relação, seja qual for a motivação.

Contudo, este ambiente de trocas e interdependências geralmente sofre a influência do contexto político institucional, que pode atuar estrangulando ou estimulando e até potencializando determinados tipos de mediação social e diferentes repertórios de ação coletiva, e para tanto, utilizaram-se também os aportes de pesquisas realizadas nessa linha interpretativa, visando iluminar as análises do caso específico.

As estratégias metodológicas selecionadas para a condução da pesquisa procuraram articular a dimensão quantitativa e a qualitativa. Para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada adotamos a abordagem da pluralidade metodológica. Esta pluralidade foi uma orientação central da pesquisa, da qual decorreu não só o conjunto das técnicas a serem utilizadas, mas também o tipo de tratamento conferido aos dados.

Trata-se de um estudo de caso, de uma situação social singular, específica e de abrangência regional, uma configuração particular localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Como fonte de obtenção e interpretação dos dados foram utilizados predominantemente a observação participante e retrospectiva, acompanhada da análise documental e a realização de entrevistas qualitativas (focadas e por pauta) com atores-chave.

A partir da análise documental foram construídos ainda, quadros e um gráfico, bem como resgatadas figuras que ilustram as diferentes configurações do Fórum, no recorte temporal compreendido entre 2004 e 2012. Esses quadros auxiliaram a visualização e o processo de demonstração científica.

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro deles são apresentadas as considerações teóricas e os principais argumentos científicos que nortearam a pesquisa realizada e permitiram a análise dos dados encontrados. No capítulo dois são explicitadas as diferentes metodologias utilizadas para obtenção e tratamento dos dados. No terceiro capítulo apresentamos o caso do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS, com a descrição dos fatos ocorridos e das configurações que se formaram em cada um dos anos investigados, com base nos documentos disponíveis, na observação e em entrevistas realizadas.

Após a apresentação dos dados, são destacadas as hipóteses que delinearão a argumentação acerca dos elementos que determinaram as configurações descritas, do ponto de vista da pesquisadora: a interdependência do contexto político-institucional e a ação de mediadores sociais, no caso deste estudo, a contribuição da ação do CAPA junto às comunidades quilombolas e aos pescadores e pescadoras artesanais.

Encerramos o terceiro capítulo com a apresentação dos resultados obtidos pelo Fórum no período investigado, diferenciações e tensionamentos existentes nesse espaço social. Cabe destacar que além das hipóteses iniciais, outros quatro elementos surgiram do trabalho de campo e foram identificados como responsáveis pela manutenção do Fórum: a capacidade deste de gerar resultados, de manter uma agenda mais ampla e diversificada do que a mera gestão dos recursos de um programa, capacidade de renovar as parcerias, concomitantemente às mudanças no contexto político-institucional e de se adaptar à entrada de novos grupos, como os assentados de reforma agrária e pescadores artesanais em 2004 e das comunidades quilombolas em 2007, incluindo-os inclusive na coordenação.

Na última parte da dissertação são retomadas as principais questões identificadas durante a pesquisa, a título de considerações finais.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1. Partindo do conceito de configuração: a epistemologia crítica e a sociologia da interdependência de Norbert Elias

Chegamos ao século XXI permeados de incertezas teóricas e rupturas epistemológicas. A ausência de grandes discursos teóricos e de metarrelatos, consagrados como verdades absolutas e de dogmas a serem seguidos sem dúvidas acerca do conhecimento produzido faz parte da realidade multiparadigmática da teoria sociológica contemporânea.

No entanto, mesmo frente à esta ausência, nos colocamos com o firme propósito de produzir contribuições pertinentes, paradoxalmente sempre em busca de uma fundamentação epistemológica para nossas teorias e metodologias.

Faz-se necessário achar um ponto de partida, que será sempre parcial; uma perspectiva possível de interpretação de processos sociais em constante transformação. Nesta seara de incertezas e novas possibilidades, nos parece razoável partir para o que se considera no campo científico de epistemologia crítica.

Segundo De la Garza (2001, p.2-3, tradução da autora),

(...) interessa à epistemologia crítica a transformação da realidade, porém não qualquer ou como simples observação da mudança, senão aquela que sendo desejável seja viável para construir um mundo melhor para todos (...) se interessa pela constituição de sujeitos sociais transformadores, porque sem entender estes processos não se compreenderia também a mudança social.

Frente ao conjunto de possibilidades que se coloca ao pesquisador, epistemologicamente, tal como destaca De la Garza (2001, p.2), “o problema é como captar a realidade em transformação, impulsionada por fatores estruturais e as vezes subjetivos, tanto em quanto ação como em quanto subjetividade”.

Desde a institucionalização da sociologia como disciplina científica, diferentes abordagens têm sido utilizadas para compreensão da realidade social. Durante o século XIX e boa parte do século XX, as perspectivas mostravam-se amparadas pelas dualidades e binômios impostos pelos

fundamentos teóricos apresentados. As explicações se davam, por exemplo, a partir da ação ou estrutura; ou da objetividade ou subjetividade; longe de uma conciliação possível para a compreensão dos processos.

Adicionalmente, as abstrações e subjetividades do pesquisador, no sentido da observação e proximidade com o campo da pesquisa e acompanhamento de processos sociais, durante boa parte do século XX foram alvo de críticas e de limites à produção científica de conhecimento válido.

Elias (1998, p. 25) rompe com algumas dessas noções, especialmente com relação à proximidade com o objeto pesquisado. Acerca dessa relação, o autor expõe o seguinte:

(...) os sociólogos (...) participam dos fatos que estudam, estando pessoalmente expostos aos perigos que os objetos de seu estudo representam para eles. É compreensível, portanto, que em seu campo prevaleça uma abordagem mais envolvida.

Considerando que a realidade é dinâmica, e que a contingência e a precariedade estão dadas no contexto, permeadas de contradições, heterogeneidades e descontinuidades, a proposta da epistemologia crítica é,

(...) pensar o espaço através de fatores estruturais, que não serão senão regularidades para determinados níveis de abstração – que se atualizam cotidianamente através de interações – incluindo a capacidade de entendimento pelas particularidades (...) e conceber que objetividade e subjetividade se articulam de diversas formas para produzir a mudança social (DE LA GARZA, 2001, p.3-4).

Retomando a questão inicial, da perspectiva epistemológica, cabe destacar que durante mais de um século o positivismo determinou em boa medida, a forma de se produzir conhecimento científico em ciências sociais, expondo universalidades e leis capazes de explicar a realidade social. Contemporaneamente, se apresentam três caminhos alternativos diferentes, segundo a exposição de De la Garza (2001, p. 9): o pós-estruturalismo epistemológico; a hermenêutica e o construtivismo. Segundo o mesmo autor,

(...) há muitas orientações críticas e outras reconstrutivistas, no entanto, a que nos interessa parte de uma realidade em movimento, pensável através de processos articulados de diversas temporalidades e determinadas direcionalidades. Esta epistemologia crítica não somente concebe a realidade em transformação senão especificamente através da articulação entre estruturas e sujeitos (DE LA GARZA, 2001, p. 9).

Esta perspectiva de vislumbrar a realidade em movimento, como espaço de possibilidades, em transformação, como articulação entre estruturas, subjetividades e ações, no que De la Garza (2001, p.11), aponta como “uma

relação dialética entre conhecer, sentir e agir, onde os pólos epistemológicos e metodológicos desta perspectiva estarão, por um lado, na estrutura e função da teoria e, por outro, na sua relação com o sujeito em constituição” apresenta-se como uma possibilidade viável de iluminação da pesquisa ora desenvolvida, dada suas características.

No entanto, as escolhas nos colocam problemas de ordem teórica e metodológica, tal como já destacado por De la Garza (2001, p.11), especialmente no sentido de como dar conta dos processos em termos conceituais e qual a influência da subjetividade na elaboração da teoria, ou seja, de como o sujeito influencia na própria construção teórica através da prática.

De la Garza (2001, p.11) retoma Zemelman, para minimizar os problemas decorrentes da abordagem do real a partir da epistemologia crítica. Para o autor, este teórico,

(...) tem feito propostas metodológicas para resolver alguns dos problemas mencionados (...) o método aparece como uma reconstrução de teoria, não como dedução através de hipóteses, da teoria, senão uma reconstrução em função da própria realidade.

Nesta estrutura aberta de teoria é que se apresenta o conceito de configuração, tal como apresentado por De la Garza (2001), uma ideia de continuidade entre termos teóricos e linguagem comum, como pode ser observado na seguinte argumentação:

(...) recuperando a ideia de *continuun* entre inobserváveis e observáveis na teoria e extendendo-o ao *continuun* entre termos teóricos e de linguagem comum (...) onde o espaço de possibilidades para a ação não possa ser visto como uma jaula de ferro para a ação, de uma dureza estrutural tal que impeça a criação (...) também não podem descartar-se relações menos precisas vinculadas com o sentido comum ou as formas cotidianas de raciocínio, como por exemplo, as analogias (...) o uso de relatos, a intertextualidade (...) o discurso empirista (...) com componentes interpretativas e de argumentação (DE LA GARZA, 2001, p. 14-16).

Esta noção amplia as possibilidades interpretativas do investigador, ao ponto de considerar elementos diversos para a construção de sua argumentação em torno do objeto de estudo, considerando como processos as ambiguidades e incertezas, se acoplando à proposta de desconstrução de conceitos acima descrita, que “mostre o claro e o ambíguo, o preciso e o obscuro, a incerteza e a contradição da realidade (...) se articulando à capacidade do sujeito de dar sentido” (DE LA GARZA, 2001, p.17-18).

Cabe destacar que neste tipo de abordagem do real, não se trata de assimilar o conhecimento científico ao ordinário, a um lugar comum, mas sim, considerar que,

(...) além de conter elementos de valores, sentimentos ou estéticos, o conhecimento científico concreto para a ação coloca ênfase na construção cognitivo-valorativa-sentimental para a ação concreta, através de uma exploração das estruturas, ações e subjetividades em transformação que apontam a ideia de configurações que mostrem as opções viáveis aos sujeitos, onde sua própria transformação é causa e efeito neste processo (DE LA GARZA, 2001, p. 22).

O termo configuração ou figuração, como conceito flexível e aberto, também foi amplamente utilizado por Norbert Elias como um dos seus conceitos sociológicos fundamentais. Para Elias, sociólogo de reconhecimento tardio no final do século XX e início do século XXI, “o desenvolvimento do conhecimento científico, seja ele sobre a natureza ou sobre a sociedade, tem que ser considerado como uma transição para uma nova fase na busca geral do conhecimento efetuada pela humanidade” (2008, p.59).

Durante sua trajetória científica, Elias preocupou-se em propor novos modelos de interpretação, que se distanciassem das dicotomias presentes nos processos científicos de pensar as sociedades até então. Para ele: "O conceito de figuração distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação" (ELIAS, 2006, p. 25).

Destaca também que “o conceito de configuração chama a atenção para interdependência das pessoas (...) coloca o problema das interdependências humanas no centro da teoria sociológica” (ELIAS, 2008, p. 144 - 147).

O conceito de configuração, tal como proposto pelo autor,

(...) serve, portanto, de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o «indivíduo» e a «sociedade» fossem antagônicos e diferentes. (...) e pode ser aplicado tanto a grupos relativamente pequenos como a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes (ELIAS, 2008, p. 141-143).

Para o autor (ELIAS, 2008, p. 73-74), ocorreu ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade humana e das ciências sociais um conjunto de transformações e processos de consciência, ligados a cadeias de interdependências, nas quais as pessoas conjuntamente formaram várias

espécies de relações funcionais¹ internamente consistentes, grandemente autorreguladas e relativamente autônomas e configurações em constante mudança.

Nesta perspectiva, “as configurações de seres humanos interdependentes (...) o estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros”, seriam o campo de estudo da sociologia (ELIAS, 2008, p. 79).

O autor destaca também que, “os indivíduos, devido à sua interdependência e ao modo como as suas ações e experiências se interpenetram, formam um tipo de configuração, uma espécie de ordem dominante” (ELIAS, 2008, p. 79).

Em um esforço didático, Elias procura mostrar como as interdependências ocorrem, o que pode ser observado na figura abaixo:

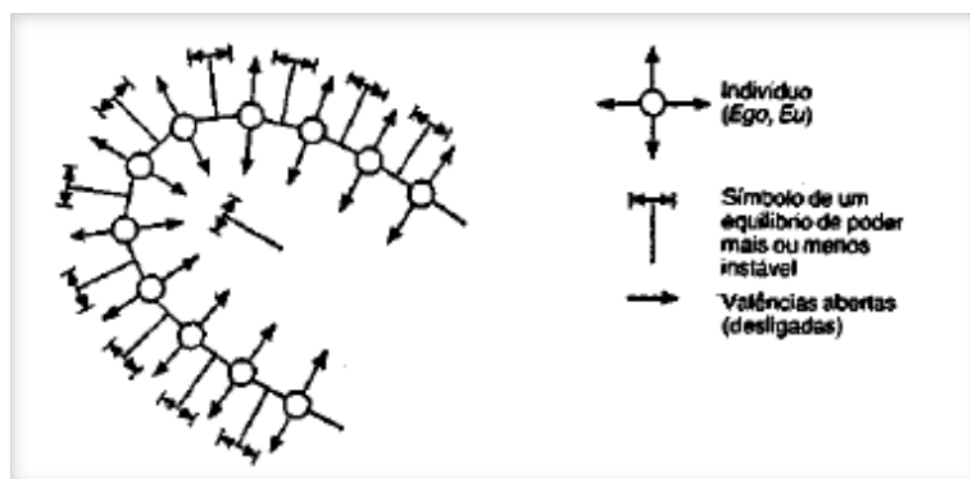


Figura 1. Esquema de representação das configurações
Fonte: ELIAS (2008, p. 15).

Cabe destacar que para o autor,

“Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas. Diferentemente das configurações de outros seres vivos, essas figurações não são fixadas nem com relação ao gênero humano, nem biologicamente. Vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar pequenas famílias; tribos podem se tornar Estados. Seres humanos biologicamente invariáveis podem formar figurações

¹ Sobre relações funcionais, destaca-se que para Elias, “o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de *relação*. Só podemos falar de funções sociais quando nos referimos a interdependências (...) à multipolaridade de todas as funções” (ELIAS, 2008, p. 84 – 85).

variáveis. Essas figurações possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem de tipo particular, formando, respectivamente, o campo de investigação de um ramo da ciência de tipo particular, as ciências sociais em geral e, também, a sociologia" (ELIAS, 2006, p. 26).

Outro elemento importante da teoria e método propostos por Elias é o desenvolvimento de interpretações a partir de uma perspectiva diacrônica – através do tempo – processual e relacional. Segundo o autor,

(...) os fatos com que os sociólogos e outros cientistas sociais se preocupam dificilmente podem ser entendidos, e certamente não serão explicados, se a diferença experimentada entre presente e passado não for neles projetada - se os tempos presentes forem percebidos, como têm sido, isoladamente. Assim, a reconstrução, na forma de modelos, dos processos que conduzem do passado, ao longo dos poucos dias daqueles que estão vivos, ao futuro, é tarefa indispensável dos sociólogos (ELIAS, 1998, p. 24),

Elias (1998) procura explorar o modo como as sociedades configuram-se, considerando as relações entre os indivíduos e a estrutura que os envolve historicamente, bem como as tensões que tais configurações carregam.

Para o autor as tensões sociais que as sociedades desenvolvem, contêm em si mesmas as forças propulsoras para uma nova configuração. Conforme , destaca,

(...) da interpenetração de inúmeros interesses e intenções individuais— sejam eles compatíveis ou opostos e hostis — algo vai decorrendo que, ao revelar-se, se verifica não ter sido planejado nem requerido por nenhum indivíduo. No entanto apareceu devido às intenções e actos de muitos indivíduos. E isto, na verdade, representa todo o segredo da interpenetração social — da sua obrigatoriedade e regularidade, da sua estrutura, da sua natureza processual e do seu desenvolvimento; isto é o segredo da sociogênese e da dinâmica sociais. (ELIAS 2008, p.12).

Para compreendermos melhor, Elias utiliza exemplos de jogos de cartas e desafios do jogo de futebol para expressar as interdependências que conformam as configurações: “se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes” (ELIAS, 2008, p. 141–142). Para ele, os processos configuracionais assemelham-se a jogos complexos.

A proposta do autor é que,

(...) utilizando a imagem dos participantes dum jogo como metáfora das pessoas que formam as sociedades, é mais fácil repensar as ideias estáticas que se associam à maior parte dos conceitos correntes usados neste contexto. Elas deverão transformar-se nos conceitos muito mais versáteis de que necessitamos, se queremos melhorar o equipamento mental com que tentamos resolver os problemas da sociologia (ELIAS, 2008, p. 100).

Adicionalmente, o conceito de interdependência e a noção de multipolaridade introduzida na teoria sociológica de Elias ampliam as possibilidades de interpretações acerca das dinâmicas sociais:

É isto que expressa o conceito de interdependência: como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo — ou, na realidade, de muitos outros indivíduos —, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência (ELIAS, 2001, p. 158).

Elias (2008, p. 117) parte do princípio de que “um aspecto singular da humanidade é que os seres humanos são, de certo modo, mutáveis *por natureza*”. A ideia de mudança, de movimento, também está diretamente relacionada ao conceito de configuração, conforme expressa o autor:

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto de jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrelaçado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou adversários (ELIAS, 2008, p. 142).

Outro termo incorporado ao conceito de configuração é o de *poder*. Para Elias (2008, p. 80), “ele [o poder] constitui um elemento normal de todas as relações humanas” e por isso deve ser considerado nas dinâmicas sociais.

Segundo o autor, “para muita gente, o termo «poder» tem um aroma desagradável”, (ELIAS, 2008, p. 80), dada a maneira como foi utilizado ao longo da história, de modo brutal e sem escrúpulos.

No entanto, o que o autor procura demonstrar é que,

(...) o equilíbrio de poder (...) constitui um elemento integral de todas as relações humanas, (...) é pelo menos bipolar e, usualmente multipolar, (...) não como uma ocorrência extraordinária, mas como uma ocorrência quotidiana. (...) sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas. (...) O poder não é uma amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas (ELIAS, 2008 p. 80–81).

Juntando as noções de mudança e de poder, Elias argumenta que “conceitos de equilíbrio são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos

interdependentes mantêm uns com os outros, do que os conceitos modelados em objetos imóveis” (ELIAS, 2008, p. 81).

Ainda neste sentido, o autor afirma que,

No seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro dos processos de configuração – há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração (ELIAS, 2008, p. 143).

Cabe lembrar que o poder é um conceito importante na sociologia contemporânea, tal como apresentado em teorias como a de Bourdieu (2006). Nussbaumer e Ros (2011, p.49) recuperam a crítica de Foucault à noção de poder e a reconceitualização operada a partir de seus aportes, destacando que,

[Foucault] Convocou a abandonar a ideia coisificada de poder, o “poder como coisa”, para passar a concebê-lo como ‘fluxo’. Adicionalmente, propôs não pensá-lo unicamente como repressão, senão também como criação e produção. O poder já não está situado em um lugar, nem o possui exclusivamente uma classe social: está em todos os lados, flui e circula, pois é constitutivo das relações sociais. O poder não se possui se exerce, e onde se exerce poder, se contrapõe resistência. Assim, as relações de poder são instáveis e mutantes; estão associadas a “jogos de verdade”, pois se domina impondo discursos de verdade e se resiste questionando-os (NUSSBAUMER E ROS, 2011, p.49).

Para Elias, “tanto a competição primária [um modelo de competição sem regras] como os modelos de jogos são úteis como treino para a imaginação sociológica, que tende a ser bloqueada por formas correntes de pensamento” (ELIAS, 2008, p. 80). Segundo o autor, os modelos demonstram de um modo simplificado o caráter relacional do poder.

As relações que se desenvolvem na competição primária nos ajudam a compreender que “um antagonismo razoavelmente estável revela-se como forma de interdependência funcional (...) os movimentos de um grupo determinam os movimentos do outro grupo e vice-versa” (ELIAS, 2008, p. 83).

Segundo Elias (2008, p. 87), “os modelos têm que ser interpretados como representações de seres humanos ligados uns aos outros no tempo e no espaço”.

Importante destacar também a noção de constrangimento e coerção social que determinados grupos exercem entre si nas suas relações de

interdependências: “pessoas ou grupos que desempenham funções recíprocas exercem uma coerção mútua” (ELIAS, 2008, p. 85).

Já na utilização dos modelos de jogos como processos de interpenetração com normas-enquanto experiências intelectuais simplificadoras-podemos verificar conforme destaca o autor, “o caráter processual das relações entre pessoas interdependentes. Ao mesmo tempo, mostram como a teia de relações humanas muda quando muda a distribuição de poder” (ELIAS, 2008, p. 88).

Propostos como modelos didáticos, a interpretação dos diferentes modelos de jogos que possam existir, desde *jogos de duas pessoas; jogos de muitas pessoas a um só nível; jogos multipessoais a vários níveis; modelos de jogos de dois níveis: tipo oligárquico e de tipo democrático crescentemente simplificado*², segundo o autor, estes tem por finalidade essencial,

(...) facilitar nossos poderes imaginativos e conceituais de modo que compreendamos a natureza das tarefas com que se defronta a sociologia (...) simultaneamente, os modelos servem para tornar mais acessíveis à reflexão científica certos problemas relativos à vida social (...) o mais importante entre eles é o *problema do poder* (ELIAS, 2008, p. 99–100).

Aprofundando a noção de poder como característica fundamental das relações já referidas anteriormente, Elias acrescenta a necessidade de tratarmos questões relativas ao poder sem nos envolvermos emocionalmente, se considerarmos o fato de que “por ser uma característica estrutural que a penetra totalmente, não é boa nem má” (2008, p. 101).

Além do mais, o autor chama atenção para o fato de que “todas as relações – tal como os jogos humanos – são processos” (ELIAS, 2008, p. 101).

Os modelos de jogos, especialmente os que envolvem muitas pessoas, também nos trazem a noção de complexidade e de opacidade que inúmeras relações interdependentes provocam a medida que ações intencionais geram resultados não intencionais.

Mas a questão central é: o que é que, na realidade, une as pessoas em configurações? O que faz com que as pessoas se liguem umas às outras e sejam dependentes uma das outras? Estas questões foram colocadas por Elias e, para ele “este problema é demasiado lato e multifacetado” (2008, p. 147).

² Categorização proposta por Elias (2008, p. 88 –99).

No entanto, é possível de explicação e para compreendermos os problemas das ligações sociais, o autor destaca a importância de levarmos em consideração as ligações afetivas, além de considerar as ligações políticas e econômicas.

Segundo o autor,

(...) podemos obter uma visão mais completa da teoria sociológica se incluirmos as interdependências pessoais e, sobretudo as ligações emocionais entre as pessoas, considerando-as como agentes unificadores de toda a sociedade (ELIAS, 2008, p. 150).

Para Elias (2008, p. 109), “a sociologia trata de pessoas; as interdependências que ocorrem entre elas são o seu problema central”. Pontuando todos esses elementos da teoria sociológica de Norbert Elias, torna-se possível a construção de uma perspectiva interpretativa, um feixe de luz, uma lente capaz de olhar dada realidade social de forma a compreender suas dinâmicas. Segundo o autor:

Afinal a tarefa da sociologia é tornar os indivíduos de quaisquer associações compreensíveis para si mesmos e em relação aos outros. Quando investigamos de que maneira eles se ligam e se tomam dependentes uns dos outros, quando procuramos elucidar a partir de que motivos o mecanismo das interdependências humanas assume determinada conformação específica em determinada fase, chegamos a uma compreensão melhor do desenvolvimento da figuração que leva a um entrelaçamento próprio de interdependências (ELIAS, 2001, p. 215).

O conceito de configuração, presente nas propostas de De la Garza e de Elias, constitui um ponto de partida razoável para investigação sociológica, na qual a subjetividade do pesquisador influencia o objeto pesquisado e ao mesmo tempo, está submetido à influência do campo, e de tal relação emerge a teoria.

Tal conceito permite olhar a realidade em movimento, como espaço de possibilidades, na qual se leva em consideração o passado e o presente, mas um presente sempre em transformação; como articulação entre estruturas, subjetividades e ações, tal como define De la Garza.

Ao mesmo tempo, pode-se compreender essa realidade como um processo interdependente de pessoas que se relacionam, por meio de ligações emocionais, políticas e/ou econômicas, num espaço permeado por tensões e conflitos, onde existe um equilíbrio de poder flutuante, cuja relação num dado

momento constitui uma configuração que é mutável e transitória, conforme propõe Elias.

Uma proposta que nos permite perceber que todos estão inseridos no “jogo”, na teia de relações, gerando interdependências. Mesmo com assimetrias de poder, todos de alguma maneira participam e interferem no processo, formando uma configuração.

Utilizar o conceito de configuração nos desafia a identificar nos processos sociais que pretendemos investigar como se formam dadas configurações; quem são as pessoas inseridas em dado contexto de relações, num período de tempo, sob determinadas condições e em dado local que por alguma razão, intencional ou não intencional, vão se ligando ao ponto de formar uma configuração.

Conforme destacado por Elias, é tarefa dos sociólogos investigarem como determinadas interdependências se formam, se mantêm e se reproduzem ou se dissolvem ao longo do tempo, a fim de compreender esse imenso emaranhado no qual as pessoas se ligam, umas com as outras, contra algumas e a favor de outras, numa relação de constante mudança, ora de disputas, ora de alianças.

Nossa busca é por elucidar questões que permeiam as relações entre as pessoas, mas que se perdem em meio à opacidade e complexidade gerada pelas próprias interpenetrações.

Olhar o passado, buscando elementos que auxiliem na interpretação do presente e levando em consideração as particularidades, o universo empírico, as relações e dinâmicas sociais enquanto processo, aquilo que forma uma configuração específica, buscando dar um sentido, uma interpretação sociológica.

1.2. As relações de mediação social

Ao investigarmos as relações formadas entre os indivíduos e grupos podemos, dependendo da situação, verificar que as interdependências existentes se formaram pela disposição de determinado grupo ou indivíduo de ligar outro grupo ou indivíduo àquela determinada relação, seja qual for a motivação, por meio do que se pode denominar de *processo de mediação social*.

As relações de mediação social, apesar de presentes nos contextos sociais, ainda são “uma dimensão analítica que é escassamente atendida” conforme destacam Nussbaumer e Ros (2011, p.9, tradução da autora).

Além disso, segundo os autores, “na maior parte dos trabalhos esta categoria analítica é acionada como variável explicativa, porém raras vezes como fenômeno a ser explicado” (NUSSBAUMER; ROS 2011, p. 58, tradução da autora).

Muitas vezes, o conjunto de pessoas que formam determinada configuração foi interligado por intermédio da ação intencional de determinados agentes: os mediadores sociais. Segundo destacam os autores,

Nesse trânsito operam agentes que intervêm no acesso, frequentemente mediado, de pessoas a outras esferas sociais. A ação dos mediadores sociais na vinculação a domínios como os da política ou de programas públicos, entre outros, propicia uma dinâmica reticulada entre diversos agentes sociais que se interconectam e que conseguem permear diferentes estruturas institucionais. Esta função implica uma mobilização de recursos materiais, mas também simbólicos que se imbricam nesse espaço de jogo composto por sujeitos com diferentes dotações de recursos, saberes e interesses (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p.9-10, tradução da autora).

Conforme destaca Oliveira (2011), a noção de mediação social permite captar as estratégias de alianças de pessoas que lutam por melhorar sua posição em um contexto incerto e hostil, iluminando os processos de mudança social.

Segundo Oliveira (2011, p. 70), “o conceito de mediação é tomado como revelador de uma dinâmica complexa em que os agentes situados em posições sociais diferentes interagem na perspectiva de construção de uma outra realidade”.

Nesta mesma linha, Velho (2001, p. 20 apud NUSSBAUMER; ROS, 2011, p.53, tradução da autora), argumenta que, “estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintas, os mediadores sociais são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando a importância de seu estudo”.

Reiterando essa perspectiva acerca dessa categoria social, Nussbaumer e Ros (2011, p.10, tradução da autora) destacam que,

(...) a mediação social é um conceito que ilumina especialmente uma das dimensões que configuram os processos de transformação e de reprodução da ordem social (...) uma perspectiva analítica factível de ser aplicada na compreensão da complexidade que compõe o social.

Assim como ocorre nas diferenças pesquisas científicas, segundo assinalam Nussbaumer e Ros (2011, p.17-18, tradução da autora),

(...) cada um privilegia algum aspecto ou dimensão da realidade social a estudar por considera-lo mais significativo para explicar os fenômenos sociais em questão (...) frente à necessidade da construção de perspectivas teóricas mais complexas e integrais, surge o conceito de mediação social como uma categoria analítica que tende a apreender o papel desempenhado por determinados agentes na interconexão de universos sociais diferenciados (...) e seu aporte para distender alguns dos dilemas teórico-metodológicos que tensionam atualmente as ciências sociais.

Para Neves (2008, p. 39) “valorizar a mediação social como perspectiva de análise é tentar se desembaraçar do positivismo, da reificação e da cristalização. Considerá-la é reconhecer a coexistência de diferenciados universos (...)”.

Numa tentativa de recuperação da trajetória histórica do conceito de mediação social, Nussbaumer e Ros (2011) expõem como o mesmo tem sido (re) conceitualizado, a partir das mudanças ocorridas nas grandes teorias sociais na segunda metade do século XX.

Ao recuperarem a raiz etimológica da categoria semântica sobre a qual se forma o conceito de mediação, os autores assinalam que “poderíamos analisar sua origem a partir dos termos utilizados em espanhol: *mediador* ou *mediación* e em inglês: *broker*, *brokerage* ou *mediator*” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 19, tradução da autora).

Os autores destacam que tanto os verbos em inglês – *mediation* - como em espanhol – *mediar* - se originam da palavra latina *mediare* e que já antes do século XVI o termo era aplicado à figura de Cristo, como mediador entre Deus e o homem; assim como a categoria *broker* era utilizada durante a Idade

Média, para designar os vendedores de vinho, e até os dias atuais para se referir a todo comerciante ou revendedor,

(...) um agente intermediário nas negociações econômicas. Um *broker* pode ser um agente independente ou estar vinculado a uma das partes, a que vende ou a que compra. Sua responsabilidade primária é juntar as partes para negociação, a barganha ou a celebração de um acordo entre os vendedores e os compradores (...) (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 19-20, tradução da autora).

Valendo-se também das definições dos termos existentes nos dicionários da língua espanhola e inglesa, Nussbaumer e Ros (2011, p.20, tradução da autora) concluem que,

(...) desde suas origens até nossos dias, em relação às categorias *mediación* e *broker* se tem difundido a ideia de vinculação de duas partes, seja para interceder, vincular e/ou representar os interesses de uma ante outra (...). Enquanto o *broker* intervêm na vinculação de duas partes afim de facilitar uma transição econômica, a articulação que realiza o *mediador* pode operar nos diferentes âmbitos sociais – econômico, religioso, político, cultural, etc. – e em certas ocasiões, estar dirigida a facilitar a resolução de um conflito.

Além da etimologia da palavra, Nussbaumer e Ros (2011) também resgatam o que denominam de transversalidade histórica e espacial dos mediadores, podendo, neste sentido, “considerar como as primeiras modalidades de intermediação os contatos que se estabeleciam entre membros de diferentes grupos ou clãs na denominada Idade da Pedra” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 20, tradução da autora).

Os autores, ao registrarem os primeiros eventos de mediação social chamam atenção para as trocas ocorridas durante as expedições militares e mercantis ocorridas ao longo da história, assim como nos fluxos migratórios: “Assim, ambas as sociedades entrariam em comunicação através desses intermediários ou mediadores sociais, operando certa reconfiguração em sua constituição” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 21, tradução da autora).

Em termos de produção científica, Nussbaumer e Ros (2011, p. 21, tradução da autora) destacam que,

(...) avançado o século XX, o papel da mediação seguiu tendo sentido para os pensadores sociais, já não na interconexão de sociedades distantes, que não se conheciam nem estavam em contato, senão entre membros de uma mesma sociedade, que ao interagir em universos sociais diferenciados, se vinculavam por existir a intermediação de terceiros.

Segundo os autores, “Gramsci talvez tenha sido o primeiro pensador do século XX que, com a ideia de *intelectual orgânico*, cristalizou uma parte

significativa das propriedades e funções que mais tarde se atribuíram aos agentes que se desempenham como *mediadores sociais*” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 21-22, tradução da autora).

No entanto, foram os estudos sobre comunidades rurais realizados por antropólogos, a partir da década de 1950, que segundo Nussbaumer e Ros (2011) contribuíram decisivamente para a cristalização da mediação como conceito acadêmico.

Dentre os antropólogos, Nussbaumer e Ros (2011) destacam a expressividade dos estudos realizados e publicados por Julian Steward em 1950, Pitt-Rivers em 1954, Redfield e Eric Wolf, em 1956. Cada um, a sua maneira, utilizou o conceito de mediação social para explicar padrões de relações sociais existentes à época.

Segundo os autores, Wolf recuperou e sintetizou os aportes realizados pelos seus antecessores já nominados, apresentando a noção de mediação social “como um instrumento conceitual para apreender as interconexões ou relações sociais através das quais o local se articula com o nacional, na análise da estrutura social e o funcionamento das comunidades rurais” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 26–27, tradução da autora).

Outro elemento importante apontado por Wolf (1965), conforme citam Nussbaumer e Ros, (2011, p.27), foi o da interdependência gerada:

(...) a necessidade de contemplar o poder que se põe em jogo nos diferentes níveis de integração. Em toda a sociedade complexa existem relações econômicas – produção e circulação da riqueza – e políticas – capacidade de interferir em assuntos públicos -, cruciais em seu funcionamento. Os *cultural broker* (mediadores sociais) exercem certo controle sobre este tipo de relações, pois atuam sobre os canais de articulação econômicos e políticos das comunidades rurais com a sociedade nacional. Deste modo, com a categoria analítica *cultural broker* se poderia superar a análise fragmentada e dissociada (...) para passar a pensar a interdependência dos diferentes níveis de agregação a partir da ação da rede de grupos de relações.

É preciso ainda agregar importantes elementos destacados por Wolf e evidenciados por Nussbaumer e Ros (2011) tais como: a aplicação de uma abordagem diacrônica que contemple o processo de integração-desarticulação-rearticulação dos grupos de relações em cada etapa histórica, para que se compreenda o processo de (re) configuração e as características para se desempenhar o papel de *cultural broker*.

Segundo os autores, existem atributos que tornam um indivíduo ou organização um mediador, entre os principais destaca-se o reconhecimento público, como pode ser observado na seguinte citação:

Não é qualquer pessoa que está em condições de desempenhar-se como um *cultural broker*. Possuir reconhecimento público e recursos econômicos ou acesso a eles, ter um registro sobre como se comportar em diferentes âmbitos sociais segundo os padrões de conduta esperados, saber manobrar com critério os vínculos sociais, entre outras, são características gerais que apresentam esses atores, sendo específicos de cada sociedade os modos culturais em jogo (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 19-20, tradução da autora).

Além destes dois elementos de interpretação, há que se destacar também a contribuição teórica de Wolf sobre outra perspectiva evidenciada pelo conceito de mediação social: a das contradições e conflitos. Conforme destacam Nussbaumer e Ros (2011, p. 28 - 29),

Os *cultural broker* estão em uma posição contraditória e instável, pois devem servir e conciliar, na medida do possível, os interesses dos grupos que representam (...). No papel que desempenham, os *cultural broker* atuam como *buffer*, liberando parte das tensões desse conflito de interesses; no entanto sua função e reprodução no papel e na posição de poder que ocupam depende da manutenção de parte desta tensão (Wolf, 1956:1076) (...) longe de constituir-se em um *facilitador* na resolução dos conflitos, o mediador opera administrando-os. A tensão entre as partes não se resolve, mas trata-se de mantê-la em certos níveis que não desemboque num conflito aberto.

Para Nussbaumer e Ros (2011, p. 28), “esta contribuição teórica de Wolf é concomitante com os esforços realizados por outros investigadores sociais preocupados em produzir um marco conceitual mais flexível”.

Cristalizado como conceito no meio acadêmico, a *mediação social* passou a ser considerada como elemento relevante nos “estudios de patronazgo” e “clientelismo político”, realizados nas décadas de 60 e 70, em comunidades rurais mexicanas, conduzidos principalmente por antropólogos, sociólogos e politólogos, e com frequência levados a cabo em áreas rurais com significativa população camponesa, conforme assinalam Nussbaumer e Ros (2011, p. 30).

Os autores destacam que esses estudos geraram contribuições que ampliaram e nutriram o conceito de mediação social como categoria analítica (NUSSBAUMER, ROS, 2011, p. 31).

Dentre as contribuições deste tipo de estudos elencadas por Nussbaumer e Ros (2011, p. 38) destaca-se a perspectiva de Sydel Silvermann (1977), quem “observou que o conceito de *mediação social* era especialmente útil para

compreender a forma de vinculação da comunidade rural com a sociedade mais ampla”.

Segundo os autores, ao revisarem esta série de estudos, observaram como os teóricos da área reconheceram cedo o papel chave que cumpriam os agentes sociais que operavam nas sociedades analisadas e que interconectavam mundos diferenciados nos processos de transformação (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 39).

Além dos estudos já citados, Nussbaumer e Ros (2011) destacam também as contribuições dos enfoques analíticos propostos por Geertz, Giddens, Bourdieu e Foucault. Segundo Nussbaumer e Ros (2011, p. 50, tradução da autora),

(...) estas (re) conceitualizações e redefinições paulatinamente começaram a ser apropriadas e integradas nos enfoques dos autores que se centraram no estudo e/ou incorporação a seus corpos conceituais as relações de *mediação social*.

Os avanços teóricos sobre os conceitos de agência, significado e poder durante a década de 70 contribuíram para alargar a noção de mediação social, a medida que, conforme aponta Nussbaumer e Ros (2011, p.50, tradução da autora)

O ato de mediar, se assumido como *prática social* possibilita recuperar a capacidade de “agência” do ator, enquanto produtor do mundo, sem desconsiderar os condicionantes que lhe impõem o contexto sócio-histórico e institucional no qual opera. Nesta perspectiva o mediador não é somente um intermediário, mas também intervêm ativamente na produção dos significados dos mundos que interconecta, dos bens que mobiliza e dos papéis que assume; o mesmo cabe para os mediados.

Com estes aportes da década de 70, o conceito de mediação social adquiriu ampla difusão entre investigadores sociais de diversas disciplinas a partir da década de 80. Essa propagação se evidencia na polissemia que emergiu em torno desta noção, a partir de expressões como as de: “mediadores políticos”, “mediadores sociais”, “mediadores culturais” e “mediadores institucionais”, entre outras, conforme destacado por Nussbaumer e Ros (2011, p.51, tradução da autora).

Para os autores, a difusão do conceito na literatura acadêmica foi favorecida pelo seu potencial para analisar diferentes escalas, sejam macro ou micro, e diferentes esferas sociais:

(...) essa difusão do conceito foi favorecida por sua potencialidade para analisar relacionalmente diferentes unidades analíticas – seja definida por escala (micro/macro ou global/local) ou como esferas sociais –, assim como as interfaces que operam ao longo de uma rede de intermediação, seja social ou institucional. Essa qualidade adquire um sentido renovado num contexto em que as novas linhas de investigação (...) demandam enfoques integrais e relacionais que evitem substancializar e descontextualizar as unidades de análise, afim de captar a ideia de “fluxo”, associado a redefinição de espaço e tempo, que se assume como um dos signos do nosso tempo (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p.52, tradução da autora).

Como se pode observar o conceito de mediação social tem se aprimorado ao longo das décadas. Há de se destacar também que,

(...) o conceito de mediação social, enquanto possibilita apreender o fluxo de bens materiais e simbólicos entre universos sociais diferenciados, brinda certa flexibilidade ou “porosidade” aos limites da unidade de análise “que se recorta”, evitando isolá-la do contexto social (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p.53, tradução da autora).

Nesta recuperação da trajetória histórica do conceito de mediação social, Nussbaumer e Ros (2011, p. 53, tradução da autora) observaram que “os estudos de globalização, multiculturalismo, etnicidade e identidade têm sido um terreno fértil para a difusão do conceito”.

Destacam também que “na medida em que o conceito de mediação social se difundiu para diversas áreas temáticas, se ampliou de maneira significativa a compreensão do papel desempenhado por esses atores nas diferentes esferas sociais” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 54, tradução da autora).

Por fim, Nussbaumer e Ros (2011, p. 54-57 tradução da autora) recuperam as perspectivas desenvolvidas por Pierre Muller e Delma Pessanha Neves, os quais abordam a dimensão processual, contraditória e agonística da mediação social,

(...) por sua contribuição a compreensão de processos de formação e implementação de políticas públicas e fenômenos sociais (...) e chamam a atenção sobre a dimensão processual, contraditória e agonística do fenômeno e sobre o papel dos mediadores sociais na (re) produção e/ou ressignificação de sentidos ao longo da rede institucional”.

Além dos temas e autores apresentados por Nussbaumer e Ros (2011), existe uma série de estudos e de pesquisadores que fazem uso deste conceito como chave explicativa de determinadas relações sociais.

Nesta linha, cabe destacar o recente estudo realizado por Oliveira (2011) que ao investigar o processo de construção do sujeito ecologista, tomando por base a noção de mediação, verificou que os sujeitos envolvidos nesta relação

estão inseridos em um emaranhado de outras relações, formando uma rede que se fundamenta no quesito de confiança: “confiança que se consolida na medida em que ocorre o ajustamento entre as expectativas dos agentes envolvidos (...) um ajustamento entre as lógicas individuais e as regras impostas pelo espaço social” (OLIVEIRA, 2011, p. 92).

Já Silva (2011), utiliza o conceito de mediação social no estudo sobre Instituições Participativas (IPs). Em sua análise, utiliza a abordagem advinda da sociologia norte-americana. Assim:

(...) aborda mediação como processos “pelos quais atores intermediários facilitam transações entre outros atores que carecem de acesso ou confiança entre si” (MARSDEN, 1982, p. 202). Neste sentido, a mediação é compreendida como um mecanismo no sentido de MacAdam; Tarrow; Tilly (2001), que definem o mecanismo de mediação (brokerage) ‘como a ligação de dois ou mais locais previamente desconectados através de uma unidade que intermedia as relações entre eles e/ou ainda com outros locais’ (SILVA, 2011, p. 233).

Segundo Silva (2011, p. 234), ainda há uma lacuna grande no tratamento dos processos de mediação social nas instituições participativas, ou seja, não se leva em consideração nas análises o significativo papel desempenhado por indivíduos ou organizações com essas características:

(...) ainda há uma grande lacuna no tratamento dos processos de mediação social nas IPs. Tal lacuna torna-se particularmente problemática em um contexto como o brasileiro, marcado por profundas desigualdades e, especialmente, por um significativo distanciamento entre o “mundo das instituições” e a vida cotidiana da grande maioria da população pobre e pouco escolarizada (Carvalho, 2001; Santos, 1993; Souza, 2003) (...) caracterizada por amplos e persistentes *buracos estruturais* e no qual o acesso aos “direitos” depende de uma constante negociação (...) a capacidade de acessar as instituições (...) por parte dos subalternos tradicionalmente dependeu, e, em grande medida, ainda depende da presença de mediadores.

Lavalle (2006) *apud* Silva (2011, p.234), destaca o argumento da intermediação utilizado pelas organizações pesquisadas que atribuem à urgência em paliar a desigualdade que não é diretamente de renda, mas sim de acesso ao Estado.

A mediação social também tem sido tema nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mais especificamente nas questões referentes à intervenção para o desenvolvimento, conforme apontam Deponti e Almeida (2008), apesar desse processo ter sido pouco estudado nesta área segundo os autores.

Deponti e Almeida (2008, s/p.) argumentam que “para analisar o processo de mediação há que se considerar a heterogeneidade do conhecimento e os problemas relativos ao poder que permeiam as relações entre agricultores e mediadores”.

Nesta mesma linha, Ros (2008, p.110, tradução da autora) argumenta que,

(...) reconhecer que todas as relações sociais, em particular as de mediação, envolvem posições de poder, implica assumir que a assimetria na disponibilidade de recursos é um componente constitutivo do vínculo e, portanto, condicionante de lógicas de ação dos agentes e da capacidade de imporem sua visão de mundo.

Nussbaumer e Ros (2011, p. 56, tradução da autora), chamam atenção para a interpretação de Neves sobre as relações de mediação: “Neves interpreta as relações de mediação como operando em um *campo* de relações sociais, estruturado e hierarquizado, em que cada agente ocupa uma posição determinada, conforme os recursos de que dispõe”.

Além do que, segundo os autores, Neves traz a perspectiva temporal das relações de mediação, sempre provisórios e transitórios,

Neves observa que a análise do papel dos mediadores sociais no processo de transformação social não pode perder de vista a dimensão provisória do jogo. É provisória devido a própria perspectiva temporal desta relação (...) é provisória como produto da dinâmica de competência entre mediadores e entre esses os mediados, da mesma forma elementos inerentes a mediação. Este modo contraditório de constituição da relação faz saltar os conflitos em jogo, conflitos que operam na eclosão de formas de exclusão dos mediadores integrados para essa transição (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 57, tradução da autora).

Para Neves *apud* Ros (2008, p. 16), nos processos de mediação geram-se vínculos de interdependência, isto é, relações sociais que se instituem e se constroem no tempo, fundamentadas no intercâmbio de bens materiais e simbólicos que geram expectativas e obrigações.

No entanto, há que se considerar a assimetria que possa existir em termos de bens disponíveis para as trocas. Segundo Nussbaumer e Ros (2011, p. 62, tradução da autora) “a interdependência do vínculo, conforme seja objetivada pelos mediadores, é outro fator que pode intervir na redefinição da assimetria de poder em jogo, ou inclusive, invertê-la conjunturalmente”.

Para Anjos e Silva (2008, p. 159), “os espaços de mediação também o são de embates e de diplomacia. Os que a ele se integram estão

constantemente a escorregar de um a outro mundo de ajustamento, de um conjunto a outro organizado de princípios de grandeza”.

Ao tomarem como situação empírica de estudo algumas das ações de titulares do Movimento Negro no Rio Grande do Sul, os autores verificaram que “a mais significativa especificidade que destacaríamos na ação de mediação (...) é que ela envolve, em quaisquer circunstâncias, disputas por justiça” (ANJOS; SILVA, 2008, p. 159).

Cabe destacar também que os autores tomaram a mediação “como um espaço de comunicações com potencial para constituir uma comunidade de argumentação, visando a graus mais ou menos satisfatórios de ‘fusão de horizontes’” (ANJOS; SILVA, 2008, p. 159).

Os autores destacam ainda que é preciso prestar atenção nos efeitos práticos do processo de mediação, ou seja, nos resultados que derivam dessa relação. Sendo assim:

(...) não enfocamos o espaço de mediação como constituído essencialmente por discursos. Pelo contrário, pretendemos prestar atenção em efeitos práticos que se expressam pelos modos como os atuantes emergem em circulação nas redes de mediação (ANJOS; SILVA, 2008, p. 160).

As dinâmicas de mediação constituem-se em foco também de estudos empíricos sobre agentes implementadores de políticas públicas, na relação entre a população e o poder público, tais como os realizados por Lotta e Pavez (2010) em ações voltadas à saúde. Analisando dinâmicas, práticas e relações dos agentes implementadores (agentes comunitários de saúde), as pesquisadoras verificaram que,

(...) mediante o uso de mecanismos linguísticos, cognitivos e relacionais imbricados em suas práticas, realizam uma mediação entre a população local e o poder público que permite conectar a política pública ao cotidiano da comunidade (LOTTA; PAVEZ, 2010, p. 122).

Outra ênfase das autoras que nos permite pensar acerca do conceito de mediação social é o seu caráter simbólico.

(...) esses agentes implementadores realizam não só uma mediação relacional, mas também simbólica. Nesse sentido, a mediação realiza-se não na tradução “fiel da realidade”, mas sim na combinação subjetiva de sentimentos e de pensamentos, que tomam sentido mediante a linguagem. Isso nos permite pensar que a mediação entre o poder público e a população não ocorre de forma automática, mas é construída nas suas práticas de implementação, uma vez que esses agentes transitam entre grupos sociais e instituições em que circulam fluxos de informações distintas e

compreendem as crenças, conhecimentos, etc., que os distinguem. Dessa forma, esses agentes apresentam características específicas que lhes outorgam grande poder de mediação (LOTTA; PAVEZ, 2010, p. 122).

Retomamos as observações de Neves (2008), visto que a autora, em suas próprias palavras, vem “há algum tempo tomando a prática de mediadores como objeto de análise” (NEVES, 2008, p.12).

Para a autora, “a mediação é condição constitutiva do homem (e da vida social): ao mesmo tempo em que o faz existir, também o faz se exprimir” (NEVES, 2008, p. 12 - 13). Sobre essa condição constitutiva, argumenta:

A condição humana é alcançada por mediações, isto é, pela integração do homem a universos de significações específicas, operação pela qual ele, assumindo sua capacidade comunicativa, toma distância em relação à sua individualidade e reconhece sua singularidade. Como o comportamento dos indivíduos é sempre o resultado de uma pré-compensação simbólica do mundo social, todos os atos de conhecimento pressupõem, necessariamente, mediações, ao mesmo tempo constitutivas da construção e da reconstrução da vida social (NEVES, 2008, p. 21).

Numa perspectiva de ultrapassar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, Neves (2008, p. 22) evidencia o caráter contextual de toda forma cultural. Desse modo,

(...) como as condições de mediação são elas mesmo socialmente determinadas, elas não podem absolutamente ser reificadas e generalizadas. São contextuais, porque pressupõem ações humanas na construção de significados e respectivas práticas. Para serem consideradas, exigem-se procedimentos voltados para qualificação segundo campos específicos ou universos de produção e reconhecimento de sentidos. O risco da generalidade tende então a se dissipar, porque operações são da ordem da demonstração das especificidades ou das condições de possibilidade, e não da universalidade.

Nussbaumer e Ros (2011, p. 57) destacam as contribuições de Neves no sentido de compreendermos a dimensão processual, contraditória e agonística do fenômeno e o papel dos mediadores sociais na (re)produção e/ou ressignificação de sentidos ao longo da rede institucional. Além disso, enfatizam que a posição do mediador não está dada, senão que é um lugar a ser construído e reproduzido no tempo.

Além do caráter histórico, Neves (2008, p. 23) reafirma “a exigência de qualificação dos espaços de abrangência, que são contextuais, datados e situados, impregnados por representações sociais que os agentes (mediados e mediadores) são construtores e portadores”.

Nussbaumer e Ros (2011, p. 58, tradução da autora) ratificam esta perspectiva, afirmando que:

A existência de relações de mediação social se apresenta como uma qualidade comum às diferentes sociedades, assim como às esferas sociais que coexistem no interior de cada uma; no entanto, a forma que adquire essa modalidade de relação social é específica em cada universo social considerado.

Segundo Neves, esses elementos somados ao “reconhecimento dos significados coletivamente produzidos e intercomunicados, sua utilidade explicativa (...) rompem com qualquer explicação pela dependência imediata e espontânea” (NEVES, 2008, p. 23).

Além disso, segundo a autora, a perspectiva analítica da realidade que toma por base a mediação social permite ao investigador perceber que coexistem diferentes ordens sociais, construídas através da dinâmica social. Assim:

(...) a valorização da análise de fenômenos sociais pela perspectiva das mediações que lhe são inerentes, pressupõe a valorização da positividade da construção social, a centralidade da dimensão do poder (Crespi, 1983, p.109) e a opção pela demonstração de processos dinâmicos, pelas condições de possibilidade de coexistência de diferenciadas ordens sociais (NEVES, 2008, p. 23).

Há de se considerar ainda que o termo mediação social “alude também à relação dialética porque valoriza as representações e transformações do mundo, a institucionalização, a conciliação, a conformação e o questionamento quanto às regras que legitimam reconhecidas ordens sociais”, conforme destaca Neves (2008, p. 23).

Como perspectiva analítica das relações de mediação social, Nussbaumer e Ros (2011, p. 59, tradução da autora) chamam atenção para a coexistência de três partes, cabendo um papel central ao mediador.

Uma primeira aproximação na delimitação do ato de mediar supõe reconhecer a intervenção de três partes: dois universos sociais ou de significação diferenciados e um terceiro, o mediador, que atua na interconexão dos agentes que operam em cada parte e que, a não ser por esta intermediação não poderiam entrar em relação (...) Em tal sentido adjudica à noção de *mediação* uma relação dialética, pela qual opera a construção recíproca dos três termos que intervêm, em um processo de criação contínua.

Os autores também se utilizam das observações de Neves (2008) para argumentar que as relações de mediação não podem ser reduzidas a uma intersecção ou a uma interconexão. Assim, “(...) os mediadores não atuam

somente como um elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tal (...) múltiplos significados vão se ordenando para viabilizar a mediação (NEVES, 2008 apud NUSSBAUMER e ROS 2011, p. 59, tradução da autora).

Esta afirmação de Neves fez com que Nussbaumer e Ros (2011, p. 59, tradução da autora) chegassem à conclusão de que “a função de interconexão e de produção de significado é um dos elementos que intervêm na delimitação deste tipo de relação”.

Cabe mencionar que para além da mediação social ser mais que uma simples interconexão, ela expressa relações de interdependência e cada uma delas possui especificidades, tal como destacam Nussbaumer e Ros (2011, p. 60, tradução da autora),

(...) a diferença de outras modalidades de interconexão de mundos diferenciados (...) a especificidade e potencialidade analítica do conceito de *mediação social* deriva de que ele mesmo remete a relações personalizadas (...) entre o mediador e o/os mediado/s se estabelecem vínculos de maior ou menor intensidade, porém nunca efêmeros (...) as relações podem ser informais (...) ou operar em um marco institucional, como no caso das políticas públicas.

Há de se considerar também, a utilização do conceito de mediação social como perspectiva de interpretação das relações sociais visto que,

(...) em torno desse vínculo se configura um *espaço de mediação* (...) o estabelecimento de um vínculo entre duas partes supõe o reconhecimento da existência de certas motivações e/ou interesses (...) que gera uma relação interdependente. É difícil que os interesses em jogo sejam coincidentes, existindo sempre uma margem de divergência, devido às diferentes posições sociais e ao espaço de mediação que ocupam os agentes (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 60, tradução da autora).

Esta noção de interdependência e de ambiguidades remete à necessidade de uma abordagem processual das relações, que segundo Nussbaumer e Ros (2011, p. 61, tradução da autora) “permite compreender a dinâmica do vínculo e as condições de sua reconfiguração (...) [sendo] função do investigador, perceber as correspondências que existem entre as representações que tem os agentes envolvidos em torno dos recursos mobilizados”.

Em se tratando de investigar os mediadores, a orientação de Nussbaumer e Ros (2011, p. 61, tradução da autora) é de que “a posição estrutural dos mediadores dentro da rede de interconexão é o ponto de partida para examinar

seu papel, porém essa dimensão deve ser complementada com sua apresentação pública, a efeito de examinar (...) práticas concretas”.

Ao abordar os tipos de mediação e consequentemente de mediadores, Neves (2008, p. 28-29) chama atenção para o que ela denomina de “mediadores técnicos ou profissionais (dirigentes sindicais, funcionários públicos ou vinculados ao chamado terceiro setor – organização não governamental) termo que vem ganhando maior sentido diante das mudanças no papel do Estado e da correspondente organização da participação dos cidadãos”.

Segundo a autora, o trabalho destes mediadores profissionais é articular fragmentos de significados, escutar demandas, legitimá-las ou condená-las e proporcionar acessos, em uma realidade complexa e micro sociológica na qual se inserem.

(...) não se limita a aplicar leis, regulamentos e normas. Eles articulam fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutam demandas, apoiam-nas, legitimam-nas ou as condenam. Operam na construção dos novos tipos de usuários ou beneficiários, alçados à condição de mediados. Por uma ação de bricolagem, pela acumulação de pequenos detalhes, eles administram acasos e elaboram respostas legítimas à ineficácia institucional e à falta de recursos. Fazem-se nesse caso por obrigação e por vezes reificadamente, representar o Estado mediante atos, situações e um conjunto de atividades que articulam: entrevistas, visitas, reuniões, projetos, etc. Através da comunicação com esses mediadores, o beneficiário institucional também pode sistematizar ações e significados dispersos, construir expectativas e resistências, socializar modos de ação orientados por quadros de pensamento, nesta arena instituídos; enfim, tentar agir sobre as instituições que lhes integram (NEVES, 2008, p. 29-30).

Vimos que alguns estudos referem à utilização do conceito em práticas que envolvem relações com o Estado, por exemplo, e que envolvem dimensões para além dos aspectos formais.. Segundo Nussbaumer e Ros (2011, p. 61, tradução da autora),

Nos casos em que o *espaço de mediação* se estrutura ao redor de uma institucionalidade, estatal ou de organizações sociais, é necessário distinguir entre o formalmente reconhecido e esperado (...) e o socialmente vivido, que emerge da carga afetiva, cultural, moral e psicológica que implica todo o vínculo social.

Neves (2008, p. 29) observa, neste sentido, que a ação de mediadores também tem provocado mudanças no aparato estatal, forjando um papel central à negociação e à formação de acordos.

A reordenação do aparato estatal em curso tem implicado a valorização de instâncias intermediárias de exercício das funções equivalentes. Destaque às diversas instâncias de negociação de conflitos entre partes envolvidas. Todos esses aparatos institucionais têm sido tomados como laboratórios de construção coletiva de novas maneiras de ordenar a sociedade; de elaborar e negociar consensos, consentimentos e alcançar interesses comuns ou convergentes.

Nestes espaços de convergências, Nussbaumer e Ros (2011, p. 61- 62, tradução da autora) propõem como construção analítica que não fique atrelada apenas à dimensão institucional.

Longe de nos encantarmos com as narrativas institucionalizadas, deveríamos nos voltar a apreender as práticas híbridas que se expressam no proceder dos agentes, produto da confluência da institucionalidade objetivada e a subjetividade de cada pessoa, derivada de trajetórias individuais, envolvimento afetivos, pareceres e pontos de vista particulares, entre outros.

Além dos elementos já destacados, necessários como ponto de partida nesta perspectiva, Nussbaumer e Ros (2011, p. 62, tradução da autora) destacam que “outro aspecto a considerar é a posição da unidade de análise: a relação de *mediação* na rede de intermediação mais ampla no qual opera em especial nos âmbitos institucionais”. Segundo os autores,

(...) esta constitui outra das vias para interpretar as posições e relações de poder que se exercem no *espaço de mediação* e evita cristalizar o mediador em uma posição de poder ante o mediado. Seu poder fica relativizado quando se reconhece situado em uma cadeia de intermediação (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 62, tradução da autora).

Finalmente, os autores propõem que “o mapeamento dos recursos mobilizados pelos agentes, em cada âmbito e circunstância, possibilita compreender a dinâmica das posições sociais do espaço de mediação e os termos da negociação e reconfiguração do vínculo no tempo” (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 62, tradução da autora).

Segundo os autores, deve-se observar os intercâmbios descendentes e ascendentes nas relações de mediação social:

(...) na observação destes intercâmbios, não é somente importante analisar os “fluxos descendentes”, os bens materiais e, principalmente simbólicos, transferidos pelos mediadores sociais, senão também captar as categorias semânticas, narrativas, visões de mundo e práticas que “ascendem” dos mediados aos mediadores (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 62, tradução da autora).

Faz-se importante assinalar também que cada caso específico irá tensionar a observação de uma dinâmica específica, conforme destacam Nussbaumer e Ros (2011, p. 63, tradução da autora):

(...) cada (caso) empírico irá tensionar a observação da dinâmica específica do fenômeno em questão (...) e não se pode prescindir da valorização da margem de indeterminação (...) que rompem com qualquer explicação da dependência imediata e espontânea.

Pelo exposto nessa seção, fica evidente o potencial interpretativo dos conceitos de mediação social e espaço de mediação para o estudo de situações sociais específicas, de forma processual e contextualizada, especialmente em condições que envolvem, além dos grupos sociais mediados, programas públicos que se propõem melhorar a inclusão social e o acesso a bens e serviços.

Pode observar-se também a aproximação do conceito de mediação social com os pressupostos da epistemologia crítica e da teoria da interdependência de Norbert Elias, já apresentadas na seção anterior, por se tratar de uma perspectiva analítica que leva em consideração as interdependências entre os indivíduos e grupos, bem como seus aspectos de mudança, transitoriedade e de provisoriedade.

Além disso, como proposto pela sociologia da interdependência, a proposta de utilização da mediação social como princípio explicativo também pressupõe a investigação da dinâmica das posições sociais do espaço de mediação e os termos da negociação e reconfiguração do vínculo no tempo. Em suma, as duas perspectivas procuram investigar os processos ao longo do tempo, levando em consideração a sua complexidade e a indeterminação.

1.3. A interdependência entre o contexto político institucional e a participação social

Já vimos que o processo de mediação social, longe de ocorrer de forma espontânea e imediata, se dá em um contexto determinado, em dado período e sob certas circunstâncias. Este ambiente de trocas e interdependências geralmente sofre a influência do contexto político institucional, que pode atuar constringendo ou estimulando e até potencializando determinados tipos de mediação social e diferentes repertórios de ação coletiva.

O conceito de repertório foi cunhado por um importante pesquisador do século XX, Charles Tilly, reconhecido pela formulação da teoria denominada Teoria do Processo Político³. Segundo destaca Alonso (2012, p.21-24),

Ao edificar tal teoria, Tilly se deu conta da necessidade – e da dificuldade – de incorporar dimensões culturais à explicação dos processos políticos. Amante da música, abordou a imbricação entre cultura e ação política valendo-se da noção de “repertório”(…) O repertório é, então, um conjunto de *formas* de ação. Uma metáfora esclarece seu funcionamento: “Ele lembra uma linguagem rudimentar: tão familiar como o dia para seus usuários, e com toda a sua possível esquisitice [*quaintness*] ou incompreensibilidade para um estrangeiro” (TILLY, 1978: 156).

Diversos estudos na área das ciências sociais tem concluído que os processos organizativos são desencadeados por diferentes fatores. Entre eles, o contexto político institucional tem papel relevante e deve ser considerado nas interpretações e compreensão destes.

Estudos de caso realizados por Mcadam, Tarrow, e Tilly (2001), Skocpol (2003), e Tilly (2006) ratificam essa constatação. Nas obras mencionadas há a explicitação do argumento de que os repertórios de ação coletiva variam conforme o contexto político institucional.

Skocpol (2003) dedicou-se a investigar os processos associativos nos EUA, onde, segundo a autora, há uma forte tendência à formação de vínculos associativos, padrão identificado já no século XVIII. Em suas investigações,

³ Esta teoria, segundo Alonso (2012, p.21 - 22), explica o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da *estrutura de oportunidades e ameaças políticas*, principalmente as relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos no Estado –, e os desafiantes – que se encontram do lado de fora. Decisiva nesta relação seria a capacidade (ou perda dela) repressiva das primeiras e a disponibilidade, para os segundos, de aliados potenciais dentre setores dissidentes da elite no poder. Além desta janela de oportunidades, para a ação política coletiva se consubstanciar, os desafiantes teriam de criar ou se apropriar de *estruturas de mobilização* preexistentes, como associações e redes de relacionamento, que dessem as bases organizacionais para a movimentação.

identificou a interferência de elementos políticos-institucionais nas associações locais articuladas.

A autora também identificou que ocorreram mudanças nos padrões associativos, anteriormente pautados em grandes associações de massa e que ao longo do tempo foram alterando suas configurações, transformando-se em organizações profissionalizadas. Outra mudança observada é que organizações de característica contestatórias, depois de um tempo, passaram a se articular com o Estado.

Além das mudanças observadas nos padrões de organização, Skocpol (2003) dá ênfase a investigação no padrão de financiamento da vida associativa, tendo em vista que a dimensão de mobilização de recursos é estratégica, já que há um custo nesses processos.

Cabe destacar também que a autora identificou em suas pesquisas que não é só a mudança político-institucional que interfere nos processos organizativos. Conforme resultados de suas pesquisas, crescentemente nos EUA, outros recursos tais como o apoio da mídia, presença de recursos humanos e a capacidade de mobilização, têm influenciado as organizações associativas.

Segundo a autora, não existe uma causa única nem uma institucionalidade única; o que existe são vários mecanismos que se articulam para gerar resultados, especialmente as condições políticas e sociais. Por isso, há uma ênfase na investigação dos processos internos e sua dinâmica relacional, especialmente as ofertas de participação social e política em determinados contextos (SKOCPOL, 2003, p. 176).

Já Mcadam, Tarrow e Tilly (2001); Tilly (2006) e Tilly e Tarrow (2007) dão ênfase na reconstrução dos processos que envolvem políticas contestatórias (revoltas, revoluções, movimentos sociais) nas quais estão também englobados atores do Estado. Os autores chegaram à conclusão, ao investigar diferentes processos ocorridos na Europa, na América Latina e EUA, que os repertórios de ação coletiva e especialmente as políticas contestatórias estão diretamente ligadas ao contexto político-institucional.

O esquema apresentado na figura 2 demonstra graficamente os componentes das políticas contestatórias, sendo possível observar as interdependências existentes e sua dinâmica relacional:

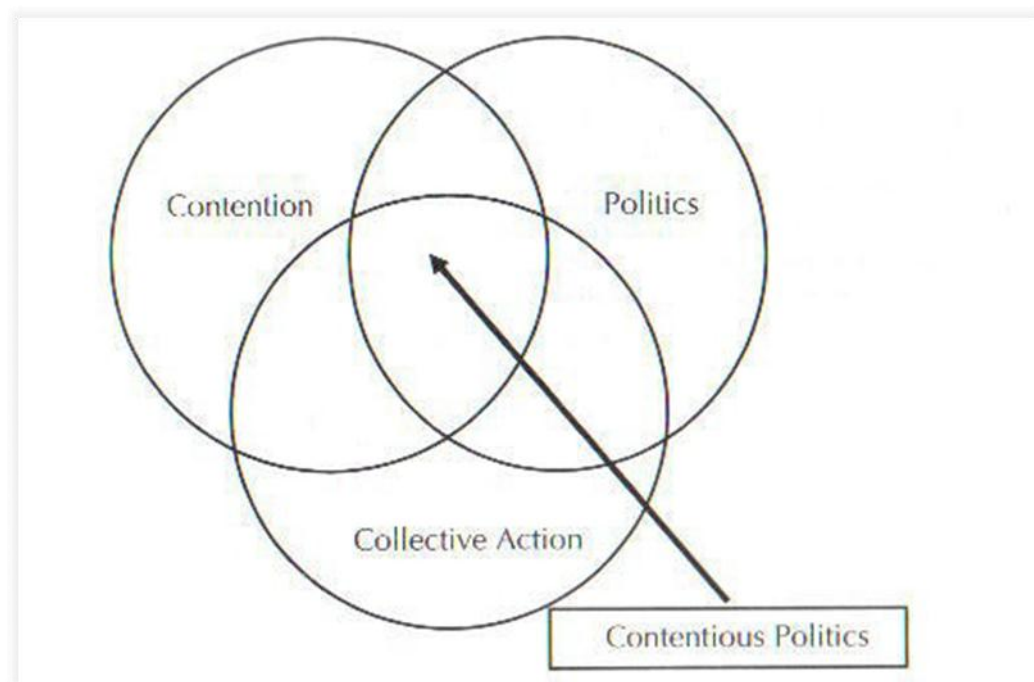


Figura 2. Componentes das políticas contestatórias

Fonte: Tilly e Tarrow (2007, p. 7).

Importante considerar, no debate sobre este tema, a perspectiva de Isunza Vera (2007) acerca do conceito de participação social, que em sua perspectiva, também está diretamente atrelada à esfera estatal,

O que denominamos “participação cidadã”, “participação social” ou simplesmente “participação”, é a relação entre cidadãos e o Estado que toma múltiplas formas, com diversas intensidades e intencionalidades (...) em qualquer caso, os cidadãos mobilizam energias e recursos em um fluxo contínuo de intercâmbios com as instituições do Estado. O Estado e a sociedade tomam muitas facetas concretas em seus encontros, configurando as interfaces na que ambos, sociedade e Estado, se materializam em atores concretos (ISUNZA VERA, 2007, p. 302, tradução da autora).

Segundo Silva (2010) muito recentemente passa a ganhar espaço no campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil a *contentious politics*⁴,

Os autores da *contentious politics* enfatizam a necessidade de analisar as interdependências entre os repertórios de ação desenvolvidos pelos atores contestadores e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas (SILVA, 2010, p. 5).

Pesquisas realizadas até o momento demonstram, conforme as observações feitas por Silva (2010) que esta perspectiva teórica tem conquistado uma posição de certa hegemonia no debate internacional no início

⁴ Conforme Silva (2010, p. 5): “Tendo como uma de suas origens a denominada Teoria do Processo Político (McAdam, 1997; Tarrow, 2009) (...) tem como um de seus argumentos fundamentais a indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política que se desenvolve por fora das instituições”.

do século XXI, e especialmente na última década seus conceitos começaram a ser mobilizados para a interpretação de diferentes processos organizativos e de contestação.

Para efeitos deste estudo se tomará por base as pesquisas realizadas no contexto brasileiro, especialmente as relacionados às dinâmicas institucionais e à participação dos agentes ligados ao mundo rural. Leituras realizadas sobre determinadas dinâmicas participativas têm demonstrado que, especialmente em contextos de implementação de políticas públicas, determinados repertórios de ação coletiva são desejáveis pelo Estado, oportunizando práticas participativas de segmentos até então excluídos.

Segundo Silva e Schneider (2009, p. 149), “O debate sociológico brasileiro sobre a ‘participação social’ apresenta uma trajetória estritamente articulada à trajetória sociopolítica do país nas últimas décadas”. Conforme destacam os autores,

(...) inicialmente, esse debate sobre participação se apresentava sob forte influência de um contexto político ideológico no qual tinha centralidade a experiência da ditadura militar. Com base nessa experiência o Estado e, mais do que isto, o campo político institucional é representado como espaço de autoritarismo (...) e formas autônomas de organização popular deveriam constituir-se em um contrapoder em relação às estruturas políticas vigentes. Num segundo momento, no entanto abandona-se progressivamente esta visão mais “fundamentalista” e passa-se à discussão sobre novas formas de interação entre a sociedade civil e o campo político institucional (...). (SILVA E SCHNEIDER, 2009, p. 150-151).

Conforme destacam Silva e Marques (2009, p. 9), a participação popular foi uma das principais bandeiras no processo de redemocratização do país, em contestação à centralização do Estado vivenciado à época do regime militar:

A participação social nos processos de discussão, elaboração, deliberação, gestão e/ou controle das políticas e ações governamentais foi uma das principais “bandeiras” no discurso dos agentes sociais e políticos atuantes no processo de redemocratização brasileiro. Por um lado, esta ênfase na necessidade de incorporação de novos “personagens” na cena política, para retomar o título do já clássico trabalho de Eder Sader (1988), expressava uma descrença nas possibilidades de expressão dos interesses e demandas daqueles setores sociais tradicionalmente excluídos, a partir dos partidos políticos e das instituições políticas da democracia representativa clássica.

No Brasil, é consenso na literatura que a promulgação da Constituição Federal de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado ao introduzir novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, conforme aponta Oliveira

(2009). Fato desse redesenho é a institucionalização dos conselhos gestores de políticas setoriais ou conselhos de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal.

Silva e Schneider (2009, p. 152), ratificam esta constatação ao argumentarem que,

(...) observa-se, na segunda metade dos anos 80 e, principalmente, ao longo da década de 1990, a proliferação de experiências de implantação de novos processos e canais institucionais que viabilizassem a “participação social”. Concentradas especialmente na esfera dos governos municipais (...), estas experiências passam a instituir uma pluralidade de estruturas e dinâmicas participativas, que, no seu conjunto, constituem um expressivo processo de inovação em termos das instituições públicas brasileiras.

Pereira (2007, p. 336) chama a atenção para um conjunto de mudanças decorrentes deste novo contexto, como por exemplo, o estabelecimento de uma nova relação da sociedade civil com o Estado⁵. Segundo a autora essas mudanças,

(...) se refletem nos “modos de ação pública” e muitas vezes não são percebidas em sua amplitude, pois se referem tanto em mudanças na natureza do Estado, que deixa de ser hierárquico e bipolar e se organiza em múltiplos níveis institucionais e numa multipolaridade dos centros de decisão quanto significam mudanças nas ações sociais e coletivas, que assinalam a preponderância das sociedades no que se refere ao “protagonismo” do indivíduo e dos movimentos sociais. A maior parte delas pode ser denominada de híbridas, no sentido que elas envolvem uma imbricação de iniciativas de atores.

Nesta mesma perspectiva, porém com outra nomenclatura, Pereira (2007, p. 338) propõe a noção de “híbrido”, para interpretar os processos sociais que envolvem o Estado e a sociedade civil, tanto no Brasil quanto na América Latina, como um todo. Segundo ela,

(...) podemos considerar “órgãos híbridos” uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil (...) essa nova forma de ação pública se caracteriza pela criação de espaços intermediários que tem como base a negociação e a parceria, ou, em outras palavras, uma partilha renovada de poderes institucionais que preconiza um novo agir político. É uma nova ação social debatida, negociada, que se coloca mais próxima do cidadão (PEREIRA, 2007, p. 339).

⁵ Neste sentido, podemos agregar a noção de “interface socioestatal” formulada por Isunza Vera (2007, p. 308, tradução da autora), no sentido de “compreender os espaços de intercâmbio e conflito de onde certos atores se relacionam não de forma causal, mas sim intencionalmente”. Ou seja, cria-se nesta configuração uma relação socioestatal, que é intencional e gera interdependências, nas quais os agentes se vinculam em torno de interesses comuns ou disputas por interesses divergentes.

As mudanças no padrão de relação da sociedade civil com o Estado, não na perspectiva de contestação, mas com base na cooperação demonstram que ao interagirem, as instituições sociais e estatais geram uma nova configuração, um espaço híbrido.

Silva (2011) em seus estudos sobre *Instituições Participativas*, no caso específico versando sobre o Orçamento Participativo em diferentes municípios brasileiros, concluiu que,

Mudanças institucionais (...) podem produzir efeitos importantes na estrutura e na dinâmica política ao alterarem os padrões de relação entre sociedade e Estado, reconfigurando as posições dos agentes sociais e políticos neste espaço social. De outro lado, os resultados dessas mudanças são dependentes dos recursos, capacidades e estratégias dos diversos agentes, os quais se apresentam de forma bastante distinta em cada um dos casos em função das especificidades de suas trajetórias (SILVA, 2011, p. 258).

Schmitt (2012, p. 2) ao investigar processos, na Bahia e no Rio Grande do Sul, onde ocorreram intersecções entre organizações sociais e agentes e instituições politico-administrativas em virtude da implementação de uma política pública do governo federal - o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - chama atenção para desdobramentos pertinentes dessa relação, com base nos argumentos de Rosemblum e Lesch,

Nas narrativas da sociedade civil como o local da defesa de causas, da participação e da resistência e como o terreno moral da cooperação voluntária e do desenvolvimento pessoal, a sociedade civil é geralmente representada como um desenvolvimento espontâneo que é independente do governo (...). Mas o governo frequentemente provém mais do que somente a infra-estrutura de ordem pública e serviços públicos, a estrutura legal para a formação de organizações e os parâmetros das leis civil e criminal dentro dos quais as associações voluntárias operam. O governo é também patrocinador material, comprador, financiador e parceiro nas atividades presumidamente benéficas dos grupos da sociedade civil (ROSEMBLUM E LESCH, 2011 apud Schmitt, 2012, p. 2).

Trabalhos recentes demonstram que a relação da sociedade civil com o Estado também tem gerado aspectos antes não identificados, como por exemplo, a dependência econômica das organizações em relação ao Estado:

(...) trabalhos recentes (ROSEMBLUM e LESCH, 2011) têm enfatizado a crescente dificuldade no estabelecimento de fronteiras claras entre a sociedade civil e o Estado/governo em função do aumento da importância do segundo no financiamento das organizações sociais, assim como pela expansão das parcerias e convênios nos quais as organizações sociais passam a assumir responsabilidades na implementação de programas e políticas públicas (SCHMITT, 2012, p. 4).

Outro ponto importante desta relação é que é apontado com clareza por Schmitt (2012, p. 4-5) refere-se ao acesso a recursos governamentais para implantação de ações em cooperação com o Estado:

(...) mudanças institucionais que ampliaram significativamente as possibilidades de contratação de organizações sociais para prestação de serviços públicos e, conseqüentemente, de acesso a recursos governamentais por parte destas organizações (...) e que são resultantes de intencionalidades e iniciativas de atores da sociedade e do Estado (...) o resultado dessas mudanças é a emergência e difusão de um padrão de relações de cooperação (que não exclui necessariamente o conflito) entre Estado e organizações da sociedade civil.

Como foi possível observar, determinados contextos políticos-institucionais aproximam a sociedade civil e o Estado, por meio do desenvolvimento de experiências participativas, oportunizadas pela disposição de contribuição mútua entre os atores envolvidos, os quais mobilizam recursos, atores e discursos, permeados por conflitos e tensionamentos, mas principalmente pautados na cooperação.

Cabe destacar também, como vimos anteriormente, de que essa relação cooperativa emerge de contestações realizadas em períodos anteriores, nas quais se reivindicava a abertura do Estado para a participação popular. Veremos a seguir um exemplo concreto de resposta do Estado à contestação de uma categoria social que emergiu no Brasil na década de 90 do século XX: a agricultura familiar⁶.

No meio acadêmico, a agricultura familiar passou gradativamente a ocupar espaço nas pesquisas, tornando-se tema relevante na área dos estudos sociais: “Em uma palavra pode-se dizer que a década de 1990 foi iniciada sob a marca da entrada da agricultura familiar no vocabulário acadêmico” (FAVARETO, 2010, p. 31).

Tendo em vista que o objeto de estudo da presente dissertação está diretamente ligado à investigação de processos associativos envolvendo atores sociais ligados à agricultura familiar e à implementação de políticas

⁶ Para aprofundamento no tema sugere-se a leitura de SCHNEIDER, Sergio (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.; SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª ed. 2009. ABRAMOVAY, R. et al. *A agricultura familiar entre o setor e o território*. São Paulo: FEA/USP, 2005. CARVALHO, H. M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

públicas destinadas a esse setor, apresentaremos a seguir uma síntese de importantes estudos relacionados a essa categoria social.

1.3.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: uma experiência brasileira de resposta do Estado à política contestatória da agricultura familiar

Tendo em vista a necessidade de diálogo com as pesquisas já realizadas sobre as experiências participativas, especialmente que envolvem agentes ligados ao mundo rural, trataremos agora do processo de implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf⁷. Segundo Silva e Marques (2009, p. 10-11),

(...) no campo do desenvolvimento rural, a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – concorreu decisivamente para ebulição do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para a democratização (...). Em 1996, a criação da linha infraestrutura e serviços para os municípios permitiu a incorporação de outros temas, notadamente a ideia de participação social.

No entanto, mesmo antes da ebulição do Pronaf e suas prerrogativas, a realidade do Rio Grande do Sul já demonstrava a existência de conselhos. Segundo Moruzzi Marques (2009, p. 54),

(...) a maioria dos municípios estabeleceu um conselho de política agrícola no decorrer da primeira metade dos anos 1990. Este fenômeno foi amplificado por rumores segundo os quais os municípios que não instituísem um conselho agrícola, uma secretaria de agricultura e um fundo de investimento rural seriam privados de recursos dos governos estadual e federal. Em função deste receio, os prefeitos constituíram, da noite para o dia, conselhos pouco ligados às reivindicações efetivas das organizações sociais. Nesse quadro, a implantação do Pronaf Infraestrutura implicou no ajuste dos conselhos existentes.

Schneider e Silva (2009, p. 166) também afirmam com base em pesquisas realizadas que,

Apesar da existência de diversos Conselhos Municipais cuja criação é anterior ao surgimento do Programa, é inegável o fato de que a exigência feita pelo Programa em relação à necessidade de constituição do Conselho como critério para acessar o Pronaf

⁷ Conforme destacam Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 23 - 24) o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais. Foi produto de uma reformulação em 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) criado em 1994 durante o governo Itamar Franco. Essas modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial n. 1.946 datado de 28/07/96.

Infraestrutura e Serviços foi um fator responsável pelo surgimento e/ou revitalização de parcela significativa dos Conselhos Municipais.

Para Favareto e Demarco (2009, p. 123) “além dos aspectos numéricos, a principal virtude do Pronaf e dos Conselhos foi ter contribuído para que se criasse um lugar institucional para as políticas destinadas à agricultura familiar”.

Importante destacar a afirmativa de Moruzzi Marques (2009, p. 61) no sentido de que esta mudança político-institucional oportunizou o ingresso de novos atores sociais nos processos de tomada de decisão: “os projetos participativos supõem o reconhecimento prévio dos atores sociais e das políticas susceptíveis de engajar estes grupos na construção de novas instâncias de poder”.

Neste sentido, Schneider e Silva (2009, p. 170) chamam atenção para o fato de que, mesmo não havendo ruptura imediata das relações de poder, a criação desses espaços de participação dos agricultores familiares, são uma condição de possibilidade para que essa mudança ocorra com o tempo:

Por certo, tal abertura (dos conselhos à participação dos agricultores familiares) não rompe, de imediato, com relações de poder historicamente constituídas e visceralmente entranhadas na sociedade, mas possibilita que as mesmas sejam identificadas, e num processo de longo prazo, sejam alteradas através do conflito e do aprendizado democrático.

Em relação ao Pronaf, Schneider, Cazella e Mattei (2009, p. 21-22) argumentam outra mudança importante no contexto nacional: o reconhecimento e a legitimação dos agricultores familiares por parte do Estado:

O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares⁸ –, que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (...) De um modo geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública especial com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura.

Porém, é importante lembrar também, tal como fizeram Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 21-22) que “Em larga medida, pode-se afirmar que o Pronaf foi formulado como resposta do Estado à pressões do movimento sindical rural,

⁸ Segundo Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 23) “os estudos realizados conjuntamente pela FAO/Incra definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas a esse grupo”.

realizadas desde o final da década de 1980”. Desde sua criação até meados da primeira década do século XXI o Pronaf sofreu uma série de transformações, com ampliação gradativa dos recursos destinados pelo governo federal para este programa.

Observa-se um conjunto de transformações ocorridas no âmbito do Estado brasileiro, tais como a criação de um novo ministério e as inovações institucionais criadas justamente para dar conta da problemática da agricultura familiar, as quais são apresentadas por Schneider, Cazella e Mattei (2009, p. 28-29),

A partir de 1999, com o início do segundo governo FHC, o Pronaf passou por novas reformulações (...) passando a ser incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (...). O MDA passou a abrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e (...) foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (...). Nessa nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar ganhou mais espaço, tanto na esfera pública federal como na sua visibilidade junto à sociedade civil. (...) Deve-se registrar que uma nova reformulação institucional foi realizada na SAF em 2003, no início do governo Lula, com implicações sobre o Pronaf. No âmbito do MDA foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do Pronaf Infraestrutura e serviços municipais.

Assim como destacado por Schneider, Cazella e Mattei (2009), Favareto e Demarco (2009, p. 136), corroboram a ideia de que os anos 90 foram o momento de emergência e reconhecimento da agricultura familiar e os anos 2.000, a ênfase na dinâmica territorial.

(...) os anos 90, no rastro da crise, foram os anos de ascensão da agricultura familiar como segmento reconhecido socialmente e alvo de políticas específicas até então inéditas e, associado a isso, foi o período em que se consolidou a ideia de que o envolvimento dos agentes influencia positivamente a boa aplicação de recursos públicos; já a primeira década do novo século se inicia sob a influência da chamada abordagem territorial, numa tentativa de valorizar a escala local no estabelecimento de dinâmicas de desenvolvimento e, além disso, de superar a dicotomia rural/urbano e a redução do rural ao agrícola.

Esses autores apontam que “a recente criação da SDT no âmbito do MDA pode ser lida como uma confirmação desta tendência [de envolvimento da agricultura familiar na gestão de recursos públicos, com abordagem territorial]” (FAVARETO; DEMARCO, 2009, p. 136).

Silva e Marques (2009) chamam atenção para as mudanças provocadas pela implantação do Pronaf, especialmente em relação aos conselhos criados, decorrentes de uma aliança institucional dentro do governo federal que,

poderíamos dizer, influenciou novos repertórios de ação, ao introduzir no processo de implantação desta política pública:

a exigência de instalação de um conselho e de um plano de desenvolvimento rural (...) [Desse modo] visavam edificar um espaço de manifestação das aspirações da população rural (...) como perspectiva, esperava-se o amadurecimento de uma cultura de participação política (SILVA; MARQUES, 2009, p. 11).

Deteremos nossa atenção neste processo de participação social específico, visto sua proximidade com o objeto de estudo da presente dissertação e pela expressiva quantidade de pesquisas realizadas por sociólogos brasileiros, além de ser um caso de interdependência entre o contexto político institucional e o desencadeamento de processos participativos. Conforme observaram Silva e Marques (2009, p. 12):

(...) o Pronaf contribuiu para a propagação intensa de conselhos atuando em diversas esferas da vida social. Efetivamente, estes organismos colegiados, contando com a participação da população enxertam-se no aparato burocrático do Estado brasileiro (...). Remodelando esta arquitetura, os conselhos são, apesar das precariedades frequentemente salientadas, percebidos geralmente de maneira favorável, tendo em vista seu potencial de transformação política. Constituindo uma reorientação sensível das políticas voltadas ao meio rural brasileiro, o Pronaf colabora, portanto, com a provisão de instrumentos para a dilatação dos círculos nos quais se decidem as intervenções públicas, e, em particular o uso dos fundos públicos.

Corroborando com esta perspectiva, Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 42) destacam que,

A ênfase dada à constituição de CMDR [Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural] deve-se ao fato que o Pronaf Infraestrutura, diferentemente da linha de crédito rural, tem como pressuposto básico o envolvimento das comunidades rurais e dos agricultores familiares na concepção, gestão e fiscalização das políticas públicas. Essa prerrogativa, em grande parte, advém da necessidade crescente do Estado estimular formas de gestão descentralizadas que promovam, ao mesmo tempo, maior eficiência no uso dos recursos e ampliação dos mecanismos de acesso da população, levando a uma maior democratização.

Um elemento importante a ser destacado e que os estudos sobre estas experiências demonstram uma não redução a elementos voluntaristas da ação social, como é observado por Silva e Marques (2009, p. 14), ao afirmar que:

(...) a introdução e a execução de inovações institucionais de caráter democrático não se resumem a uma ação “voluntarista”, devendo, ao contrário, operar em um contexto institucional que impõe uma série de obstáculos ao seu funcionamento.

Além disso, salienta-se como categoria de análise, já mencionada nos processos de mediação social, a dimensão do reconhecimento e da

legitimidade. Neste sentido os autores citados problematizam a real efetivação destes aspectos:

O fato de grande parte dos CMDRs nasça (ou, nos casos onde já existiam, sofram reformulações) em resposta às exigências colocadas pelo Pronaf (de cima para baixo), confere a estes canais de participação social a marca de uma “artificialidade” e, conseqüentemente, um baixo reconhecimento social. Obviamente que qualquer criação institucional é “artificial”, no sentido de se ter uma construção social; no entanto, no caso de grande parte dos CMDRs, o que se observa é a constituição de um espaço de participação cuja efetividade depende do reconhecimento e da legitimação por parte de atores sociais e políticos que, de fato, ainda encontram-se pouco sensibilizados e mobilizados para intervirem nestes espaços, dotando-lhes de real poder e vitalidade (...) naqueles poucos casos nos quais se observa uma relação inversa, de baixo para cima (...) percebe-se uma dinâmica diferenciada (...) na medida em que há uma pressão social no sentido da introdução de uma inovação institucional que abra espaço para a participação dos atores sociais, este espaço já se constitui com um significativo grau de reconhecimento (SILVA e MARQUES, 2009, p. 14).

A esse respeito, segundo Favareto e Demarco (2009, p. 128), existe uma contradição entre a exigência de criação dos conselhos municipais e o efetivo envolvimento dos agentes sociais em torno dos investimentos na agricultura familiar:

(...) nota-se que não há nenhum antagonismo entre a iniciativa “de cima pra baixo” que leva à constituição dos conselhos e a possibilidade de efetivo envolvimento dos agentes sociais. O que há é uma contradição que vai se formando desde esse momento entre o que se espera do conselho e o ambiente institucional no qual ele está inserido, algo que vai se objetivar através de normas e constrangimentos, ora expressos em termos formais como as exigências de prazos e de procedimento do Pronaf, ora em termos de disposições adquiridas pelos agentes, como na resistência, por parte importante dos agentes governamentais em ver na agricultura familiar um segmento a ser privilegiado pelo investimento público.

Insistir nos resultados de pesquisas realizadas junto à estes espaços de participação, faz sentido à medida que, segundo Moruzzi Marques (2009, p. 113) “o estudo dos CMDR (...) permite refletir sobre as aberturas e obstáculos para a participação efetiva dos agricultores familiares nas decisões que lhes dizem respeito”.

Conforme destacam Favareto e Demarco (apud Silva e Marques, 2009, p. 15) é preciso levar em consideração também os constrangimentos impostos aos espaços participativos, especialmente os relacionados à esfera estatal, os quais geralmente possuem “limites legais-regimentais”.

Adicionalmente, há de se destacar outro elemento existente nestes processos, observado na relação entre a atuação dos conselhos e o contexto institucional, que pode ser abstraído para reflexões em experiências semelhantes: “Trata-se das diferenças de temporalidade entre os processos participativos e a dinâmica da administração pública [ou seja,] a demora que os procedimentos burocráticos impõem para a formulação de respostas institucionais” (SILVA e MARQUES, 2009, p.15).

A partir de todas essas apreensões, acerca de interdependência dos processos associativos e o contexto político-institucional, os autores chamam atenção para a implicação das mudanças nas correlações de forças, especialmente nas resistências e conflitos decorrentes das inovações institucionais. Assim:

(...) percebe-se que a introdução de inovações democráticas, tal como os Conselhos, não se resume a um mero exercício de “engenharia institucional”. Ao contrário, mudanças na estrutura e dinâmica institucional sempre implicam em alterações na correlação de forças entre atores (sociais, políticos, institucionais), trazendo, necessariamente, resistências, conflitos e pressões (nem sempre explícitos, mas nem por isso menos efetivos e significativos) (SILVA; MARQUES, 2009, p.16).

Além das dinâmicas relativas à esfera estatal e os constrangimentos ou estímulos gerados a partir das mudanças institucionais, cabe destacar os aspectos relativos à sociedade civil e os processos de participação social, preferencialmente aquilo que diz respeito aos custos de participação e aos diferenciais de recursos.

Esta dimensão de análise, relativa à mobilização de recursos é destacada também por Schmitt (2012). Considerando, conforme apontam os pesquisadores, que a mesma enfatiza que,

(...) processos organizativos implicam custos e que, para sua continuidade ao longo do tempo, as organizações necessitam criar mecanismos de captação e utilização eficaz de recursos (financeiros, materiais, humanos, conhecimento, etc) coloca-se a hipótese de que alterações nas fontes e nos volumes de recursos que as organizações podem acessar tenderiam a gerar efeitos mais ou menos significativos na atuação das mesmas (SCHMITT, 2012, p. 11).

Tomando como referência a experiência de participação social junto aos conselhos municipais de desenvolvimento rural, das quais advêm as presentes categorias analíticas, há que se levar em consideração as seguintes observações que fundamentam o exposto acima e são elementos relevantes

para compreensão de determinados processos: a mobilização de recursos necessários à participação.

A necessidade de deixar o trabalho e arcar com os gastos de deslocamento para as sedes dos municípios (onde, em geral, se realizam as reuniões), entre outras exigências que se colocam para a participação dos agricultores, não se apresenta da mesma forma para os representantes governamentais (...). Esse diferencial nos custos da participação torna-se mais problemático se levarmos em conta o fato de que, em geral, são os agricultores que apresentam menores rendas e disponibilidade de tempo, em comparação com os representantes governamentais. Ou seja, aqueles que têm menos recursos são os que precisam arcar com os maiores custos do processo de participação (SILVA; MARQUES, 2009, p.17).

Importante destacar também a relação encontrada por Basso (2009, p. 212) entre associativismo e processos de participação social, ao analisarem o agir dos agricultores. Segundo o autor,

(...) há evidências de uma estreita relação entre associativismo e participação. Os agricultores, ao adentrarem no campo da política, através dos movimentos sociais e das organizações, rompem com o isolamento social e cultural, criando assim um processo de socialização política que permite aos seus integrantes um momento pedagógico sobre o significado da organização e da participação política (BASSO, 2009, p. 212).

Além do nível individual de participação, quando se trata da relação de organizações com o Estado no sentido da implantação de políticas públicas, no que diz respeito à mobilização de recursos, Schmitt (2012) chama atenção para as mudanças nas organizações que esta exige, especialmente quando envolvem delegação: tornando as organizações maiores, mais profissionalizadas e mais burocratizadas,

Engajar-se em interações colaborativas com o Estado é altamente exigente em termos de recursos (...). Então, os movimentos que entram em uma relação colaborativa com o Estado tendem a tornar-se maiores, mais profissionalizados e mais burocratizados (GIUGNI; PASSY, 1998:102 apud Schmitt, 2012, p. 12).

Neste cenário de relação com o Estado encontram-se as organizações não governamentais (ONGs), cuja legitimidade, segundo Jean Roca (2001 *apud* Moruzzi Marques 2009, p. 100), advém de três fontes: “o exercício garantido de um *know-how* técnico; a afirmação de valores que tenham sentido na esfera social de um mundo ‘desencantado’ e a elaboração de novas formas de representação dos sem-voz”.

Para Moruzzi Marques (2009, p. 100) “as ONGs podem certamente completar a ação do Estado e apoiar, de forma eficaz, as organizações populares”.

Os autores citados acima chamam atenção para outro elemento importante, além dos acima mencionados e que, muitas vezes, se traduz em “obstáculo” nos espaços participativos: trata-se das “competências” segundo conceituação de Moruzzi Marques (apud Silva; Marques, 2009, p.17) “necessárias para intervir de forma ativa e propositiva nestes espaços”.

Segundo os autores, a posse de determinados conhecimentos técnicos tende a colocar determinados atores, tais como os representantes das prefeituras municipais ou técnicos de organizações, em posição de superioridade em relação aos agricultores familiares,

A posse de determinados conhecimentos “técnicos”, a compreensão do funcionamento da máquina administrativa, o domínio da capacidade argumentativa e a habilidade no seu uso, entre outros elementos, colocam-se como fatores de distinção e hierarquização dos participantes (...) por sua formação educacional, por sua trajetória profissional ou política, por seu acesso a informação privilegiadas e/ou pelo “poder simbólico” associado à posição que ocupa, o representante governamental tende à colocar-se, de saída, numa posição de superioridade em relação ao representante dos agricultores (...) que em geral, é percebido (e muitas vezes, se percebe) como alguém desqualificado, despreparado, “incompetente” para participar (...) o que tende (na verdade) a ocultar uma determinada configuração de poder (SILVA; MARQUES, 2009, p.17).

Em contraste com essa tese, Basso (2009), em pesquisa realizada sobre a produção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares do município de Dois Vizinhos no Paraná, constatou que,

A realidade socioeconômica dos agricultores e os recursos estratégicos, como por exemplo, a dificuldade de acesso à informação, à linguagem burocrática e ao saber técnico, não está servindo de elemento para construir um quadro de empecilhos em relação ao processo de participação. Estas dificuldades estão sendo superadas pelo ator social, a partir da própria capacidade de reflexão entre os atores organizados (BASSO, 2009, p. 230).

Cabe destacar também, como outro efeito importante das mudanças institucionais e a participação social, o que Faria (2007, p. 362) denomina como “força civilizatória da publicização”. Trata-se do fenômeno que decorre da participação dos diferentes agentes e que, em certa medida, exercem um controle sobre as atitudes praticadas em público,

(...) não só pelo fato de os fóruns constrangerem as ações auto interessadas dos indivíduos, uma vez que a publicidade praticada

nestes fóruns traz consigo um componente simbólico que pode comprometer a reputação e o capital político daqueles que não agem de acordo com o interesse comum (Smulovitz; Peruzzoti, 2000), mas também ao fato de esta prática introduzir, via publicização, novos elementos contidos em uma determinada política, disseminando mais informações (Dryzek, 2000), e de aprimorar o controle exercido sobre a agenda política negociada (Young, 2002). (FARIA, 2007, p. 363).

Mattei e Cazella (2009, p. 196) observam nos gestores públicos municipais, outro agente importante dos processos participativos. No que refere ao setor agrícola, os autores chamam atenção sobre o papel desempenhado pelo Pronaf para a participação desses gestores. Segundo os autores,

O poder público municipal pode desempenhar um papel de destaque na promoção de dinâmicas participativas de planejamento e de desenvolvimento rural (...). Na verdade, a instituição do Pronaf foi um fator importante que contribuiu para aumentar o envolvimento das administrações municipais com o setor agrícola, pois as obrigou a reverem sua forma de atuação junto às comunidades rurais (MATTEI e CAZELLA, 2009, p. 196).

Em relação ao compromisso político governamental, Silva (2001 *apud* Basso 2009) destaca que o envolvimento dos gestores públicos é um aspecto determinante dos processos participativos,

O comprometimento político das forças integrantes dos governos municipais também é um aspecto determinante a ser considerado nos processos participativos. São necessários governos que possam abrir-se, e partilhar o poder de governar. Os processos orientados à participação na produção e gestão pública encontram-se fortemente condicionados pela vontade política governamental (SILVA, 2001, *apud* BASSO, 2009, p. 213).

Fruto de pesquisas, Basso (2009) verificou uma relação positiva entre o compromisso do governo municipal e a participação dos agricultores:

As informações mostram que houve [naquele caso específico] um compromisso político crescente do governo municipal (...) o governo eleito, em seus quatro anos de mandato, estabeleceu uma relação institucional de maior afinidade com os programas e projetos produzidos no conselho [composto por agricultores] (BASSO 2009, p. 214-215).

Há de se salientar também, o que já de alguma maneira foi exposto, o fato de que os CMDRs, espaços estruturados a partir de relações de poder, implicam tanto cooperação quanto conflito (SILVA; MARQUES, 2009, p.19). Sobre este aspecto, Favareto e Demarco (2009) colocam a seguinte observação:

(...) às tentativas de mobilizar o capital social dos territórios, se contrapõem uma série de bloqueios institucionais que se apresentam ora sob a forma de normas e regras formalmente estabelecidas, ora sob a forma de disposições adquiridas pelos agentes, constringendo

e condicionando objetivamente suas práticas e concepções. Sob tal enfoque, os CMDR deixam de ser vistos como espaços neutros e pautados exclusivamente pela busca de convergências, para se revelarem como campos de disputa entre agentes sociais oriundos de diferentes e assimétricas posições no tecido social e econômico (FAVARETO; DEMARCO, 2009, p. 142).

Por último cabe destacar outro aspecto, apresentado por Basso (2009). Segundo ele, considerando o processo interpretado, as mudanças ocorridas “não resultam necessariamente da descentralização dos processos decisórios, vinculada às reformas do Estado (...) algumas das razões estão ligadas (...) à densidade do associativismo e comprometimento dos gestores municipais (...)” (BASSO, 2009, p. 229).

De tudo que se assinalou até o momento, dada a complexidade e o conjunto de elementos imbricados nas relações socioestatais de participação social envolvendo o mundo rural, faz sentido seguir a sugestão colocada por Silva e Marques (2009, p.19) no sentido de que: “nos parece mais correto, enquanto cientistas sociais, compreender estas experiências frente a uma trajetória e uma configuração (e não frente a um modelo normativo)”.

Nestas interfaces ocorrem diferentes configurações e processos de mediação social. Como proposta de interpretação destes processos, Silva (2007, p. 484-486) propõe que o foco de análise se desloque,

(...) para a compreensão das experiências participativas não como variáveis independentes que, ao serem instituídas, levariam necessariamente e naturalmente a determinados resultados, mas sim como elementos inseridos na trajetória de um espaço de relações estruturado, que define o campo de possibilidades para os resultados produzidos por tais experiências (...) deveríamos tentar compreender a configuração política – a conformação do campo de relações entre atores, grupos e instituições sociais e políticas – que gera aquilo que constitui o “ser” da sociedade civil e do Estado em um contexto específico (...) a introdução da perspectiva histórico-processual (...) implica uma ruptura com a tentativa de tratar de forma estática um “objeto” que é um processo.

Para tanto Silva (2007, p. 486) destaca ainda a necessidade de uma abordagem relacional entre as diferentes dimensões (associativa, política, institucional e socioeconômica) que fazem parte das experiências participativas e que são relevantes, do ponto de vista das interpretações.

Conforme o autor, nesta complexificação introduzida pela perspectiva relacional, “as dimensões de análise não são tomadas isoladamente nem possuem características independentes às relações que estruturam a configuração sociopolítica em foco” (SILVA, 2007, p.489).

Para ele deve-se outorgar um papel central ao histórico das relações sociais, dos padrões de desigualdade e as oportunidades de participação, como é descrito a seguir.

Isto significa, por exemplo, que não é possível compreender uma cultura associativa local sem compreender as relações estabelecidas ao longo do tempo entre agentes sociais e políticos, sem relacioná-la com os padrões de desigualdade social existentes ou, ainda, sem tratar das oportunidades de participação institucional disponíveis e suas mudanças ao longo do tempo (SILVA, 2007, p.490).

Para Silva (2007), a abordagem relacional possibilita identificar e analisar as redes construídas entre atores sociais e políticos, e os conflitos que permeiam as relações:

(...) a abordagem relacional possibilita identificar e analisar as redes construídas entre os atores sociais e políticos, que perpassam transversalmente o Estado e a sociedade civil e reúnem atores posicionados nestes dois espaços sociais, conformando convergências de interesses, identidades, projetos políticos e/ou ideologias. Com isto, a diversidade e o conflito são reintroduzidos como elementos centrais não apenas das relações entre Estado e sociedade civil, mas também das relações entre as diferentes “facções” presentes dentro do Estado e da sociedade civil (SILVA, 2007, p.495-496).

Na figura 3 é possível observar o modelo de análise relacional das experiências de participação proposta pelo autor:

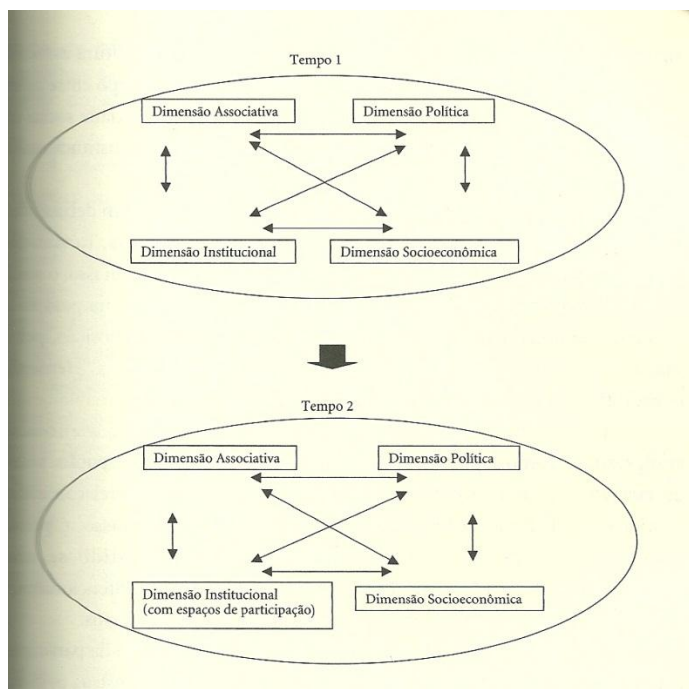


Figura 3. Modelo de análise relacional das experiências de participação.
Fonte: Silva (2007, p. 489).

Favareto e Demarco (2009, p. 141), argumentam a favor da abordagem relacional dos processos participativos, propondo a combinação da vertente institucionalista com a bourdesiana, conforme descrevem a seguir.

(...) um bom instrumental analítico pode ser melhor delineado através da combinação criativa das vertentes institucionalistas e bourdesiana (...) é com elementos fornecidos por estas duas teorias que se torna possível compreender a evolução das instituições em suas vinculações com as estruturas sociais de maneira viva, com as possibilidades de desfecho dos conflitos em aberto, a serem determinadas pela dinâmica mesmo destas forças sociais.

Argumentos e categorias expostas até o momento, bem como sugestões teórico-metodológicas apresentadas nessa seção serão utilizadas para a compreensão dos processos que têm ocorrido junto ao Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, especialmente as transformações ocorridas neste espaço a partir da mudança no contexto político institucional e consequente aproximação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, como poderá ser observado no capítulo 3.

1.4. A construção do problema sociológico

Um elemento fundamental em toda pesquisa social é a construção do problema sociológico. Segundo Lenoir (1998, p. 63) as pesquisas sofrem “a incidência e o peso das definições instituídas que comandam as condições de observação e, ao mesmo tempo, as explicações dos fenômenos estudados pelos sociólogos”.

Considerando que existe uma realidade pré-construída, a construção do objeto sociológico deve levar em consideração, segundo Lenoir (1998, p. 63), que “o que é constituído como ‘problemas sociais’ varia segundo as épocas e as regiões e pode desaparecer como tal”.

O autor chama atenção pelo fato de que mesmo categorias consideradas “naturais”, como a idade, seguem princípios de classificação do mundo social e referem-se sempre a fundamentos sociais, muitos dos quais “associados ao aparecimento de instituições e agentes especializados que encontram nessas definições a força-motriz e o fundamento de sua atividade” (LENOIR, 1998, p. 64).

Lenoir (1998), investigando mudanças nas classificações da idade e trabalho ocorridas na França em diferentes épocas, chega à conclusão de que existe uma manipulação das classificações, estando em questão a definição dos poderes associados e as lutas simbólicas existentes. Segundo ele, “para o sociólogo, o que constitui o objeto da pesquisa não é tomar partido nessas lutas simbólicas, mas analisar os agentes que as travam, as armas utilizadas, as estratégias postas em prática” (LENOIR, 1998, p. 68).

Utilizando como exemplo da manipulação da idade da aposentadoria, o autor identifica duas dimensões das lutas que dizem respeito à definição das faixas etárias, mas que pode ser facilmente abstraída para outras situações a serem investigadas: as que estabelecem oposição entre grupos sociais e aquelas nas quais se enfrentam as gerações, especialmente quando se leva em consideração a dimensão econômica, ou seja, o valor atribuído aos indivíduos (LENOIR, 1998, p. 72).

Segundo Lenoir (1998, p. 73) “essas lutas em volta da classificação podem chegar a transformações da visão e das divisões do mundo social,

sobretudo quando às categorias cuja definição está em jogo são associados determinados direitos”.

Para Lenoir (1998, p. 73), “A ‘realidade social’ é o resultado de todas essas lutas. Ela se manifesta sob diferentes formas: no estado de direitos, equipamentos coletivos, categorias de pensamento, movimentos sociais, etc.”. É nesse ambiente que emergem os problemas sociais, cujo estudo é um dos melhores reveladores desse trabalho de construção social da realidade.

Para ele, “tratando-se de um problema social, o objeto de pesquisa do sociólogo consiste, antes de tudo, em analisar o processo pela qual se constrói e se institucionaliza o que, em determinado momento do tempo, é constituído como tal” (LENOIR, 1998, p.73).

Faz-se necessário considerar também “a complexidade e diversidade de fatores que se encontram na origem da emergência de um problema social e que muitas vezes, é o conjunto da ordem social que está em questão” (LENOIR, 1998, p. 79).

Considerando que há um conjunto de abstrações em torno dos problemas sociais, “o sociólogo é levado a empreender uma dupla abordagem que implica romper com as definições socialmente admitidas do fenômeno que estuda, na medida em que são demasiado gerais e/ou históricas”, (LENOIR, 1998, p. 80). No entanto, qual seria essa dupla abordagem? Segundo o autor,

A primeira consiste em observar as diferenças entre os grupos sociais em relação ao seu objeto (...) e a segunda visa recolocar essas diferenças em conjuntos mais gerais que podem ser designados por “contexto”, no qual se desenrola o fenômeno observado (LENOIR, 1998, p. 80).

Além disso, Lenoir (1998, p.84) chama atenção para o fato de que “embora um problema social seja, como toda problemática sociológica, o produto de uma construção, acontece que seus princípios são diferentes”. Para o autor, um problema social “não é somente resultado do mau funcionamento da sociedade; pressupõe um verdadeiro “trabalho social” que compreende duas etapas essenciais: **o reconhecimento e a legitimação do problema como tal**” (LENOIR, 1998, p. 84, grifo nosso).

Tais etapas, segundo o autor, envolvem “tornar visível uma situação particular (...) ‘digna de atenção’, pressupõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a

fim de agirem sobre o mesmo” e a “verdadeira operação de promoção para inseri-lo [o problema social] no campo das preocupações ‘sociais’ do momento”. Acrescenta-se ainda um “trabalho específico de **enunciação e formulações públicas**” (LENOIR, 1998, p. 84, grifo nosso).

Segundo Lenoir (1998, p. 84), “as condições de tal mobilização e de seu sucesso constituem um outro aspecto da análise sociológica dos problemas sociais”. Assim, “o estudo deve incidir sobre todas as formas de mobilização e condições que tornam possíveis e têm como efeito **credenciar a causa, em particular, junto aos poderes públicos**” (LENOIR, 1998, p. 88, grifo nosso).

Além disso, “para que um ‘problema’ tome a forma de um problema social, não basta que encontre agentes socialmente reconhecidos como competentes para examinar sua natureza e propor soluções aceitáveis (...) será preciso impô-lo no cenário dos debates públicos” (LENOIR, 1998, p. 88).

A consagração estatal, segundo a autor é o meio pelo qual os problemas da vida particular se transformam em problemas sociais: “uma das fases essenciais de constituição de um problema como problema social é justamente seu reconhecimento como tal pelas instâncias estatais” (LENOIR, 1998, p. 89).

O aparecimento de um problema social resulta, aliás, de três séries de fatores: das transformações que afetam a vida cotidiana dos indivíduos; da formulação pública e do processo de institucionalização que tende a imobilizar e fixar as categorias segundo os quais o problema foi colocado, tornando-o evidente para todos (LENOIR, 1998, p. 95).

Há de se considerar também a burocratização das relações sociais, conforme destacado por Lenoir (1998, p. 96), a qual refere-se à instauração de sistemas sociais, como por exemplo de aposentadoria, característicos dos modos de resolução dos problemas sociais constituídos, assim como, no nosso caso, pode ser exemplificado com a criação do Pronaf, destacada na seção anterior.

Segundo o autor “esse modo burocrático de gestão das populações pressupõe a elaboração e o reconhecimento de princípios universais e abstratos de classificação (...) assim como a produção de agentes especializados (...) para aplicar tais princípios” (LENOIR, 1998, p. 97).

Assim como o conceito de mediação social está longe de ser um processo “natural” também é a construção dos problemas sociais e

consequentemente dos objetos sociológicos. Conforme vimos, as categorias que servem de base para a construção da realidade social e que, por conseguinte, se apresentam diante do sociólogo, são o resultado de lutas, tal como apresentado por Lenoir (1998).

Cabe então a tarefa de analisar como determinados problemas sociais foram criados e o conjunto de ações desenvolvidas, em forma de configurações, que contribuíram para a construção da realidade, objeto de pesquisa da presente dissertação.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada adotou-se a abordagem da pluralidade metodológica (CEA D'ANCONA, 1998; GOBO 2005). Esta pluralidade foi uma orientação central da pesquisa, da qual decorreu não só o conjunto das técnicas a serem utilizadas, mas também o tipo de tratamento conferido aos dados.

Trata-se de um estudo de caso, de uma situação social singular, específica e de abrangência regional, uma configuração particular localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, cuja descrição detalhada do universo empírico será apresentada no capítulo a seguir.

Como fonte de obtenção e interpretação dos dados foram utilizados predominantemente a observação participante e retrospectiva, acompanhada da análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chave.

2.1. O estudo de caso nas Ciências Sociais

Segundo Vasilachis de Gialdino (2006, p. 220, tradução da autora), “o caso é definido como um sistema delimitado no tempo e espaço de atores, relações e instituições sociais onde se busca dar conta da particularidade dele mesmo no marco de sua complexidade”.

Conforme destacado pela autora, este método se desenvolve a partir de um enfoque reflexivo, onde se constrói o conhecimento através do diálogo entre sujeitos e se aborda a participação do investigador no campo como uma possibilidade que deve ser aproveitada e não como um problema que deve ser controlado (VASILACHIS DE GIALDINO, 2006).

Uma das características centrais dos estudos de caso, segundo Vasilachis de Gialdino (2006) é que os processos sociais específicos estudados são construídos a partir de um determinado, e sempre subjetivo e

parcial, recorte empírico e conceitual da realidade, que conforma um tema e/ou problema de investigação.

Conforme argumenta Stake *apud* Vasilachis de Gialdino (2006, p. 219, tradução da autora), “o estudo de caso não é a eleição de um método senão também a eleição de um objeto a ser estudado”. Nesta perspectiva, segundo a autora, predominam os estudos de caso único, como o da presente pesquisa, que, conforme fora assinalado por Stake, outorgam prioridade ao conhecimento profundo do caso e suas particularidades por sobre a generalização dos resultados.

O que se objetiva no estudo de caso único é a apreensão e interpretação de elementos que permitam sua reflexão sociológica, a riqueza de sua especificidade e da configuração que foi formada pelos sujeitos envolvidos, e desta maneira desenvolver o conhecimento. Segundo Vasilachis de Gialdino (2006, p. 219, tradução da autora), “a amostra é intencionada em função dos interesses temáticos e conceituais”.

Outro elemento importante desta perspectiva, conforme aponta Vasilachis de Gialdino (2006, p. 220, tradução da autora) é que “a pergunta de investigação se converte no eixo conceitual que estrutura o estudo de caso”. Segundo a autora, a variedade das fontes de informação utilizadas (observação, entrevistas, documentos, etc.) se orienta a captar e descrever a complexidade dos fenômenos em estudo e seu contexto com maior riqueza possível, respeitando o olhar dos atores sociais envolvidos.

Para Vasilachis de Gialdino (2006, p. 221, tradução da autora), a situação e o papel do pesquisador no processo de investigação devem ser considerados como elementos importantes, visto que é através dessa situação e do papel desempenhado, seja de observador, entrevistador, avaliador ou intérprete, que será construído o conhecimento necessário para dar conta, desde um ponto de vista particular ou relativo, da compreensão e interpretação do caso abordado.

O estudo de caso pode ser definido então, como uma estratégia de investigação empírica, em termos holísticos e significativos, em seus contextos específicos de acontecimentos (VASILACHIS de GIALDINO, 2006, p. 222-223); permitindo a integração de metodologias que estabelecem diferentes relações entre os procedimentos quantitativos e qualitativos; e podendo construir

explicações que vinculam fenômenos e processo em termos causais, referidos a um determinado contexto e expresso em termos narrativos.

Argumentando a necessidade de que os investigadores sociais devem ser flexíveis, Vasilachis de Gialdino (2006, p. 229) propõe recorrer à triangulação em termos do extenso repertório de métodos apropriados para compreensão do problema sob investigação. Este procedimento de integração metodológica envolve aquelas situações de combinação de mais de um método de investigação e mais de um tipo de informação a ser coletada.

Segundo a autora, esta integração de métodos, especialmente sob predomínio da abordagem qualitativa é altamente frutífera, por se tratar de um processo e seu contexto específico, tal como pode ser observado em sua argumentação,

Os desenhos de estudos de caso no marco da integração de métodos sob o predomínio de procedimentos qualitativos são uma ferramenta frutífera para dar conta dos fenômenos sociais, considerando os atores e suas estratégias assim como os processos que os abarcam, nos contextos específicos de acontecimento (VASILACHIS DE GIALDINO 2006, p. 230, tradução da autora).

Levando em consideração as fontes de informação presentes, destaca-se a utilização na presente pesquisa dos dados colhidos predominantemente da observação participante e retrospectiva, da pesquisa documental e da realização de entrevistas semiestruturadas.

2.2. A observação como método de investigação

A escolha das técnicas mais adequadas de coleta dos dados é fundamental para o êxito da pesquisa social. Entre a diversidade de possibilidades existentes em termos de técnicas destaca-se, para um conjunto expressivo de pesquisadores, a observação. Para Gil (2009, p.100) “A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa”.

Considerada como a fonte mais comum para obtenção dos dados, “um dos três mais importantes componentes da investigação qualitativa” segundo afirmam Strauss e Corbin (1990 *apud* Vasilachis de Gialdino, 2006, p.29), a técnica de observação é destacada por um conjunto expressivo de cientistas sociais, independente da perspectiva teórica utilizada na pesquisa da realidade social.

No entanto, é sabido que as decisões metodológicas encontram-se geralmente ligadas a reflexões epistemológicas que não podem ser ignoradas pelos pesquisadores. Para Guba e Lincoln, segundo Vasilachis de Gialdino (2006, p.43), “as questões de método são secundárias às dos paradigmas, os quais são como sistema básico de crenças que guiam o investigador não somente nas questões de método senão também ontológica e epistemologicamente”. Nesta linha de raciocínio⁹, a técnica de observação se inscreve numa perspectiva qualitativa de produzir conhecimento.

Para Angrosino (2009, p.74), “o papel-chave da observação na pesquisa social foi reconhecido há muito tempo. (...) Contudo, a observação no âmbito da pesquisa é um processo consideravelmente mais sistemático e formal”. Para esse autor, esta técnica pode ser definida como o “ato de perceber um fenômeno e registrá-lo com propósitos científicos” (ANGROSINO, 2009, p.74).

Reforçando seu estatuto de legitimidade, Gil (2009, p.100) afirma que, quando da utilização exclusiva da observação para obtenção de dados e por estar presente em outros momentos da pesquisa, ela chega a ser considerada como método de investigação, para além de uma simples técnica de pesquisa.

⁹ Dosse (1993) ao abordar o tema da ambição científica do estruturalismo destaca, por exemplo, a perspectiva de Lévi-Strauss e a primazia da observação na realização de suas pesquisas, considerando o fato que para este reconhecido antropólogo, esta técnica vinha sempre em primeiro lugar, anterior a toda construção lógica, a toda conceitualização.

Utilizada com o objetivo de adquirir conhecimentos necessários para o cotidiano, conforme nos coloca o mesmo autor supracitado, a observação deixa de ser uma simples utilização dos sentidos tornando-se um procedimento científico, à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisa e é sistematicamente planejada.

Segundo Gil (2009), dentre as vantagens da observação estão, a possibilidade de obtenção de elementos para definição dos problemas de pesquisa e o favorecimento na construção de hipóteses.

Cabe destacar o fato de que a observação, segundo Angrosino (2009, p.74), “pressupõe algum tipo de contato com as pessoas e coisas que são observadas. (...) O observador tem assim, um maior ou menor grau de envolvimento com aquilo que está observando”.

Gil (2009) apresenta uma tipologia para a técnica, a partir dos meios utilizados e segundo o grau de participação do observador, podendo ser classificada como: estruturada ou não-estruturada; e participante ou não participante. Segundo o autor “como a observação participante, por sua própria natureza, tende a adotar formas não estruturadas, pode-se adotar a seguinte classificação, que combina os dois critérios considerados: observação simples; participante e sistemática” (GIL, 2009, p. 101).

Por sua vez, Gold (1985) referenciado por Angrosino (2009) apresenta uma tipologia considerada clássica dos papéis do pesquisador, distinguindo quatro categorias: “de observador invisível; de observador-como-participante; o pesquisador que é um participante-como observador e quando o pesquisador é um participante totalmente envolvido” (ANGROSINO, 2009 p. 74, 75).

Segundo a classificação apresentada pelos autores supracitados, pode-se classificar a observação realizada como fonte de dados na presente pesquisa como uma combinação da observação simples, visto seu caráter exploratório e que nortearam os itens a serem observados, e de observação participante, também denominada ativa para Gil (2009).

Gil (2009) ressalta que no tipo de observação simples é importante que o pesquisador tenha conhecimentos prévios acerca do grupo que pretende observar. Neste ponto é importante destacar o que Giddens (1989) nos coloca ao propor a teoria da estruturação, onde um ponto de partida hermenêutico é

aceito na medida em que se reconhece que a descrição de atividades humanas requer familiaridade com as formas de vida expressas naquelas atividades.

Por sua vez Becker (1999) em seu trabalho clássico, quando se utiliza como método a observação participante, procura compreender uma organização específica.

Normalmente os sociólogos usam este método quando estão especialmente interessados em compreender uma organização específica ou um problema substantivo, em vez de demonstrar relações entre variáveis abstratamente definidas. Eles se esforçam para dar um sentido teórico a suas pesquisas, mas presumem que *a priori* não conhecem bastante sobre a organização para identificar problemas e hipótese relevantes, e que precisam descobri-los no decorrer de sua pesquisa (BECKER, 1999, p. 48).

Se considerarmos as categorias de Gold (1985) citadas por Angrosino (2009), podemos caracterizar a observação realizada como “participante-como-observador” tendo em vista que a pesquisadora que realizou a observação participa, com frequência, desde 2003, do caso estudado. Segundo Gold (1985) em palavras de Angrosino (2009, p. 75),

O pesquisador que é um participante-como-observador está mais completamente integrado à vida do grupo e mais envolvido com as pessoas; ele é igualmente um amigo e um pesquisador neutro. No entanto suas atividades de pesquisa ainda são reconhecidas.

Com relação à observação participante, Gil (2009, p.103) aponta que neste tipo de metodologia, “se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo” e tem como vantagens o fato de que possibilita: “o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado e captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados” (GIL, 2009, p.104).

Segundo Becker (1999, p. 47), “o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda”.

Pelas suas características, a observação participante constitui-se numa importante estratégia metodológica, amplamente utilizada na realização da pesquisa apresentada nesta dissertação como forma de coleta e tratamento dos dados.

2.3. A observação retrospectiva

Seguindo também a perspectiva metodológica desenvolvida por Martins (2008) ao explorar e resgatar fatos do cotidiano de sua adolescência, podemos classificar como perspectiva metodológica - pelas características do processo de observação - o que o autor denomina de sociologia retrospectiva. Com efeito, a semelhança dele, foi utilizado como banco de dados as próprias lembranças, que retrospectivamente equivalem a uma observação participante, tal como proposto pelo autor:

Faço aqui uma sociologia retrospectiva, pois uso criticamente minhas próprias lembranças como banco de dados, classificadas sociologicamente, como se retrospectivamente recorresse à observação participante. Recupero e interpreto os dados, portanto, como membro dos grupos sociais de referência nesta análise, grupos vicinais e de trabalho, dos quais fiz parte, e não como estranho, que é o que normalmente ocorre com o pesquisador (MARTINS, 2008, p.63)

Considerando o rigor necessário para a realização das investigações sociológicas, entre elas o distanciamento da situação investigada e do pesquisador em relação ao processo investigado, Martins (2008, p. 63 -64) destaca a distância no tempo como elemento que confere ao estudo a necessária “neutralidade relativa” e o distanciamento:

A distância no tempo me dá o recuo que me permite situar os dados e os fatos das diferentes situações sociais, vividas e observadas pelo então imaturo, como se não tivesse feito parte delas, embora tenha feito nessa condição social peculiar e passageira.

Para Martins (2008, p. 64): "O tempo me assegura a neutralidade relativa de que careço para ver objetivamente o todo e indagar e decifrar o lugar social desses registros condenados ao esquecimento". Este princípio foi utilizado como referência para investigação do universo empírico da presente pesquisa, visto que os fatos confrontados com a teoria remetem-se há quase uma década.

Com base em Peter Berger, Martins (2008) aponta outro elemento que contribuiu para o “estranhamento” com os fatos e a possibilidade de investigação. Trata-se da "alternação biográfica":

Sua irrelevância [do fato ocorrido] no meu juízo de valor do atual é que me permite tratá-los como evidências de uma sociabilidade que revejo na memória como estranho que me tornei em relação à ela - a alternância biográfica, como sugere Peter Berger" (MARTINS, 2008, p.64).

A alternância biográfica, segundo Martins (2008, p.148) confere ao estudo a condição de objetividade necessária em pesquisas dessa natureza, ou seja, que levam em consideração as memórias do pesquisador. A alternância refere-se ao fato de que nos inserimos, ao longo da vida, em outras e novas situações sociais que nos tornam distantes e conferem a externalidade necessária para a investigação sociológica dos processos sociais. Tal como destaca o autor:

(...) com o passar do tempo, cada um de nós se insere em outras e novas situações sociais, distintas de muitas que constituem a história de nossa vida. Esse deslocamento biográfico nos põe diante de momentos de nossa história pessoal que nos tornaram distantes e "externos" para nós, numa relação de certo modo objetiva, como a de um etnógrafo em relação ao grupo que estuda (MARTINS, 2008, p.148).

Assim sendo, as lembranças de fatos presenciados em tempos anteriores podem ser interpretadas, no momento presente, numa condição externa ao fato. Desse modo, reflete o autor: "Revejo-me, participando, como meu duplo, minha própria alteridade, como terceira pessoa, ao mesmo tempo protagonista que fui e pesquisador que sou" (MARTINS, 2008, p.64). Segundo ele,

Nessa relação de "exterioridade" no tempo biográfico, nos casos em que se dá, uma ocorrência como a que examino neste estudo, pode, então ser relembrada e interpretada pelo próprio protagonista, ou pela própria testemunha, a partir de um sistema de significados diverso daquele que deu sentido às relações sociais e aos acontecimentos no momento em que foram vividos (MARTINS, 2008, p.148).

Martins (2008, p.148) defende que: "É possível uma relação objetiva do sujeito com o objeto quando há a mediação das mudanças biográficas e da ressocialização ao longo da vida". Podemos, segundo ele mesmo destaca, rememorar os fatos observados a partir de um novo e diferente modo de ver, e se tratando especificamente de uma investigação sociológica, realizar o estudo utilizando o aparato teórico e interpretativo da sociologia:

Podemos rememorar a nossa própria vivência do passado a partir de um novo e diferente modo de ver e compreender a vida, definido pelas circunstâncias do nosso presente. Nesse caso, concretamente, utilizando o aparato teórico e interpretativo da sociologia (MARTINS, 2008, p.148).

Ao se remeter ao episódio do aparecimento do demônio na fábrica¹⁰, Martins (2008, p.142) destaca a memória e o testemunho como elementos de

¹⁰ Trata-se de um fato ocorrido entre as operárias da Cerâmica São Caetano, periferia de São Paulo, em meados da década de 1950, onde o autor trabalhou dos 15 aos 19 anos, e manteve presente na memória esse acontecimento. Depois que tornou-se sociólogo registrou o que havia testemunhado, fazendo um estudo sociológico sobre a ocorrência, no intuito de "produzir

investigação e fonte de dados: "Sempre tive presente na memória esse acontecimento. Depois que me tornei sociólogo e professor universitário, pensei em registrar o que havia testemunhado e fazer um pequeno estudo sobre aquela ocorrência".

Fatos considerados no passado como insignificantes, tornam-se objeto de investigação sociológica. No caso observado por Martins, "O acontecimento a que me refiro pode ser metodologicamente analisado como revelador e analisador de certas características do processo de trabalho em crise" (MARTINS, 2008, p.142). Cabe destacar que a concepção utilizada por Martins (2008) de *acontecimento analisador-revelador* advém, como ele mesmo aponta, do sentido que lhe dá Lefebvre (1976).

Ao se referir às características do processo por ele evidenciadas, o autor destaca a vantagem da utilização de sua memória como fonte de dados e da proximidade do pesquisador com os fatos vividos: "Observo sociológica e participativamente através do informante que é o outro que fui" (MARTINS, 2008, p.64). Argumenta, aliás, que muitas vezes, os pesquisadores acadêmicos não têm acesso direto e espontâneo aos fatos:

Elas [as características] não são, em princípio, imediatamente visíveis para o pesquisador acadêmico que não tem acesso direto e espontâneo às minúcias cotidianas da produção. Ou que o investiga e estuda através da observação de terceiros e informantes (...) (MARTINS, 2008, p.142 - 143).

Assim como a pesquisa citada por Martins, ocorreu situação semelhante no caso estudado, visto que à época dos processos investigados a pesquisadora sequer havia ingressado no curso de sociologia.

Conforme destaca o autor, os fatos observados, agora considerados como dados, tornaram-se o que ele denomina de "a posteriori" uma observação participante:

A mera coincidência de que eu tenha testemunhado os fatos e tenha, depois, me tornado sociólogo constitui, pois, um acidente útil que pode ser encarado como *elaboração "a posteriori" de uma situação de observação participante*. (MARTINS, 2008, p.143).

Para Martins (2008, p.143): "A sociologia pode legitimamente valer-se de uma orientação como essa para recuperar informações e dados que com mais

facilidade, nessa perspectiva metodológica, são usualmente colhidos na investigação antropológica".

Acerca desta especificidade metodológica, Martins (2008, p.143) destaca a raridade no uso da própria memória: "(...) é raro, também, que o sociólogo recorra, de início, a dados de sua própria memória para reconstituir o acontecimento (...)".

Assim como Martins (2008, p.147) durante o período em que estive vinculada ao que depois tornar-se-ia meu objeto de pesquisa, sempre tive um domínio visual razoavelmente completo, inserção e mobilidade dentro do processo.

Desde 2003 participo do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul¹¹. Inicialmente, no período de julho a dezembro de 2003, acompanhei as reuniões do Fórum durante estágio realizado junto à Embrapa Clima Temperado¹², como pré-requisito à conclusão do curso de graduação em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, título obtido em dezembro do mesmo ano. À época, me interessava acompanhar todas as atividades desenvolvidas na Estação Experimental Cascata que envolvessem pesquisas com o público da agricultura familiar.

De março a agosto de 2004, continuei acompanhando as reuniões do Fórum, como bolsista do projeto de pesquisa "Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na Região Sul do RS" desenvolvido pela Embrapa Clima Temperado com recursos do Programa RS Rural¹³. Foi nesse período que fui convidada a exercer o cargo de secretária

¹¹ O Fórum caracteriza-se pela realização de reuniões mensais abertas à participação das organizações (formais ou informais) de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e quilombolas, e representantes de organizações governamentais e não governamentais ligadas a este público.

¹² "A Embrapa Clima Temperado é uma unidade descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), localizada em Pelotas/RS, formada a partir da fusão de dois centros de pesquisa existentes na região sul do Rio Grande do Sul: o Centro de Pesquisas de Terras Baixas – CPATB e o Centro de Pesquisas de Fruteiras de Clima Temperado – CPFT. Uma das bases físicas que compõe esta Unidade é a Estação Experimental da Cascata" (PERERA; GOMES, 2009, p. 137).

¹³ "O Programa RS Rural foi resultado de acordo realizado em 1999 entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, com a participação dos municípios e beneficiários, para responder aos problemas sócio-econômicos e ambientais que estariam causando processos de exclusão de agricultores familiares, como consta em RS RURAL" (PERERA; GOMES, 2009, p. 132).

executiva deste Fórum, a partir de abril, onde permaneci até o mês de setembro desse ano.

Foi também no ano de 2004 que o Fórum assumiu o papel de Comissão de Implantação das Ações Territoriais. Em outubro desse ano, foi, inclusive, apresentada ao Fórum pelos consultores da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) a proposta de contratação de um assessor técnico para apoio à esta nova instância, denominado de articulador territorial.

Em outubro de 2004 o Fórum indicou-me para esta assessoria na qual permaneci como articuladora territorial até agosto de 2010, por meio de contratos anuais intermediados pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), Núcleo Pelotas.

Durante esse período, além de exercer o cargo designado, também pude acompanhar diariamente as atividades realizadas pela equipe do CAPA e as diferentes estratégias utilizadas para garantir a eficiência do processo. Isso porque a disponibilização por parte desse centro, de sua estrutura física e operacional para realização de atividades de apoio à política de desenvolvimento territorial proposta pelo governo federal, fazia parte da parceira com a SDT/MDA.

Ao longo desses anos, assim como Fórum, o CAPA sofreu uma série de modificações apresentando diferentes configurações¹⁴.

Em 2006 ingressei no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, obtendo título em fevereiro de 2011. Durante esse período fui percebendo que minha participação neste espaço, considerada a posteriori como observação participante, poderia ser alvo de investigação sociológica.

No entanto, este caso destacou-se como relevante a partir do ano de 2010, quando da minha contratação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para o cargo de articuladora estadual do Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais no Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Cabe destacar que toda esta configuração será detalhada no capítulo a seguir.

Atuando em outras regiões do Rio Grande do Sul e dialogando com consultores de outras partes do Brasil, constatei a inexistência nessas regiões de espaços semelhantes ao Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, não foram encontradas pesquisas científico-sociais desenvolvidas junto a esse Fórum ou estudos empíricos em espaços multiorganizacionais semelhantes.

Observando o Fórum por todos esses anos (2003 a 2012), o que pode ser considerado um longo período de tempo, pude constatar idas e vindas, fluxos e refluxos, acordos e desacordos, em um campo privilegiado de interlocução, assim como pesquisadores já o fizeram em outros espaços. O tempo de acompanhamento não só auxiliou na definição do objeto de estudo e das hipóteses iniciais, mas também na coleta de dados, tratando-se de uma observação retrospectiva ao modo colocado por Martins (2008).

Martins (2008) destaca a necessidade de garantias para que a reconstituição de um universo observacional seja feita com objetividade. No caso da pesquisa realizada recorri à análise documental, em especial à verificação das listas de presença das reuniões do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, do período de 2004 a 2012. Também fez parte desta análise o resgate de fotos das atividades do Fórum em anos diferentes, o que permitiu a verificação visual das diferentes configurações observadas.

Foram realizadas também entrevistas com membros do Fórum, especialmente em cargos de direção deste espaço, e representantes das comunidades quilombolas e dos pescadores artesanais que sociologicamente dão sentido ao processo investigado, pois trata-se de atores que estavam no início “fora de cena”.

2.4. A análise documental

A análise documental foi fundamental para precisar alguns fatos e o desenvolvimento da presente pesquisa, dadas as características desta técnica de pesquisa e considerando que a memória é limitada e seletiva, tal como aponta Cellard (2010),

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. (...) Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais (CELLARD, 2010, p. 295).

Adicionalmente, “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (...) favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de grupos, conceitos, (...) práticas, etc.” (CELLARD, 2010, p. 295).

Esta técnica de coleta de dados também contribui para o distanciamento do pesquisador em relação aos dados. Conforme destaca Cellard (2010, p. 295) “(...) trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência (...) o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina”, ou seja, o que está registrado no documento não pode ser modificado pelo pesquisador.

De acordo com Cellard (2010, p. 297), “poder-se-ia até qualificar de “documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação”. Além disso, uma das etapas primordiais da análise documental é, segundo Cellard (2010, p. 299), “o exame do contexto social global no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado”.

Para a autora, “tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc” (CELLARD 2010, p. 299).

Ainda é preciso levar em consideração, segundo Cellard (2010, p. 300), “a identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e motivos que a levaram a escrever (...) na mesma ordem de ideias, é bom nos perguntarmos porque esse documento (...) foi conservado ou publicado”.

Nesse sentido é importante destacar que na presente pesquisa, todos os documentos analisados, especialmente as listas de presença das reuniões do

Fórum (2004-20012) acompanhavam as atas ou relatórios técnicos das atividades, muitos dos quais foram enviadas cópias para SDT/MDA como forma de prestação de contas dos recursos públicos disponibilizados por essa secretaria, cujos originais foram arquivados no CAPA.

Trata-se de documentos descritivos, produzidos por testemunhas diretas, muitos deles elaborados por esta pesquisadora (quando era só uma participante), como parte do trabalho realizado como articuladora territorial o que assegura, aliás, aos documentos autenticidade e confiabilidade, elementos importantes na análise documental, segundo Cellard (2010, p.301).

As fotos foram também registradas pela presente pesquisadora, quando atuava como participante, como forma auxiliar de registro e comprovação da realização destas atividades.

Há de se observar também, conforme destaca Cellard (2010, p.302) que determinados textos “só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção”. Já foi destacada a relação de proximidade desta pesquisadora com o contexto investigado, o que auxiliou não só no acesso aos documentos bem como na identificação do sentido dos conceitos presentes no universo de análise.

Com relação à análise, como em todo procedimento que nos leva até os documentos, “a abordagem permanece tanto indutiva quanto dedutiva. De fato as duas se conjugam. Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial” (CELLARD 2010, p. 303).

Conforme destacado na apresentação, desde o início da pesquisa, interessava saber quais eram os elementos que permitiram a manutenção e reprodução do Fórum ao longo dos anos em suas diferentes configurações, bem como investigar os elementos que permitiram o ingresso de novas categorias sociais nesse espaço, especialmente os representantes das comunidades de pescadores profissionais artesanais e das comunidades quilombolas, que mesmo em número expressivo na região, não participavam desse espaço.

Recorrendo às listas de presença, pode-se verificar quais organizações participaram do Fórum ao longo do tempo, em que medida novos grupos foram se aproximando e outros se afastando. Esta leitura permitiu identificar as

diferentes configurações significativas que em certa medida formaram a condição de possibilidade de manutenção deste espaço através do tempo.

Acerca da importância da análise documental para reconstruir relações sociais Cellard (2010, p.304) citando Foucault (1969, p. 14) argumenta:

O documento não é mais para a história essa matéria inerte, por meio da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado, e do qual somente o rastro permanece: ela busca definir, no próprio tecido documental, unidades, totalidades, séries, relações.

Segundo ainda destaca a autora, “é esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente” (CELLARD 2010, p. 304).

Tal como destacado por Cellard (2010, p. 305), o tempo passado na coleta de dados possibilitou uma reflexão contínua e a maturação de algumas ideias ou hipóteses que levaram à formulação das explicações que serão apresentadas no capítulo seguinte.

2.5. O uso das entrevistas qualitativas

Mesmo que a presente pesquisa tenha sido realizada com base predominantemente na observação participante e na análise documental, a utilização de entrevistas qualitativas foi fundamental para apreender o ponto de vista dos agentes envolvidos. Importante salientar que tal como na observação, o uso da entrevista como instrumento de pesquisa ultrapassa as dimensões exclusivamente técnicas, permeando questões de ordem epistemológica, teórica e metodológica suscitadas por sua utilização (POUPART, 2010, p. 246).

Conforme destaca o autor, “O uso de métodos qualitativos e da entrevista, em particular (...) é tido como um meio de dar conta do ponto de vista dos atores sociais e de considerá-lo para compreender e interpretar suas realidades” (POUPART 2010, p. 216).

Para Goode e Hatt (1973, p. 238), “cada vez mais, o cientista social deixa os livros e busca o fenômeno social num esforço de construir os fundamentos da ciência (...) a entrevista é a base sobre a qual repousam os outros elementos, pois é a fase de coleta de dados”.

Segundo esses dois autores, “a entrevista assumiu grande importância na pesquisa contemporânea, devido à revalidação da *entrevista qualitativa*” (GOODE; HATT 1973, p. 239-240). Para Poupart (2010, p. 216), por sua vez, “a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as “ferramentas de informação” (...) como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores”.

Outro elemento importante é que a entrevista é um processo de interação social (GOODE; HATT 1973; GIL, 2009). Também há de se considerar que “A entrevista é uma das técnicas de coletas de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais (...) muitos autores consideram a entrevista como técnica por excelência na investigação social” (GIL, 2009, p. 109), contribuindo para a coleta de dados.

Um dos argumentos de tipo epistemológicos utilizados para justificar a escolha pela técnica segundo Poupart (2010, p. 216-217) é que “(...) as condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais (...), ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações”.

Tal como argumentam Selltitz et al. (1967, p. 273) referenciado por Gil (2009, p. 109) “(...) enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, (...) bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

Neste ponto é importante considerar o processo de fundação do Fórum. Como será aprofundado no capítulo a seguir, este espaço foi constituído em meados da década de 90, período não acompanhado, nem como participante, pela presente pesquisadora. Interessava verificar com um grupo de organizações que participam há mais tempo, especialmente as organizações fundadoras do Fórum, porque razões e de que maneira conseguiram formar tal configuração.

Pela flexibilidade que apresenta esta técnica (GIL, 2009, p. 111), foram definidos diferentes tipos de entrevista, em função de seu nível de estruturação. Segundo classificação utilizada por Gil (2009, p. 111–114) podemos considerar que as entrevistas realizadas com duas das organizações

fundadoras do Fórum, que serão denominadas de entrevistado A¹⁵ e entrevistada B¹⁶, e uma participante assídua desde o início deste processo que será denominada entrevistada C¹⁷, foram **entrevistas focalizadas**.

Este tipo de entrevista, segundo Gil (2009, p. 112) é a menos estruturada possível, todavia enfoca um tema bem específico: a fundação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul. Neste caso, a entrevistadora incentivou às pessoas entrevistadas, a falar livremente sobre o assunto, tal como se recomenda neste tipo de entrevista. Isso coincide com a apreciação de Poupart (2010, p. 224) no sentido de que “o papel do entrevistador consiste simplesmente em facilitar, por suas atitudes e intervenções, a livre expressão dos pontos de vista”.

Para Gil (2009, p. 112), “esse tipo de entrevista [focalizada] é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas”. Interessava à pesquisadora identificar algumas das motivações das organizações que promoveram a fundação do Fórum e que, segundo as observações realizadas tiveram papel fundamental para a continuidade do Fórum de Agricultura Familiar bem como para a aproximação de novas categorias sociais nesse espaço, por meio da mediação social, conforme os argumentos que serão apresentados mais adiante.

Além de obter uma melhor compreensão do processo de mobilização das organizações e constituição do Fórum, procurou-se identificar a percepção das organizações fundadoras sobre as principais mudanças observadas ao longo destes anos e o significado do Fórum para a região.

Com outro grupo de pessoas, que serão denominadas de entrevistada D¹⁸, entrevistado E¹⁹, entrevistado F²⁰, entrevistado G²¹, entrevistado H²²,

¹⁵ Eng. Agrônomo, atualmente chefe adjunto de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Clima Temperado (Embrapa).

¹⁶ Eng. Agrônoma, coordenadora do CAPA/Núcleo Pelotas e membro da coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS.

¹⁷ Professora universitária aposentada, atualmente é representante da Setorial das Mulheres no Colegiado Territorial do Território da Cidadania Zona Sul do Estado/RS.

¹⁸ Pescadora artesanal, membro da coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS.

¹⁹ Liderança quilombola, membro da coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS.

²⁰ Liderança quilombola, representante das comunidades quilombolas no Colegiado Territorial do Território da Cidadania Zona Sul do Estado/RS.

entrevistado I²³ e entrevistado L²⁴, foram realizadas **entrevistas por pautas**, segundo classificação de Gil (2009, p. 112).

Segundo o autor, “a entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 2009, p. 112).

No caso das entrevistas realizadas com essas pessoas, objetivou-se identificar a atuação de mediadores e a percepção de grupos que numa época não participavam no Fórum, especificamente os pescadores artesanais e as comunidades negras rurais, denominadas comunidades quilombolas. Assim como se preconiza neste tipo de entrevista, a pesquisadora fez poucas perguntas diretas e deixou as pessoas entrevistadas falarem livremente à medida que se referiam às pautas assinaladas.

Segundo GIL (2009, p. 112) “as entrevistas por pautas são recomendadas, sobretudo, nas situações em que os respondentes não se sintam à vontade para responder a indagações formuladas com maior rigidez”.

Para o autor, “a preferência por um desenvolvimento mais flexível da entrevista pode ser determinada pelas atitudes culturais dos respondentes ou pela própria natureza do tema investigado ou por outras razões” (GIL, 2009, p. 112).

Como vimos, o estudo de caso permite investigar situações sociais particulares, proporcionando a investigação de particularidades e elementos contextuais próprios do caso analisado que confere à este sua especificidade. Por meio da observação participante, da análise de documentos e das entrevistas (focalizadas e com pauta) foi possível desenvolver o estudo do caso.

²¹ Agricultor familiar, presidente da Coopar/São Lourenço do Sul, participante do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS.

²² Assentado de reforma agrária - liderança do MST e presidente da Cooporsul/Piratini. Já esteve na coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS. Atualmente representa os assentados de reforma agrária no Colegiado Territorial do Território da Cidadania Zona Sul do Estado/RS.

²³ Extensionistas rural, atualmente atua como coordenador regional da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural na região sul do RS.

²⁴ Assessor especial do gabinete do ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atuou como delegado federal do desenvolvimento agrário no RS, no período de 2005–2012 participando com frequência como representante do MDA nas reuniões do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS e membro nato do Colegiado Territorial do Território da Cidadania Zona Sul do Estado/RS.

Os diferentes procedimentos metodológicos tiveram por objetivo coletar os dados relativos às seguintes dimensões: (a) identificar as organizações que frequentaram as atividades do Fórum no período investigado e analisar o processo de gestão desse espaço social; (b) identificar o número de eventos realizados e os principais pontos de pauta no período buscando compreender a dinâmica e as práticas estabelecidas pelo Fórum; (c) analisar as parcerias públicas e os recursos mobilizados pelo Fórum e parceiros e (d) identificar os principais resultados obtidos no período; as quais serão apresentadas no capítulo a seguir.

3 O CASO “FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL”: ENTRE (RE) CONFIGURAÇÕES E MEDIAÇÕES

Como vimos no primeiro capítulo, a agricultura familiar²⁵ se constituiu como categoria social na década de 1990, período de redemocratização política na qual o país vivia uma intensa mobilização social. Nessa mesma época, em outras partes do estado e em diferentes partes do país, pequenos agricultores organizados se mobilizavam em torno da constituição e visibilização dessa nova categoria social.

Produto de lutas sociais, a emergência do que antes se denominava de “pequenos agricultores” no cenário nacional culminou entre outras ações, na formulação do Pronaf, em decorrência do reconhecimento dessa categoria social pelo Estado brasileiro.

No meio acadêmico, a agricultura familiar passou gradativamente a ocupar espaço nas pesquisas, tornando-se tema relevante na área dos estudos sociais²⁶: “Em uma palavra pode-se dizer que a década de 1990 foi iniciada sob a marca da entrada da agricultura familiar no vocabulário acadêmico” (FAVARETO, 2010, p. 31).

Em meio a esse movimento nacional, destaca-se a organização social dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul²⁷. Na região sul do estado, em

²⁵ De acordo com a Resolução n. 48/2004/MDA/CONDRAF, entende-se por agricultor(a) familiar, o conceito adotado pelo Pronaf, que inclui: a) produtores(as) rurais cujo trabalho seja de base familiar, quer sejam proprietários(as), posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou concessionários(as) da Reforma Agrária; b) remanescentes de quilombos e indígenas; c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; e f) aquicultores(as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água.

²⁶ Para aprofundamento no tema sugere-se a leitura de SCHNEIDER, Sergio (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.; SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª ed. 2009. ABRAMOVAY, R. et al. *A agricultura familiar entre o setor e o território*. São Paulo: FEA/USP, 2005. CARVALHO, H. M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

²⁷ Sobre a trajetória de organização da agricultura familiar no RS ver PICOLOTTO, E. L. “*Sem medo de ser feliz na agricultura familiar*”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM, 2006. (Dissertação de Mestrado). A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. Centro de Estudios Histórico Rurales. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata. Mundo Agrario, vol. 9, nº 18, primer semestre de 2009. _____ . Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil. Revista Espaço Acadêmico, nº 91, dezembro

meados da década de 90 do século XX, um pequeno grupo de pessoas ligadas às organizações que apoiavam pequenos agricultores da região, em conjunto com a chefia geral e pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, decidiram criar um espaço de interlocução e de elaboração de propostas para incidir na agenda de pesquisas da Embrapa, na perspectiva de colocar no debate o tema da agricultura familiar.

O local dos encontros foi a Estação Experimental Cascata (EEC) da Embrapa Clima Temperado. Nascia assim, em 1995, o Fórum Regional da Agricultura Familiar.

Neste capítulo, abordaremos a trajetória deste Fórum e suas diferentes configurações, considerando o momento de sua fundação até o ano de 2012. A ênfase nas interpretações será dada para o período de 2004 a 2012, objeto de estudo da presente investigação.

A primeira parte do capítulo é dedicada à descrição dos fatos ocorridos e das configurações que se formaram em cada um dos anos investigados, com base nos documentos disponíveis e na observação e nas entrevistas realizadas.

Após a apresentação dos dados, são destacadas as hipóteses que delinearam a argumentação acerca dos elementos que determinaram as configurações descritas, do ponto de vista da pesquisadora: a interdependência do contexto político-institucional e a ação de mediadores sociais, no caso deste estudo, a exercida pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) junto às comunidades quilombolas e aos pescadores e pescadoras artesanais.

Encerramos o presente capítulo com a apresentação dos resultados obtidos pelo Fórum no período investigado, diferenciações e tensionamentos existentes nesse espaço social.

3.1. Configuração 1: Da fundação do Fórum ao processo de rearticulação (1995-início de 2004)

Como já foi destacado, o Fórum foi fundado em meados de 1995. Segundo registro do secretário executivo que acompanhou regularmente o fórum desde sua fundação até março de 2004, acerca do histórico de fundação desse espaço, pode-se concluir que o seu surgimento está diretamente ligado à mudança da chefia geral da Embrapa:

Em meados da década de 90, quando Laércio Nunes e Nunes ocupava pela segunda vez a Chefia, (...) é que ele se preocupou a dedicar a Estação Experimental da Cascata como uma área para a prática de pesquisas em agricultura familiar e agroecologia (...) dando início efetivo ao processo de revitalização da Estação Experimental Cascata que por muitos anos permanecia ociosa. (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

No início, pelo registro histórico encontrado, não havia uma intencionalidade clara em se constituir o Fórum, como pode ser observado no trecho a seguir:

Para isso [revitalização da EEC] convidou-se as organizações públicas, ONGs e representações de agricultores familiares para um seminário na qual foi apresentada uma proposta de trabalho para a Estação Experimental surgindo a ideia de que se formasse um Conselho representativo da paisagem institucional da região, incluindo representação de agricultores, para orientar e validar as linhas de pesquisa a serem desenvolvidas. (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Ou seja, a proposta de revitalizar o centro de pesquisas da Embrapa, com ênfase na agricultura familiar, contribuiu para a configuração do Fórum. Cabe destacar ainda que, segundo entrevista realizada, a fundação do fórum foi também influenciada por um conjunto de transformações no contexto regional como, por exemplo, a implantação dos assentamentos²⁸ de reforma agrária:

Nos anos 90, a região sul começou a receber uma série de assentamentos, o que repercutiu em outras instâncias e em outras entidades, como a Embrapa, que ainda trabalhava naquele modelo de produção agrícola, do grande, médio e pequeno (Entrevistada C).

Como também pode ser observado numa narrativa de entrevista, outro elemento importante para a constituição do Fórum era a necessidade de articulação da agricultura familiar na região:

²⁸ Segundo dados levantados, (CAPA, 2009, p. 14) "O território possui um dos maiores núcleos de assentamentos do estado, sendo 117 ao todo com 3.969 famílias, o que corresponde a 40% do total do RS, concentrando-se nos municípios de Candiota e Hulha Negra".

No nascedouro do fórum, o que enxergávamos era uma falta de espaço de articulação de diferentes organizações vinculadas à agricultura familiar, algumas mais empoderadas, como a Embrapa e a Emater, outras com um histórico de atuação na região, como o CAPA, com muita capilaridade, e outras que tinham uma representatividade talvez menor em termos de estrutura, de tamanho, de presença, mas que também vinham atuando neste contexto (Entrevista com representante da Embrapa²⁹).

Chama atenção, na análise dos documentos e na observação realizada, que desde o início os idealizadores do Fórum estabeleceram um conjunto de regras e de recursos para a materialização dessa prática - o objetivo, a dinâmica e a coordenação dos encontros, com destaque para a frequência das reuniões, realizadas todos os meses, sempre na mesma época³⁰ - o que pode ser observado no registro sobre a história de constituição do mesmo:

Combinou-se entre os presentes [à época de fundação] que as reuniões seriam mensais e os temas ligados às pesquisas desenvolvidas na Estação Experimental e desenvolvimento rural (...) que a coordenação seria tripartite, com um representante das organizações públicas, um representante das ONGs e um representante das organizações dos agricultores familiares, com mandato de um ano (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Verificando³¹ os convites das reuniões de 2004 a 2012, todas elas possuem uma característica geral na forma como se estrutura a programação, dividida da seguinte maneira: abertura por um membro da coordenação e auto apresentação dos presentes; apresentação da pauta do dia; informes gerais; espaço para assunto(s) principal(is)-geralmente com a presença de um especialista no tema ou representante do órgão público responsável pelo tema em questão-, e definição da pauta e local para a próxima reunião.

No registro sobre o histórico da constituição do Fórum, também fica evidente o envolvimento da Embrapa no apoio ao funcionamento desse espaço, sendo principalmente o ponto de encontro das organizações, dentro de uma estrutura pública:

A Embrapa Clima Temperado, através da Estação Experimental da Cascata, cedeu as suas dependências para as reuniões do Fórum, participando do mesmo e disponibilizando toda a sua infraestrutura e apoio logístico (telefone, fax, xeróx, etc) para o funcionamento da

²⁹ Um dos idealizadores do Fórum dentro da Embrapa Clima Temperado.

³⁰ Ordinariamente, as reuniões do Fórum tem ocorrido sem interrupção desde a sua fundação, na forma de um encontro mensal, de março a dezembro, sempre na 2ª terça-feira de cada mês.

³¹ Optou-se pelo termo "verificação" para ressaltar que o ponto de partida da pesquisa foi a observação participante e retrospectiva e que ao realizar a análise documental foi realizado um processo de verificação dos dados.

secretaria do Fórum (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Segundo verificado em entrevista realizada com uma participante integrada desde a fundação do Fórum e que foi uma das coordenadoras em várias gestões, a ideia de que as reuniões ocorressem dentro da Embrapa tinha o sentido de incidir sobre a agenda de pesquisas deste centro:

Na época, se fez um levantamento de projetos de pesquisa sobre e para agricultura familiar. Eram pouquíssimos, e os que existiam não chegavam na ponta (...) Nosso argumento foi de que as pesquisas também deveriam atender esta população – um programa que juntasse agricultura familiar e ecologia, pela própria segurança alimentar, que não tinha nenhum apoio governamental (Entrevistada C).

Conforme destaca o registro em referência, a recorrência dos encontros e o envolvimento das organizações levaram à configuração do Fórum:

No início foi um espaço regional para discussão de políticas públicas. Com o passar do tempo este espaço regional foi se consolidando como um espaço para discussão de políticas públicas para a agricultura familiar, passando a denominar-se de Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Durante análise documental foi encontrada a lista de convidados para as reuniões do Fórum em 2004, o que nos permite dimensionar quem eram os integrantes desse espaço nessa primeira configuração, já que não foram encontradas as listas de presença das reuniões ocorridas no período de 1995 à março de 2004.

Constavam nessa lista de convidados 22 organizações, a saber: UFPel, Agência da Lagoa Mirim (ALM/UFPel), Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Banco do Brasil, Banrisul Pelotas, Sicredi, Corede Sul, Comgides/Pelotas, Coopar, Coopal, Capa, Unaic, Fepagro/Rio Grande, IRGA, Fepam, Fórum da Lagoa dos Patos, Fapeg, UCPel, MPA, Secretarias Municipais de Agricultura de Santana da Boa Vista, Arroio do Padre, Piratini, São Lourenço do Sul, Cristal, Pelotas, Morro Redondo, Arroio Grande, Emater e um conjunto de escritórios municipais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) da região sul (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004).

Segundo relato de entrevista realizada, no início do Fórum a participação de representantes do sindicato de trabalhadores rurais era expressiva: “os sindicatos eram muito presente nas reuniões” (Entrevistado I).

Um aspecto da dinâmica do Fórum feita durante a observação participante chama atenção e merece ser destacado: para além da formalização dos convites para as reuniões, existe uma realidade sociológica que determina a participação efetiva das organizações.

Apesar da secretaria executiva do Fórum enviar os convites, a maioria via e-mail, especialmente a partir de 2004, mas também por correio, fax e contato telefônico, foi possível observar ao longo dos anos de acompanhamento do Fórum que são as próprias organizações que participam com mais frequência que mobilizam seus parceiros, dependendo do tema que será abordado. Segundo relato de entrevistado,

(...) o que chama a reunião é o tema, o objetivo da reunião (Entrevistado I).

Cabe também ressaltar que dados encontrados, na análise documental, mostram que os propósitos do Fórum, nesse primeiro período, eram criar um espaço de comunicação com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, conforme pode ser observado no registro histórico encontrado:

O Fórum se propunha a fortalecer e apoiar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento na Região Sul do RS (...) não se estabeleceu como executor de políticas públicas e sim como um canal de comunicação, um espaço democrático, de ampla discussão (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

A Figura 4 ilustra a configuração do Fórum em 1998, 3 anos após a sua constituição:



Figura 4. Face externa do primeiro folder do Fórum, elaborado em 1998.
Fonte: Embrapa Clima Temperado (2004)

Investigando os documentos disponíveis verificou-se também que a partir de 1999 houve uma alteração na configuração do Fórum, possivelmente em decorrência de uma mudança no contexto político-institucional, especificamente no âmbito do governo do estado do Rio Grande do Sul com a vitória da Frente Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Com a eleição do governador Olívio Dutra, houve uma mudança política e alguns programas do governo do estado do Rio Grande do Sul passaram a ser debatidos com a população beneficiária.

Naquele momento, segundo evidências encontradas, membros do Fórum se aproximaram de agentes do governo estadual da região. Conforme destaca Vetromilla (2013, p. 58) “Sua atuação profissional [de um dos fundadores do fórum ligado à Embrapa] e sua ligação ideológica com o grupo, vinculado ao governo estadual da época, permitiram que as ações do Projeto RS Rural³² fossem estendidas para a EEC”.

Além do projeto elaborado para o Programa RS Rural, outro fato é destacado no registro sobre o histórico do Fórum realizado pelo secretário executivo à época, como o debate sobre vários programas estaduais voltados à agricultura familiar:

A partir de 1999, por exemplo, o governo estadual vem discutindo com o Fórum a elaboração de um Programa de Fomento à Produção Leiteira na Região Sul do RS (Prodaleite) (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Foi também nesse período, segundo Perera e Gomes (2009, p. 139), que o Fórum da Agricultura Familiar participou da elaboração e gestão de um projeto de pesquisa apoiado com recursos públicos:

[O Fórum] desempenhou papel fundamental no acompanhamento das ações do Projeto RS Rural e também serviu como instância de deliberação e apoio à tomada de decisões, no âmbito do projeto [Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na Região Sul do RS]³³ (...) o planejamento das ações, bem

³² “O Programa RS Rural foi resultado de acordo realizado em 1999 entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, com a participação dos municípios e beneficiários, para responder aos problemas socioeconômicos e ambientais que estariam causando processos de exclusão de agricultores familiares, como consta em RS RURAL” (PERERA; GOMES, 2009, p. 132).

³³ “Em 1999, a Embrapa Clima Temperado apresentou ao Governo do Estado do RS um projeto de pesquisa ao Programa RS Rural, no componente de suporte – Pesquisa Contratada, denominado “Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na Região Sul do RS” (PERERA; GOMES, 2009, p. 126).

como a aplicação dos recursos, eram decididas previamente neste espaço de representação democrática, onde também eram realizadas as prestações de contas e debatidos os resultados alcançados.

De acordo com o registro histórico realizado pelo secretário executivo à época, nesses primeiros nove anos de existência do Fórum, houveram alguns resultados significativos, segundo consta no documento de registro:

Como resultados, destacamos a questão da socialização entre as parcerias, o nivelamento sobre a realidade da agricultura familiar, esclarecimentos e acompanhamentos de programas públicos existentes, como o Pronaf, Prodaleite, Ibama, Fepam, etc. Teve início um processo de conscientização e discussão regional sobre Agroecologia e o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento rural desta região (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Na visão de um dos fundadores do fórum:

O fórum foi um lugar de criação de muitas coisas. Nos seus primeiros anos, entre 1995 e 2000, foi um período de criar acúmulos e condições para buscar acesso a políticas públicas (Entrevistado A).

Segundo sua avaliação, acompanhando as atividades desde o início:

Ali se construiu, entre outros, uma base sólida de redes de referência e uma pesquisa participativa, com um grande dinamismo e uma articulação vigorosa e atuante das organizações integrantes (Entrevistado A) .

Em 2004, ano em que assumi a secretaria executiva do Fórum, recorde-me que o mesmo passava por um planejamento estratégico, o que se confirmou com a análise documental. Conforme pode ser observado no Quadro1, este foi o principal ponto de pauta nas reuniões de março, abril e maio desse ano.

"O projeto RS Rural (...) vem sendo desenvolvido na região de Pelotas junto aos municípios de Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Rio Grande e Morro Redondo (...) conta com o apoio das instituições públicas - Fepagro-Sul, Emater, Irga e sete organizações não-governamentais - Capa, Unaic, Coopal, Coopar, Arpasul, MPA e Cooperativa Sul Ecológica, que colaboraram na elaboração do projeto (...) teve início em 2001" (REICHERT; GOMES, 2006, p. 1123-1124).

Quadro 1. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2004

ANO: 2004										
Meses	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO (2 eventos)	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	EEC ⁽¹⁾	EEC	EEC	EEC	Casa Cenáculo/ Pelotas	Casa Cenáculo/ Pelotas	EEC	EEC	EEC	EEC
Principal(is) ponto(s) de pauta	Início do processo de escolha da nova coordenação Prioridades do Fórum para 2004	Resgate histórico do Fórum e planejamento das atividades do Fórum para 2004	Sistematização da 1 etapa do planejamento estratégico do Fórum	A. Apresentação do programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais SDT/MDA; B. Construção do projeto territorial de infraestrutura 2004	Alinhamento conceitual, metodológico e articulação das ações territoriais;	Gestão e Planejamento do território Sul do RS	Discussão e formação de núcleos de trabalho para elaboração de projetos de investimento para 2005 (SDT/MDA)	Constituição da CIAT e contratação de um articulador para o território	Discussão dos projetos de capacitação para o desenvolvimento territorial; Definição do Núcleo técnico da CIAT	Informes sobre as ações municipais para contratação do projeto territorial 2004; Complementação do Núcleo técnico CIAT
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	Lista não encontrada	15	19	15 (A) 26 (B)	54	37	13	32	21	30

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2004

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

Segundo a ata do mês de março do ano de 2004, verificou-se que foi eleita a coordenação, à época formada segundo registro, pela Embrapa, representando os órgãos públicos; a Associação Arpa Sul representando os agricultores familiares; e a Cooperativa Teia Ecológica representando as ONGs.

Neste ponto cabe ressaltar como ocorre o processo de escolha dos coordenadores, verificado nos registros do período (2004 a 2012) e durante a observação efetuada: são os pares que indicam os representantes de cada segmento.

Nas atas dos meses de março a maio de 2004 consta que, com apoio de uma assessoria profissional, o Fórum passou por um planejamento estratégico, no qual foram definidos e reforçados os seguintes princípios que deveriam reger esse espaço: a participação, a representatividade, a territorialidade e a pluralidade de visões.

O Fórum teria como caráter principal, segundo dados coletados na ata, tratar de assuntos diversos relativos à agricultura familiar, se propondo a construir, avaliar e acompanhar políticas para a agricultura familiar. (Ata do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Conforme informações constantes nas atas do período, com quase 10 anos de constituição, as organizações presentes à época, procuravam resgatar a história do Fórum e repensar suas estratégias, tentando redefinir seus rumos (Atas do Fórum de Agricultura Familiar, abril e maio de 2004, s/p.).

Segundo ficou registrado na documentação de sistematização do planejamento estratégico, também foram apontados os desafios da época, quais sejam, recuperar a trajetória do Fórum; manter o grupo coeso; provocar maior participação dos agricultores e suas representações e criar maior comprometimento das instituições, com participação contínua (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

A ênfase nesses desafios devia-se ao propósito de reverter o quadro de pouca participação das organizações nas reuniões realizadas, como pode ser observado no Quadro1, ficando entre 15 e 20 pessoas, no máximo. Baixa participação, aliás, considerando-se que no período de 1995 a 2003 a mesma era maior, como pode ser observado no seguinte registro:

Participa[va]m em média 30 pessoas por reunião, entre prefeitos, secretários municipais de agricultura, técnicos da Emater, de cooperativas, pesquisadores, representantes de STR, associações comunitárias, ONGs, universidades, Corede Sul” (Documento elaborado pelo secretário executivo Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

Esta situação crítica do Fórum à época foi reafirmada na seguinte entrevista:

Estávamos num ponto de esvaziamento do Fórum (...) a expectativa [de quem participava] era de conseguir resultados (...) tinha o Pronaf Infraestrutura, mas estava na mão das prefeituras (Entrevistado I).

Analisando as atas, relatórios e listas de presença dos meses de junho a dezembro de 2004 verifica-se uma série de mudanças na configuração do Fórum naquele período, possivelmente em razão de uma mudança no contexto político-institucional, desta vez no âmbito do governo federal com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT).

3.2. Configurações anuais do Fórum (2004-2012)

Nesta seção descreveremos as principais modificações ocorridas no Fórum, a partir do mês de maio de 2004 até dezembro de 2012 e as configurações assumidas por esse espaço em cada um dos anos investigados.

3.2.1. Configuração 2: estreitando os laços com o governo federal, pesca artesanal e assentados de reforma agrária (maio a dezembro de 2004)

Como destacado na seção anterior, a primeira gestão do Governo Lula (2003-2006) foi responsável pelo fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, no conjunto da sua reestruturação, da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que passou a definir e gerenciar a modalidade do “Pronaf Infraestrutura e Serviços Públicos Municipais” (SCHNEIDER; CAZELLA E MATTEI 2009).

Com a criação da SDT, a linha de financiamento “Pronaf Infraestrutura e Serviços Públicos Municipais”, anteriormente destinada aos municípios por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, mudou a sua

unidade de atendimento e seus procedimentos operacionais³⁴, passando a atuar como suporte ao desenvolvimento de “territórios³⁵ rurais”, de caráter intermunicipal e pela gestão de colegiados territoriais:

Com a criação da SDT e autonomização da vertente Infraestrutura do Pronaf, agora sob sua jurisdição, ocorrem dois movimentos. Por um lado, todos os investimentos de apoio à infraestrutura passam a ser feitos em agregados de municípios. Junto a isso, modifica-se também o marco para a participação social na gestão do programa. Em vez dos conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir a criação de Colegiados Territoriais (FAVARETO, 2010, p. 31).

Nesta nova dinâmica institucional³⁶, regiões do Brasil foram consideradas territórios rurais, a partir de critérios³⁷ pré-estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e passaram a ser apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR³⁸, também conhecido por Proinf e Pronat.

³⁴ Os procedimentos operacionais das ações de assistência financeira a projetos de infraestrutura e serviços públicos municipais foram estabelecidos na Resolução nº 37 de 16 de fevereiro de 2004 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrasf.

³⁵ A SDT/MDA define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (MDA, 2005).

³⁶ Para a SDT/MDA, a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos primordiais a serem atingidos. A “identidade” é considerada fundamental para ensejar a coesão social e territorial, facilitando a concretização de processos negociados de desenvolvimento sustentável (MDA, 2005).

³⁷ Segundo consta no relatório da reunião realizada em junho de 2004, a escolha dos territórios foi realizada a partir dos seguintes critérios: **Critérios Universais:** Concentração de Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária; Territórios com ações prioritárias do Governo Federal e/ou Estadual; Concentração de Capital Social; Concentração de Baixos Indicadores de Desenvolvimento; Territórios de interesse dos Movimentos Sociais. (Concentração da Demanda Social e Priorização das Ações); **Critérios propostos para a Seleção Territorial:** Divisões territoriais já pré existentes; IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio econômico elaborado pela FEE (Fundação Estadual de Economia e Estatística); Dinâmicas voltadas para o Desenvolvimento Territorial pré-existent.

³⁸ Segundo documentos institucionais (MDA, 2005), para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o PDSTR está estruturado a partir de três elementos fundamentais: o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento).

Conforme Bonnal e Kato (2009, p. 13) “no caso do PDSTR o recorte territorial (...) têm no combate à pobreza rural e na presença da agricultura familiar e de assentamentos rurais seu principal escopo. Na lógica do programa, o desenvolvimento é concebido como o produto de um processo de inclusão social compreendido por atores sociais ligados à agricultura familiar, tendo como área de atuação territórios (...) para gestão do programa três níveis de administrativos são ativados: no nível federal o Condrasf e a SDT/MDA elaboram as regras e a metodologia de ação; no nível estadual o Conselho Estadual (...) e no nível local o colegiado,

No Rio Grande do Sul, conforme consta no relatório do mês de julho, foram selecionados em 2004 pela SDT/MDA, 5 territórios rurais a serem apoiados, entre eles a região sul do estado, passando a ser denominado como Território Zona Sul do Estado/RS³⁹, área correspondente à de abrangência do Fórum.

Segundo observação retrospectiva⁴⁰, no primeiro semestre de 2004, foi realizado pela delegacia federal do desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul⁴¹, um evento estadual na cidade de Porto Alegre para apresentação da estratégia de desenvolvimento territorial no estado, para o qual foram convidados representantes dos movimentos sociais, órgãos públicos e organizações ligadas à agricultura familiar.

Da região sul, segundo registro realizado nas atas do período, participaram a coordenação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor⁴² (CAPA)/Núcleo Pelotas⁴³, acompanhada do presidente da Cooperativa Sul Ecológica de agricultores familiares e do representante da Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Artesanais. Cabe destacar que estas duas organizações foram fundadas pelo CAPA e, à época, ambas eram apoiadas tecnicamente por essa instituição, por meio de outros projetos, aspecto que será abordado posteriormente.

Na ocasião foi informado que enquanto território, a região passaria a receber apoio da SDT/MDA. O CAPA propôs ao consultor da SDT/MDA responsável pela ação nos territórios no estado a articulação com o Fórum de Agricultura Familiar, que pelas suas características, poderia ser considerado a institucionalidade territorial. Tal articulação acabou se efetivando como é

que por sua vez é responsável pela elaboração de um plano de desenvolvimento territorial que baseia a elaboração de projetos coletivos”.

³⁹ A área geográfica deste território compreende os municípios de Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu

⁴⁰ Sobre conceito da observação retrospectiva, ver capítulo 2 da presente dissertação;

⁴¹ Órgão representativo do MDA no estado.

⁴² "O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma organização não-governamental ligada à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), criada em 1978, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural. A luta é pela afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável" (CAPA, 2008)

⁴³ O CAPA possui cinco núcleos de atuação, localizados nos três estados do sul do Brasil. O núcleo Pelota atua na região sul do Rio Grande do Sul, área de abrangência correspondente ao do território Zona Sul do Estado/RS.

reproduzido no Quadro 1, tornando-se o principal ponto de pauta da reunião do mês de junho de 2004.

Observando a lista de presença do evento, verifica-se que houve um leve aumento no número de participantes e acentuado número de organizações presentes, com destaque para a participação de representantes dos assentados de reforma agrária ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e dos pescadores artesanais, que até então não faziam parte das reuniões do Fórum. A presença desses novos grupos se deveu, em boa medida, do interesse no tema de desenvolvimento territorial proposto pelo governo federal e pela ação de mediadores, como detalharemos mais a seguir.

Sobre a participação do consultor da SDT/MDA no referido evento, cabe destacar a divulgação sobre o apoio ao território por meio de projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais⁴⁴ (Ata do Fórum de Agricultura Familiar, junho de 2004, s/p.). Essa ação desencadeou uma série de reações no Fórum, como pode ser observado no Quadro 1 (p. 93).

Especificamente sobre os projetos pode-se observar junto aos convites e atas que, em junho de 2004, foram realizados dois eventos, um dos quais destinado à elaboração conjunta do primeiro projeto territorial. A partir desse momento o Fórum passou a deliberar sobre o destino dos recursos do Pronaf infraestrutura e serviços, geridos pela SDT/MDA.

Um fato importante a ser destacado, a partir da observação e da análise documental, é o de que foi a primeira vez na trajetória do Fórum que recursos financeiros foram disponibilizados para a implantação de projetos elaborados pelas organizações que participavam desse espaço.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, esse assunto foi ponto de pauta recorrente ao longo do ano de 2004, e segundo dados das listas de presença houve uma ampliação gradativa do número de participantes e de organizações que foram aderindo ao Fórum, o que pode ter sido deflagrado pela inclusão do tema do desenvolvimento territorial na agenda e da participação do governo federal nesse espaço.

⁴⁴ "As ações de infraestrutura e serviços territoriais têm como principal objetivo apoiar projetos voltados para a dinamização das economias territoriais, para o fortalecimento das redes sociais de cooperação e o fortalecimento da gestão social, estimulando uma maior articulação das políticas públicas nos territórios rurais homologados pela SDT" (SDT/MDA, 2009).

A análise dos dados das listas de presença mostra como fato relevante a participação frequente das organizações dos pescadores artesanais nas reuniões do Fórum a partir de julho de 2004.

Cabe destacar outro fato significativo notado no período e registrado nos convites: os eventos de julho e agosto desse ano tiveram as despesas de alimentação, hospedagem e locação do local do evento, custeados pela SDT/MDA⁴⁵. Esse é um elemento a ser ressaltado quando confrontado com os resultados de pesquisas realizadas em outros espaços participativos⁴⁶, nas quais identificou-se que os agricultores familiares estão expostos a uma série de constrangimentos à participação, estando entre os principais, a pouca disponibilidade de recursos financeiros e a carência de tempo e de “competências”.

Segundo ata do mês de setembro de 2004, outra ação decorrente da aproximação da SDT/MDA junto ao Fórum foi a oportunização de representação deste espaço junto ao Conselho Estadual do Pronaf, para qual foram indicadas a coordenadora do CAPA e a presidente da Associação Arpa-Sul (Ata do Fórum de Agricultura Familiar, setembro de 2004, s/p.).

Como pode ser observado no Quadro 1, em outubro daquele ano, se deu o estabelecimento formal da instituição do Fórum enquanto Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT), a partir da assinatura de um acordo com a SDT/MDA.

Segundo informações que surgem dos relatórios da atividade, a formalização se deu em virtude da capacidade do Fórum e das organizações participantes em mobilizar a região para a implantação da proposta de desenvolvimento territorial (Relatório do Fórum de Agricultura Familiar, outubro de 2004, s/p.).

Segundo dados coletados dessa atividade, foi também nesse evento que o Fórum, a partir da oferta da SDT/MDA, escolheu uma entidade executora para a formalização de contratos com essa secretaria a fim de gerir os recursos

⁴⁵ À época, como secretária executiva do Fórum, fui responsável pela organização dos referidos eventos, inclusive pela contratação dos serviços, os quais foram pagos com recursos do Programa.

⁴⁶ Ver pág. 43

disponíveis⁴⁷ para custear as atividades do Fórum em 2005, assim como remunerar um profissional para atuar como articulador territorial (Relatório do Fórum de Agricultura Familiar, outubro de 2004, s/p.).

Nos documentos elaborados nessa atividade consta o rol de atributos exigidos pela SDT/MDA para que a entidade fosse escolhida: capacidade gerencial, confiabilidade e estatuto compatível.

Além das exigências legais, o Fórum também foi consultado sobre as características da entidade a ser contratada, elencando como principais as seguintes: articulação e ação regional; trabalho e reconhecimento público na agricultura familiar, pescadores artesanais e assentados de reforma agrária; ter estrutura jurídica e suporte para o trabalho; compromisso com a coletividade e com os eixos definidos e articulação com diversas entidades, entre outros (Relatório do Fórum de Agricultura Familiar, outubro de 2004, s/p.).

Conforme consta nos registros analisados e segundo a observação, a plenária do Fórum indicou o CAPA como entidade executora e para ser contratada como articuladora territorial fez a indicação da secretária executiva, à época a presente pesquisadora.

Posteriormente abordaremos com mais profundidade a ação dessa organização na região sul do RS, pois segundo as hipóteses iniciais da pesquisa, sua ação contribuiu de forma decisiva para a manutenção e reprodução do Fórum, principalmente no ingresso de novos atores, tais como os pescadores artesanais.

Nesse mesmo evento também ficou registrado que as reuniões do Fórum devessem continuar independente da SDT (Relatório do Fórum de Agricultura Familiar, outubro de 2004, s/p.).

Analisando as atas dos meses de novembro e dezembro de 2004 e a partir da criação da CIAT constatou-se uma alteração na configuração do Fórum: a constituição de um Núcleo técnico⁴⁸ e o ingresso dos pescadores artesanais e dos assentados de reforma agrária no mesmo.

⁴⁷ Os valores previstos eram de R\$ 45.000,00 a R\$ 60.000,00 por ano, podendo ser apoiado de 12 até 60 meses, dependendo dos resultados obtidos, dos monitoramentos e da prestação de contas bem feita, segundo relatório da atividade (Relatório do Fórum de Agricultura Familiar, outubro de 2004, s/p.).

⁴⁸ O núcleo técnico é uma instância de apoio ao colegiado territorial, proposto pela SDT/MDA para facilitar, por exemplo, a análise dos projetos e encaminhamento de temas específicos.

Verificou-se também, nos registros e na observação realizada à época que por meio de consultores, o governo federal passou a participar das reuniões do Fórum a partir de junho de 2004. Segundo dados coletados, em cada um dos eventos os consultores apresentavam as informações sobre o programa ao Fórum, bem como realizavam a moderação dos processos de decisão (Atas e relatórios do Fórum de Agricultura Familiar, junho a outubro de 2004).

Dentre o conjunto de documentos da época que foram submetidos à análise destaca-se a Resolução nº 48 do Condraf, a qual propõe as diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação.

O Fórum, enquanto espaço de articulação das ações da SDT/MDA deveria adequar-se as seguintes diretrizes: contemplar a representatividade, diversidade e pluralidade dos atores envolvidos nas diferentes dimensões do desenvolvimento rural, segundo § 1º do Art. 1º da Resolução nº 48.

Com base nos dados apresentados no Quadro 1 constata-se que dobrou o número de participantes nas reuniões do Fórum ao longo do ano de 2004, dentre os quais o número expressivo de organizações que participaram do evento de julho (54).

Nessa nova configuração, além do aumento no número de participantes, passaram a participar deste espaço, representantes do governo federal (SDT/MDA), dos assentados de reforma agrária e dos pescadores artesanais.

3.2.2. Configuração 3: aumenta-se o número de eventos, a pesca artesanal ganha espaço e os assentados de reforma agrária recuam (2005)

A análise dos documentos disponíveis do Fórum do ano de 2005 mostra uma alteração na sua dinâmica e, por conseguinte em sua configuração. Considerando os convites e atas das atividades realizadas no ano, observa-se, conforme informações listadas no Quadro 2, que aumentou o número de eventos que se realizavam por ano.

Em 2005 foram realizados 12 eventos, ou seja, dois a mais que o habitual até 2004. Além disso, quatro eventos foram de dois dias, quando as reuniões até esse ano não passavam de 2 turnos (manhã e tarde), muitas das quais encerravam-se as 13 horas, conforme constatado nas atas e na observação realizada à época.

É possível afirmar, com base nos documentos (atas e relatórios) e na observação realizada, que essa intensa mobilização se deu a partir da demanda da SDT/MDA. Assim, chega-se a conclusão de que os principais pontos de pauta de todos os meses tiveram relação direta com a implantação da estratégia de desenvolvimento territorial.

De acordo com as informações registradas em ata, a escolha da nova coordenação foi realizada no primeiro evento do Fórum do ano de 2005, na qual foram escolhidos para essa função a Embrapa, o CAPA representando as ONGs e a Coopal, representando as organizações dos agricultores familiares.

A análise dos documentos de registro das atividades permite notar que, nos meses de junho a setembro de 2005, foi realizado um processo de elaboração de projetos de infraestrutura; o que provocou o aumento no número de participantes, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2005

ANO: 2005										
Meses	MARÇO (2 eventos)	ABRIL	MAIO (2 eventos)	JUNHO (evento de 2 dias)	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO (evento de 2 dias)	OUTUBRO	NOVEMBRO (evento de 2 dias)	DEZEMBRO (evento de 2 dias)
Local da reunião	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC
Principal(is) ponto(s) de pauta	A. planejamento das ações para 2005 e eleição da nova coordenação B. Apresentação da CIAT para novo consultor SDT/MDA no RS	Debate sobre andamento do projeto territorial de 2004 e conclusão do planejamento	A. Proposição de convênios entre a Embrapa e as organizações para análise de solos e discussão sobre projeto territorial de 2005; B. Apresentação da proposta de desenvolvimento territorial para os gestores públicos municipais	Apresentação do Programa de Consolidação e emancipação de assentamentos de reforma agrária; Debate e escolha das demandas prioritárias para composição do projeto territorial de 2005	Apresentação do Programa DRS do Banco do Brasil; Apresentação do projeto participativa em rede de referência para agricultura de base ecológica na região sul do RS/Embrapa"	Apresentação da versão preliminar do estudo propositivo; Encaminhamentos para definição do projeto territorial de 2006;	Complementação participativa do estudo propositivo; Apresentação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural/MDA; Levantamento das demandas para construção do projeto territorial de 2006 e definição das prioridades;	1 etapa de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável	Palestra sobre silvicultura; Elaboração do regimento interno do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter); Elaboração participativa do novo folder do Fórum	Planejamento das ações do Codeter e definição das linhas de ação do Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); Avaliação e monitoramento das ações e dos projetos territoriais de 2004 e 2005; Sistematização do PTDRS
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	34 (A) 16 (B)	24	31 (A) 29 (B)	42	37	44	34	34	26	30

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2005

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

No mês de novembro de 2005, segundo relatório da atividade, o Fórum assumiu um novo papel junto ao governo federal, deixando de ser uma comissão provisória, denominada de CIAT, para atuar como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)⁴⁹. Nessa atividade também foi finalizada a elaboração do regimento interno.

Analizando os documentos disponíveis e resgatando a observação retrospectiva, pode-se afirmar que o Fórum manteve seus princípios de organização, adequando-se às exigências da relação com o governo federal, como por exemplo, as diretrizes propostas pela Resolução nº 52 do Condraf⁵⁰ e do cumprimento das atividades previstas, como por exemplo, a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, assunto recorrente nas atividades do ano de 2005, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Cabe destacar que o CAPA assinou um contrato de repasse de recursos com a SDT/MDA via Caixa Econômica Federal, visando o apoio financeiro às atividades do Fórum e a remuneração da assessora territorial, que possuía dedicação integral à execução das atividades planejadas.

De acordo com os documentos do período, verificou-se que além das reuniões ordinárias, muitas das quais transformadas em oficinas de trabalho, o Fórum e o CAPA -enquanto entidade parceira da SDT/MDA- organizaram duas audiências inéditas com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário à época, no interior de São Lourenço do Sul⁵¹, em maio e em dezembro de 2005. A primeira audiência teve por objetivo debater ações voltadas ao seguro agrícola; e a segunda foi dedicada à assinatura de contratos de repasse com prefeituras parceiras dos projetos territoriais.

⁴⁹ Conforme constam nos documentos oficiais, os Colegiados Territoriais são formados por representantes do governo federal e da sociedade civil. O número de integrantes depende do tamanho do território, do número de municípios e de organizações e da complexidade [presença de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, etc] do território representado. Os colegiados, segundo a SDT/MDA, são responsáveis por identificar as demandas locais das comunidades; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e dar ampla divulgação às ações dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais. (SDT/MDA, 2009)

⁵⁰ Trata-se de um conjunto de recomendações do CONDRAF para as institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

⁵¹ A atividade foi realizada no quiosque agroecológico da Coopar - cooperativa fundada pelo CAPA no ano de 1992.

Conforme pode ser observado no Quadro 2 houve um aumento na média do número de participantes nas reuniões em relação ao ano de 2004, e examinando os dados das listas de presença, constata-se que ampliou o número de organizações vinculadas à pesca artesanal.

Observou-se também que houve um afastamento do MST em relação ao ano anterior, considerando que os representantes dos assentados de reforma agrária compareceram apenas nas reuniões de maio, junho e setembro, conforme dados das listas de presença.

Neste ponto, torna-se oportuno esclarecer um dado relevante na dinâmica do Fórum. Conforme análise documental e observação realizada, pode-se afirmar que é muito variável a participação das organizações nas reuniões do Fórum, sendo poucas aquelas que frequentam todas as reuniões durante o ano.

Ainda sobre a participação das organizações, é preciso considerar a baixa adesão dos representantes das prefeituras municipais e suas respectivas secretarias, especialmente das ligadas ao desenvolvimento rural, conforme surge da análise documental.

De acordo com os relatórios e atas das atividades, é possível notar a preocupação do Fórum com relação aos administradores públicos municipais. Conforme pode ser observado no Quadro 2, o principal ponto de pauta do segundo evento realizado no mês de maio de 2005 foi o da apresentação da proposta de desenvolvimento territorial aos gestores públicos, com a presença de representante da SDT/MDA. No entanto, os dados da lista de presença indicam que a participação foi aquém do esperado.

Cabe destacar também que esse fato tem influência direta nos projetos territoriais. Apesar do debate e priorização dos projetos serem realizados pelo Fórum, toda a tramitação contratual é viabilizada através das prefeituras municipais. A baixa participação dos gestores municipais representa um limite para as organizações que não possuem uma relação próxima com eles, tornando-se tema recorrente nas atas e relatórios. A este respeito cabe destacar a avaliação realizada por Bonnal e Kato (2009, p. 13):

Talvez a maior fragilidade deste dispositivo [desenvolvimento territorial] seja a dependência com o poder municipal que lhe é característica do pacto federativo, ao mesmo tempo em que contribui para o enfraquecimento progressivo do poder das prefeituras nos espaços decisórios concebidos pela política, uma vez que a

implementação do PDSTR marcou o fim do Pronaf infraestrutura, do qual se beneficiavam as prefeituras.

Segundo Leite et al. (2005 *apud* Bonnal e Kato 2009, p. 62), “além de superar os limites ao desenvolvimento existentes nos municípios, a nova política da SDT parece ser uma estratégia para ‘driblar’ o controle local”.

Este tema com certeza merece um tratamento mais adequado, o qual não é feito aqui por não se tratar do foco da presente investigação. Porém, não poderia deixar de ser citado, já que se transformou em assunto recorrente nas reuniões do Fórum a partir do ano de 2004, quando da aproximação da SDT junto à esse espaço.



Figura 5.: Face externa do Fórum de Agricultura Familiar elaborado em 2005.

Fonte: Embrapa Clima Temperado (2005)

No final do ano de 2005, conforme pode ser observado na Figura 5. foi elaborado novo folder do Fórum, explicitando a sua nova configuração. Podemos observar na parte esquerda da figura a extensa lista de organizações participantes, bem como, na parte direita, a informação sobre a novo papel do Fórum, o de Colegiado Territorial. Ao centro, constam as informações do CAPA, o qual passa a atuar como entidade parceira do Fórum através do contrato com a SDT/MDA.

3.2.3. Configuração 4: os assentados de reforma agrária retomam a participação no Fórum e amplia-se a coordenação do mesmo (2006)

Verificando os documentos disponíveis das atividades realizadas em 2006, constata-se novas alterações na configuração do Fórum nesse ano.

Conforme pode ser observado no Quadro 3, manteve-se a tendência de aumento do número de eventos, já encontrado em 2005. Em 2006 foram realizados 13 eventos contra a média de 10 eventos realizados por ano, entre 1995 e 2004. Desses 13 eventos, três foram de dois dias.

Cabe salientar que, a partir de 2005, todas as despesas de deslocamento, alimentação e eventualmente de hospedagem passaram a ser custeadas com recursos da SDT/MDA, por meio do contrato de repasse com o CAPA.

Foi possível observar ao longo dos anos, incluindo o de 2005, que, mesmo em momentos de interstício entre a liberação das parcelas por parte do agente financeiro ou de renovação entre os contratos, o CAPA garantiu, com recursos próprios, que os agricultores, assentados e pescadores não tivessem gastos decorrentes da participação no Fórum. Essa instituição também colocou sua capacidade instalada a disposição, incluindo a equipe técnica e sua infraestrutura, bem como sua trajetória associativa anterior, assunto que será aprofundado a seguir.

Conforme dados das listas de presença, verifica-se que os assentados de reforma agrária passaram a participar ativamente das reuniões. Por sua vez, os pescadores artesanais, que já participavam desde julho de 2004, ampliaram o número de organizações representadas em 2005 e mantiveram a participação na maioria das atividades realizadas em 2006.

Conforme consta no Quadro 3 e nas atas do mês de abril de 2006, houveram mudanças substantivas na conformação da coordenação do Fórum, com a ampliação do número de representantes. Até 2005, a coordenação era tripartite: um representante dos órgãos governamentais, um das organizações não governamentais e um das organizações dos agricultores familiares. A partir de 2006, mais dois representantes passaram a fazer parte da coordenação do Fórum: um representante das organizações da pesca artesanal e um dos assentados de reforma agrária.

Quadro 3. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2006

ANO: 2006											
Meses	FEVEREIRO (evento de 2 dias)	MARÇO (2 eventos)	ABRIL	MAIO (evento de 2 dias)	JUNHO	JULHO	AGOSTO (2 eventos)	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO (evento de 2 dias)
Local da reunião	EEC ⁽¹⁾	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC	EEC
Principal(is) ponto(s) de pauta	Planejamento de 2006; apresentação e discussão das demandas prioritárias para elaboração do projeto territorial de 2006;	A. Definição das demandas prioritárias para elaboração do projeto territorial de 2006; B. Fechamento do projeto territorial 2006;	Eleição na nova coordenação e planejamento das ações para conclusão do PTDRS	Elaboração do PTDRS	Monitoramento e avaliação das atividades	Palestra sobre reflorestamento na propriedade familiar como alternativa de renda; Palestra sobre avanços e consequências do reflorestamento na região Sul do RS	A. Palestra “perspectivas do leite no RS e no Brasil”; Adequações à IN 51 B. Aprimoramento do PTDRS	Mudanças climáticas e impactos na agropecuária regional; Potencial da mamona como alternativa de renda para AF;	Debate sobre a implantação dos projetos territoriais com a presença da Caixa Econômica Federal	Debate sobre a implantação dos projetos territoriais com a presença da Caixa Econômica Federal	Palestra sobre Agricultura Urbana em Cuba e Apresentação e discussão sobre o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA Avaliação das atividades de 2006
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	54	40 (A) 31 (B)	41	43	45	47	41 (A) 35 (B)	43	54	55	45

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2006

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

De acordo com os dados das listas de presença, verifica-se que os assentados de reforma agrária passaram a participar ativamente das reuniões. Os pescadores artesanais, que já participavam desde julho de 2004, ampliaram o número de organizações representadas em 2005 e mantiveram a participação na maioria das atividades realizadas em 2006.

É possível afirmar que a maior presença desses novos grupos resultou na ampliação da coordenação, na qual passaram a ter assento os pescadores artesanais e os assentados de reforma agrária.

Segundo consta nos registros, a coordenação em 2006 passou a ser exercida pela Embrapa, pela Cooperativa Teia Ecológica, pela ATLA representando os agricultores familiares, pelo MST representando os assentados de reforma agrária e pelo CECOV representando os pescadores artesanais.

Cabe lembrar que em 2005, com a constituição do Codeter, a coordenação do Fórum passou a ser também o Núcleo Dirigente deste colegiado.

Segundo consta na ata do mês de abril de 2006, também foi reconstituído o Núcleo técnico, passando a ser composto pela Emater, pelo CAPA e pelo MST. Além das mudanças na gestão do Fórum a partir desse ano, os convites e atas indicam que houve uma diversificação das pautas com presença de especialistas e discussão de temas de interesse das organizações do Fórum, independentemente dos debates para a definição dos recursos do programa, os quais também continuaram ocorrendo, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Foram realizados debates em torno do reflorestamento, da legislação sobre a produção de leite, das mudanças climáticas e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, entre outros (Quadro 3).

Também verificou-se que houve um aumento significativo no número de participantes nas reuniões em relação aos anos anteriores (2004 e 2005), junto com um grande número de atividades sendo realizadas, o que pode ser observado no Quadro 3.

Segundo consta nos relatórios, a partir da construção participativa realizada durante as reuniões de 2005 e 2006, foi concluída no final do ano de 2006, a primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural

Sustentável (PTDRS). Nele ficaram registradas os acordos realizados pelos participantes do Fórum, bem como um conjunto de informações sobre a região, com foco na agricultura familiar.

Cabe também destacar que agentes públicos de municípios que não participavam do Fórum antes de 2004, começaram a participar, provavelmente em função da implantação da política de desenvolvimento territorial e da mudança nos quadros em função das eleições municipais. Esse, como por exemplo, é o caso dos municípios de Santa Vitória do Palmar e de Jaguarão, que a partir de 2005 passaram a ser administrados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Observou-se que ao longo dos anos investigados, a prefeitura municipal de Santa Vitória do Palmar⁵² participou ativamente das reuniões, com quase 100% de frequência, bem como viabilizou a vinda de representantes das organizações da pesca artesanal e da agricultura familiar do município e a contrapartida necessária para os projetos de investimento aprovados no Fórum, tornando-se exemplo bem sucedido de articulação e parceria.

⁵² Considerando que o município de Santa Vitória do Palmar localiza-se a 240 quilômetros do município de Pelotas

3.2.4. Configuração 5: as comunidades quilombolas se integram ao Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS (2007)

Ao analisar os documentos das atividades realizadas no ano de 2007, encontram-se certos elementos que contribuíram para uma nova configuração do Fórum, tal como a participação de representantes de comunidades quilombolas e o Plano Safra Territorial, cuja elaboração teve por objetivo debater a indicação de propostas locais para as políticas de crédito agrícola.

Conforme pode ser observado no Quadro 4, o Fórum organizou no ano de 2007 14 eventos com expressiva participação, com 57 participantes em média ao longo do ano.

Em março de 2007, conforme registros, foi realizada eleição da nova coordenação. Cabe destacar que foi o primeiro ano que a Embrapa não fez parte da coordenação, sendo substituída pelo representante da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), que desde 2005 vinha participando das reuniões do Fórum.

Segundo consta na ata da reunião desse mês, a Cecov foi reconduzida à coordenação na representação dos pescadores artesanais; o MST representando os assentados de reforma agrária; a Cooafan no lugar da ATLA, representando os agricultores familiares; e pelas Ongs, o CAPA, no lugar da Cooperativa Teia Ecológica. Com relação ao Núcleo Técnico, também houve uma alteração na composição. Além dos membros que já estavam em 2006, o representante da Fepagro-Sul, órgão estadual de pesquisa agrícola, integrou-se ao mesmo.

Verificando a documentação existente, observou-se que além dos eventos citados no Quadro 4, o Fórum, com apoio do CAPA, organizou outros dois eventos que merecem ser destacados: a validação do Plano Safra Territorial no mês de maio de 2007 que reuniu 55 participantes, considerando a lista de presença⁵³; e com apoio da SDT/MDA, a I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em novembro desse ano, reunindo cerca de 210 participantes.

⁵³ Com a entrada de novos participantes, nem todos os presentes nas reuniões costumavam assinar as listas de presença. A presente pesquisadora, à época articuladora territorial, participante em todas as atividades, costumava realizar a contagem visual, que, a partir de 2005, na maioria das atividades era superior ao número de assinaturas. Porém, para efeitos deste estudo, estamos levando em consideração apenas os registros nas listas de presença.

Quadro 4. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2007

ANO: 2007											
Meses	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO (2 EVENTOS)	JUNHO	JULHO (2 EVENTOS)	AGOSTO (2 EVENTOS)	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	EEC ⁽¹⁾	EEC	EEC	EEC	EEC	A. EEC B. Sede da Embrapa	A. EEC B. Sede da Embrapa	EEC	Tourist Hotel - Pelotas	EEC	EEC
Principal(is) ponto(s) de pauta	Construção do Plano Safra Territorial	Planejamento das ações 2007; Eleição da nova coordenação; Elaboração das propostas para Plano Safra	Criação de abelhas como alternativa de renda para AF	A. Energias renováveis e AF; B. Apresentação dos projetos de infraestrutura para projeto territorial de 2007 e 2008;	Construção do projeto territorial 2007 e 2008	A. Sistemas agroflorestais e sua interface com AF B. Construção de agenda de transferência de tecnologias para o território;	A. Importância do uso do talão do produtor; B. Crédito para AF – lançamento do Plano Safra	Sementes florestais e SAF's: uma oportunidade para AF	Qualificação do Plano territorial e organização da Caravana da Cidadania (preparatória ao lançamento do Programa Territórios da Cidadania)	Apresentação e validação do programa territorial de ATER voltado ao PST	Avaliação das atividades do ano e planejamento
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	47	44	49	41 (A) 77 (B)	63	51 (A) 130 (B)	46 (A) 58 (B)	40	80	48	24

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2007

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

Analisando a documentação disponível constatou-se que nesse ano também ocorreu uma mudança significativa na configuração do Fórum, representada pelo ingresso de representantes de comunidades quilombolas⁵⁴. Aqui cabe destacar uma característica da região sul do Rio Grande do Sul, contexto onde está inserido o Fórum. Esta se caracteriza historicamente pela instalação da indústria saladeril⁵⁵, que no século XIX absorveu significativo contingente de negros africanos escravizados, utilizados como mão-de-obra para o desenvolvimento dessa atividade.

Ao longo de dois séculos, foram se formando -em parte decorrente de fugas e ocupações de áreas de difícil acesso; e em parte produto da doação de terras a escravos alforriados e/ou ocupações de áreas devolutas no período pós-abolicionista- diversas comunidades negras rurais, muitas delas originadas dos antigos quilombos.

Segundo dados do CAPA (2007, p. 17), as comunidades quilombolas “possuem características rurais (...) desenvolvem agricultura de subsistência, trabalham como mão-de-obra eventual, junto aos pequenos agricultores e fazendeiros, produzem artesanato tradicional e de utilidades nas lides agrícolas”.

Examinando as listas de presença de 2007 constatou-se que a partir de abril desse ano, representantes de cinco comunidades quilombolas⁵⁶ da região passaram a participar das reuniões do Fórum. Segundo os dados analisados, em mais da metade das reuniões realizadas havia presente na plenária uma liderança comunitária dos quilombolas.

Outra constatação, a partir dos dados que surgem das listas de presença, é a de que no ano de 2007, 10 organizações diferentes de pescadores

⁵⁴ Segundo o Art. 2º, da Portaria 98/2007 da Fundação Cultural Palmares, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2007).

⁵⁵ Estudos historiográficos realizados por Zarth (2002), a partir de censos da época, permitem constatar a participação da mão de obra cativa em diversos setores da economia gaúcha, não se restringindo somente ao espaço das charqueadas. Mesmo expressivo, “são das últimas duas décadas os avanços da historiografia sobre a efetiva inserção dos escravos nas várias dimensões da vida social e econômica desta província desde o período colonial” (Rubert e Silva, 2009, p. 253).

⁵⁶ Comunidades Quilombolas *Monjolo* (também conhecida por Serrinha e Campos Quevedos), *Torrão* e *Coxilha Negra*, localizadas em São Lourenço do Sul; e *Armada* e *Maçambique* localizadas em Canguçu.

artesanais participaram com frequência das reuniões do Fórum, com destaque para a representante do Centro Comunitário da Várzea – CECOV, de São José do Norte que participou em 80% das reuniões realizadas.

Conforme pode ser notado no Quadro 4, no ano de 2007 houve uma diversificação das pautas com presença de especialistas e debates de temas de interesse das organizações do Fórum, fato que já havia sido constatado em 2006, para além das referentes à alocação de recursos da SDT/MDA, que também ocorreram e mobilizaram número considerável de participantes.

Segundo os documentos analisados, em 2007 os quilombolas participaram pela primeira vez do debate sobre os projetos territoriais e tiveram uma ação aprovada pelo Fórum: a construção de um centro comunitário de dupla finalidade para as comunidades quilombolas do Torrão e Monjolo, localizadas em São Lourenço do Sul.

Além das modificações mencionadas, também foi verificada na análise das atas do ano citado, a aproximação de representantes das prefeituras municipais. O seguinte trecho, extraído da ata da reunião de dezembro de 2007, é demonstrativo desse fato, assim como da acentuada participação das comunidades quilombolas:

Dentre os pontos positivos foi apontado que com esta política de desenvolvimento territorial o governo federal está conseguindo, com todas as dificuldades, aproximar as administrações municipais com as organizações da sociedade civil, fato comprovado é que de 2 prefeituras parceiras no início (2004), hoje já são 16 administrações públicas municipais parceiras da proposta o que demonstra uma mudança na atitude das municipalidades em estarem abertas ao diálogo. Outro ponto positivo é a integração das comunidades quilombolas ao processo (Ata do Fórum de Agricultura Familiar, dezembro de 2007, s/p.).

Conforme o exposto, as atividades realizadas no ano de 2007 mobilizaram um número maior de participantes em relação aos anos anteriores, tendo o ápice na realização da I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, como já foi mencionado e da qual, representantes da região participaram das etapas estadual e nacional.

3.2.5. Configuração 6: aumenta o número de participantes no Fórum com o lançamento do programa "Territórios da Cidadania" e a coordenação se amplia (2008)

O ano de 2008 destaca-se pela expressiva participação das organizações nas reuniões do Fórum, como pode ser observado no Quadro 5. Isso se reflete na maior média do período analisado (2004 a 2012). Conforme pode ser observado no gráfico 1, houve uma média de 90 participantes nas reuniões desse ano.

Segundo registros pode-se constatar que nesse ano foram realizadas um conjunto significativo de atividades. Além dos 11 eventos efetuados durante os meses de fevereiro a dezembro, o Fórum articulou a realização de mais 15 eventos durante o ano, em decorrência do lançamento, em fevereiro de 2008, do Programa Territórios da Cidadania⁵⁷.

Este programa de caráter interministerial foi coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, inspirado pela experiência do MDA junto aos territórios rurais. O território Zona Sul do Estado/RS foi um dos selecionados⁵⁸ para a implantação das ações previstas.

Aferindo os documentos das atividades desse ano, pode-se verificar que o evento em fevereiro provocou uma alteração na configuração que o Fórum tinha até o momento: o caráter de Colegiado Territorial.

⁵⁷ Segundo Art. 2º do Decreto de 25 de fevereiro de 2008 que instituiu o Programa Territórios da Cidadania, este tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: I - a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II – a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; III - a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV - a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais e; V - a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

⁵⁸ Os territórios foram delimitados a partir das seguintes informações (BRASIL, 2008): Menor IDH territorial; Maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; Maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; Maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; Baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais indicadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração;

Quadro 5. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2008

ANO: 2008											
Meses	FEVEREIRO (Evento de 2 dias)	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	Sede da Embrapa Clima Temperado	Sede da AABB de Canguçu	Sede da Embrapa Clima Temperado	EEC ⁽¹⁾	Comunidade Evangélica São João/Pelotas	EEC	Salão Chaparral – Colônia de Pescadores Z 3	EEC	Sede da Embrapa Clima Temperado	Propriedade rural - agricultor Edwin Radtke - São Lourenço do Sul	EEC
Principal(is) ponto(s) de pauta	Apresentação /planejamento do Programa Territórios da Cidadania * Transmissão do Lançamento do Programa pelo Presidente da República, direto do Palácio do Planalto	Apresentação da Matriz das Ações do Governo Federal para o Território da Cidadania voltada à Agricultura Familiar * Discussão sobre a participação do Fórum da Agricultura Familiar na Constituição do Colegiado Territorial do Território da Cidadania	* Definição da Composição do Novo Colegiado Territorial – Programa “Territórios da Cidadania” * Validação da Matriz Territorial – Território Zona Sul do Estado/RS	* eleição da nova diretoria do Fórum * debate e aprovação do Projeto de ATER/Agricultores Familiares para o Território	Debate sobre segurança hídrica "Seminário das Águas"	*Conjuntura do Fórum de Agricultura Familiar e prioridades atuais * Palestra sobre a atuação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP	Apresentação dos projetos dos pescadores na Colônia Zona 3 * Palestra sobre a atuação da SEAP	* Mudança da Matriz Produtiva e Alternativa de Produção para a Agricultura Familiar / MDA * Apresentação das Orientações para a Elaboração de projetos para biodiesel/Território da Cidadania	Adequação ambiental da propriedade Familiar: estratégias para a restauração da Mata Ciliar e Reserva Legal com fruteiras nativas	Apresentação do Projeto Rede de Referência da Embrapa Clima Temperado Visita técnica à propriedade	* lançamento do Blog do Fórum * Abordagem do Processo Histórico de Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Região do Território da Zona Sul do RS * Avaliação das atividades de 2008 e Perspectivas para 2009
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	117 143	112	149	71	83	59	67	79	69	64	65

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2008

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

Constatou-se que o lançamento do novo programa aglutinou um grande número e diversidade de público representado no evento realizado em fevereiro, particularmente de comunidades quilombolas. Nota-se também a participação de gestores públicos municipais e de prefeitos no evento.

Segundo relatório do evento de lançamento do novo programa, realizado em fevereiro de 2008, constituiu-se durante o mesmo um Comitê Gestor Territorial⁵⁹ para acompanhamento e gestão das ações previstas no Programa Territórios da Cidadania.

Esse comitê foi formado a partir da ampliação da coordenação do Fórum que era também o Núcleo Dirigente à época. Um dos objetivos desse comitê era a constituição de um novo colegiado territorial, a partir das orientações do Programa Nacional.

Como já destacamos, desde 2005 o Fórum exercia o papel de Colegiado Territorial, no entanto, em virtude da sua dinâmica aberta e flexível, segundo registros da época, a partir de fevereiro de 2008 o mesmo deixa de exercer o papel de colegiado. Isso porque o Programa Territórios da Cidadania exigia que o colegiado devesse ser paritário, ou seja, ser composto por 50% de representantes da sociedade civil e 50% de representantes do poder público. Frente a esse quadro, o Fórum não se submeteu à rigidez imposta pelo programa.

De todo modo, a análise dos documentos disponíveis e a observação realizada durante o período, possibilitam afirmar que o Fórum continuou sendo a grande base de sustentação, principalmente de mobilização e de articulação das organizações dos agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e das comunidades quilombolas do território.

O Fórum também manteve o papel propositivo dos projetos territoriais de investimento e de deliberação sobre os recursos da SDT/MDA, a partir desse ano como um fórum setorial do novo Colegiado Territorial (PTDRS, 2009).

Por exemplo, no mês de março, foram realizadas sete reuniões⁶⁰, principalmente com organizações que participavam das reuniões do Fórum.

⁵⁹ Formado pela Embrapa, Emater, Furg, um representante dos prefeitos municipais; pelo CAPA, Unaic, Cecov, quilombolas e MST

⁶⁰ Reuniões setoriais com os seguintes atores: 1) prefeitos do território; 2) quilombolas e o Incra; 3) assentados de reforma agrária e o Incra; 4) assistência social e segurança alimentar; 5) educação e cultura; 6) saúde e 7) organizações da pesca artesanal e Seap;

Aqui cabe destacar o desencadeamento do processo de reconhecimento público das comunidades quilombolas, a partir da articulação do Fórum, evento que alterou o cenário da região.

Segundo os dados apresentados pelo Programa Territórios da Cidadania, a população alvo constituía à época 32.160 agricultores familiares (segundo censo IBGE 2006), 117 assentamentos de reforma agrária, cerca de 6.000 pescadores artesanais e quatro comunidades quilombolas (Fundação Cultural Palmares, 2008).

Os dados da Fundação Cultural Palmares geraram reação das cinco comunidades quilombolas que já participavam das reuniões do Fórum, e foram convidadas à participar do evento em fevereiro, bem como das demais comunidades que foram mobilizadas pelas comunidades já integradas e pela equipe técnica do CAPA. Cabe destacar que havia uma expectativa de que esse novo programa pudesse atender as necessidades dessas comunidades.

Segundo documentos de registro e observação à época, o fórum setorial das comunidades quilombolas da região realizado em março de 2008 contou com a presença de representantes de 25 comunidades da região. A partir daí elas demandaram a realização dos procedimentos para o reconhecimento. Para execução das atividades necessárias indicaram o CAPA que já tinha trabalhado com as comunidades, o que será melhor descrito a seguir.

A indicação do CAPA resultou ao final desse ano, na formalização de contrato de repasse com a SDT/MDA para o acompanhamento das comunidades. Como veremos adiante, esta ação resultou no reconhecimento de 29 novas comunidades quilombolas.

A participação, no mês de abril de 2008 em Rio Grande, de um evento com o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, a governadora à época Yeda Crusius, ministros e lideranças políticas, representou outro momento de destaque da trajetória do Fórum e de sua ligação particularmente com o governo federal.

No registro fotográfico a seguir, é captado o momento em que um agricultor familiar representando o Fórum de Agricultura Familiar fala ao presidente da república e aos outros representantes políticos, à época, durante o evento.



Figura 6. Foto do representante do Fórum de Agricultura Familiar no evento com presidente da república.

Fonte: Arquivo CAPA (2008)

Fizeram parte da mesa, junto com as autoridades políticas os membros da coordenação do Fórum como representantes dos assentados de reforma agrária, de quilombolas e de pescadores. Na ocasião também foi entregue em mãos ao presidente, pela coordenadora do CAPA, a primeira versão do Plano Territorial de Ações Integradas (PTAI), o que foi registrado Figura 7. Segundo gestores do programa o território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro no Brasil a elaborar o documento.



Figura 7. Foto da coordenadora do CAPA entregando o PTAI ao presidente da república. Fonte: Arquivo CAPA (2008)

A importância desse evento para as organizações integrantes do Fórum é salientada por uma representante da pesca artesanal:

O nosso território foi o primeiro que entregou o projeto para o presidente Lula. Eu estava presente, assisti e tive um choque de emoção quando ele nos saudou, disse meu nome, os pescadores estavam na lagoa e ouviram pelo rádio o presidente Lula dizer: pescadora Cinelande Borges Caminha (Entrevista com representante da pesca artesanal na coordenação do Fórum).

Conforme pode ser observado no Quadro 5, o Fórum manteve a realização dos eventos. Segundo registros do mês de maio, escolheu-se nesse mês a nova coordenação, que passou a ser composta por: a Embrapa Clima Temperado; a Cooperativa Teia Ecológica; a Associação de Pescadores Vila Anselmi (APEVA) representando os pescadores artesanais; a UNAIC, representando os agricultores familiares; o Quilombo Monjolo representando os quilombolas e o MST representando os assentados da Reforma Agrária.

Segundo registros das atividades realizadas em 2008, tal como já foi destacado, além dos encontros ordinários do Fórum, foram realizados outros eventos, nos quais, compareceram participantes do Fórum. Em abril do ano citado foi realizada uma plenária do novo Colegiado Territorial, com 97 participantes, sendo a maioria frequentadores do Fórum. Por sua vez, em julho ocorreu a apresentação do novo Plano Territorial de Ações Integradas, com 90 participantes, a maioria membros das organizações que frequentavam o Fórum.

No mês de setembro de 2008 foram realizados dois eventos com participantes do Fórum: o encontro de agentes de leitura do Território Zona Sul do Estado/RS, que reuniu 80 participantes e a Reunião Territorial sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário, realizada na Embrapa.

Nesse ano foi elaborada, também, uma cartilha na qual consta a lista de organizações que participavam até o momento das atividades desenvolvidas pelo Fórum, conforme pode ser observado na Figura 8:

ACAP	Ass. Arpasul	Coop Santa Isabel	FURG
ADCPR	Ass. São Geraldo	Coop Terra Nova	Grupo Agricultores Passo do Lourenço
ALM/Ufpel	Ass. Capão do Meio	Coop. Arpasul	Grupo Tesoureiro
AMPLEPA	Ass. pescadores do porto	COOPAL	Intecoop/Furg
APESMI	Ass. Vitória Certa	COOPANORTE	IPCC
APEVA	ATES	COOPAR	MAPA
APISUL	ATLA	COOPEPAC Rio Grande	MPA
APRIJ	AZONASUL	COOPERAL	MST
ASSAF	BIONATUR	Cooperativa Lagoa Viva	Nudese/Furg
Ass. Barranco	CAFSUL	Cooperativa Sul Ecológica	PPGSPAF/UFPel
Ass. Estreito	Câmaras de Vereadores	Cooperativa Sul Leite	Prefeituras Municipais
Ass. Brilho do Sol	CAMGL	Cooperativa TEIA Ecológica	Quilombo Coxilha Negra
Ass. Caipira	CAPA	Cooperativa Terra Nova	Quilombo Campos Quevedo
Ass. Conquista	CAPEC	Cooperativa Terra Nova	Quilombo da Armada
Ass. Divisa	Casa da Pimenta	COOPERSUL	Quilombo Maçambique
Ass. Novo Amanhecer	CAVG	Coopesca	Quilombo Monjolo
Ass. Novos Caminhos	CECOV	COOPESI	Quilombo Rincão das Almas
Ass. Parobé	Cefet RS	COOPISCO	Quilombo Serrinha
Ass. Pescadores SVP	Centro Coronilha de Agroecologia	COPTEC	Quilombo Torrão
Ass. Assis Brasil	CEPPA	Coptil	Quiosque Z3
Ass. Quilombo Cerro das Velhas	CETAP	COREDE Sul	Rede SEMENTESUL
Ass. Bojuru	Colônia de pescadores Z -25	Coçulati	SDT- MDA
Ass. Butiá	Colônia de pescadores Z 24	CPT	SEAPA/RS
Ass. Sulriograndense Cebola	COMIRIN Arroio grande	Crehnor	SEBRAE
Ass. São Caetano	COMUDE	CRESOL	SICREDI
Ass. Criadores de Gado Jersey	CONSEMA	EMATER	UNAIC
Ass. Ilha Marinheiros	COOAFAN	Embrapa	
Ass. Sepé Tiarajú	COOMELCA	Federarroz	
	Coop INCLUSIVA	Fepagro-Sul	
		FETAG	
		FETRAF	

Figura 8. Quadro com a lista das entidades participantes das atividades do Fórum em 2008.

Fonte: CAPA (2008).

De acordo com a figura 8 ao final de 2008, 113 organizações participaram das atividades do Fórum. Em comparação com a lista arrolada no material de 2005 (figura 5), contendo 44 organizações, pode-se afirmar que houve um aumento de 2,5 vezes no número de organizações. Se considerarmos a lista com as organizações participantes em 2004 (em torno de 22), o aumento é de 5 vezes.

Em 2008, segundo observação realizada na época, ocorreu uma mudança na forma de contratação de algumas ações previstas no projeto territorial daquele ano. Em função de mudanças na legislação⁶¹, pequenas

⁶¹ A Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, determinou à época: "considera-se vedado à União promover a transferência voluntária para: órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais)" (Brasil, 2008).

ações de investimento, principalmente em veículos, deliberadas pelo Fórum em 2008, durante debate sobre o projeto territorial a ser apoiado com recursos da SDT/MDA, foram impedidas de contratação via prefeituras devido ao baixo valor (menor de 100 mil reais).

Foi estabelecida parceria com a Embrapa, que se dispôs a realizar a operação para compras dos bens previstos nos projetos, tal seu vínculo com as organizações do Fórum, o que pode ser observado no seguinte relato:

Nós, aqui na Embrapa, sempre dissemos que não somos uma agência de desenvolvimento, mas temos que nos comportar como um agente de desenvolvimento, já que estamos inseridos em um contexto, social, regional, sociopolítico (...) Fazemos isso por acreditar que ser um agente de desenvolvimento também significa oferecer e disponibilizar a nossa qualificação em termos de organizar projetos, buscar convênios, articular, fazer gestão de recursos (Entrevista com representante da Embrapa).

Cabe destacar que entre o conjunto de ações previstas para o ano de 2008 estava cumprir com as demandas das comunidades quilombolas de compra de instrumentos musicais, um item diverso ao usualmente adquirido pela instituição, conforme é destacado no seguinte relato:

Algumas pessoas vão dizer que não tem nada a ver com a prática da Embrapa, mas é preciso entender que isto faz parte de se contribuir para o desenvolvimento, como algo complementar ao nosso papel, de lugar de ciência, conhecimento e tecnologia de vanguarda. Temos clareza de que o bem-estar e a felicidade das pessoas não se dão somente através de um processo tecnológico. Oferecer suas capacidades, em outras áreas, é dever de uma instituição pública que quer assumir seu compromisso com o mundo onde ela vive (Entrevista com representante da Embrapa).

Ao observar os dados do Quadro 5, chama atenção o fato de que quase 40% das reuniões do Fórum, ao longo do ano, foram realizadas fora das dependências da Embrapa e menos ainda da EEC, situação contrária à maioria das reuniões realizadas até 2007.

Outro fato importante, notado no ano de 2008, é a presença constante no Fórum de representantes do governo federal, principalmente de consultores das secretarias do MDA e do delegado federal do desenvolvimento agrário. Além destes, destacou-se também a presença do Incra e da superintendente da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap).

Assim como identificado em 2007, as reuniões demonstraram diversificação dos assuntos tratados. Além disso, destaca-se a presença

frequente de pesquisadores da Embrapa, especialistas em temas de interesse das organizações que frequentam o Fórum.

A descentralização das reuniões, segundo consta nos registros, também foi uma demanda das organizações participantes, para aproximar as discussões dos públicos envolvidos, como fica evidente no deslocamento do Fórum para a Colônia de Pescadores de Pelotas.

Como vimos, o ano de 2008, em comparação aos anos anteriores, foi marcado por eventos importantes para o Fórum, como o encontro com o presidente da República. Além disso, as mudanças trazidas com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania oportunizaram a ampliação no número de participantes e de temas debatidos.

3.2.6. Configuração 7: o Fórum volta a se reunir na Estação Experimental Cascata (2009)

Conforme pode ser observado no Quadro 6., durante o ano de 2009, o Fórum diminuiu para 9 o número de eventos realizados. Logo no início do ano foi eleita uma nova coordenação, com apenas mudança de nomes dos representantes das organizações que já compunham a coordenação em 2008: a Embrapa Clima Temperado; a Cooperativa Teia Ecológica; a Associação de Pescadores Vila Anselmi (APEVA): representando os pescadores artesanais; a UNAIC, representando os agricultores familiares; o Quilombo Monjolo representando os quilombolas e o MST representando os assentados da Reforma Agrária.

Examinando os dados relativos ao número de participantes nas reuniões do ano citado, é possível afirmar que houve um forte decréscimo no número de participantes, em média, com relação ao ano de 2008 (de 90 para 53), apesar de ser uma média semelhante à dos participantes registrados nas atividades do Fórum em 2007.

Segundo registros encontrados, ocorreram assim como em 2008, um conjunto de atividades paralelas ao Fórum, em torno do Programa Territórios da Cidadania, organizadas com apoio do CAPA. Cumpre ressaltar que diversos temas desses encontros tinham interface com as discussões do Fórum.

Entre os eventos paralelos, destaca-se a realização dos fóruns setoriais, onde muitos dos participantes do Fórum se fizeram presentes. Também, nesse ano, conforme análise de documentos, foram realizadas, a partir de maio, oficinas microrregionais para aprofundamento e qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS), cuja primeira versão foi concluída pelo Fórum em 2006, como já foi destacado.

A análise dos documentos também permitiu visualizar que os participantes do Fórum foram os responsáveis pela mobilização e articulação das oficinas, bem como seu envolvimento nas atividades descentralizadas.

Conforme PTDRS (2009), produto das reuniões do Fórum de 2007, 2008 e 2009, das oficinas realizadas nesse último ano e dos eventos paralelos ocorridos em 2008 e 2009, foi elaborada a segunda versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), publicado em forma de revista no final de 2009.

Quadro 6. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2009

ANO: 2009										
Meses	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	EEC ⁽¹⁾	Centro de Convenções Canguçu	EEC		EEC	EEC	EEC	EEC
Principal(is) ponto(s) de pauta	Avaliação da implantação dos projetos territoriais 2004 a 2008 e orientações para projeto territorial 2009	Avaliação do processo de gestão social e eleição da nova coordenação	Apresentação e priorização de projetos de custeio para as organizações em 2009	Debate sobre legislação ambiental	Continuação do debate sobre legislação ambiental para AF	Não foi realizada reunião	Apresentação das ações de pesquisa e transferência de tecnologia da Embrapa para assentados e Incra; Apresentação das ações de gênero disponíveis para as mulheres do território	AF e produção de alimentos	Apresentação do trabalho de reconhecimento público das comunidades quilombolas do território	Apresentação das ações do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA) e Avaliação das atividades do ano de 2009
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	73	78	64	66	55	-	36	38	34	35

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2009

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

Observa-se também, a partir das informações constantes no Quadro 6, que as reuniões voltaram a ocorrer, em sua maioria, nas dependências da Embrapa e especialmente da EEC, como era de costume até 2007. Além disso nota-se em 2009 uma diversidade grande de temas debatidos ao longo do ano, diminuindo significativamente as pautas relativas às ações da SDT/MDA ou de outras ações governamentais.

3.2.7. Configuração 8: Uma nova pauta para o Fórum: "a luta pela preservação das sementes crioulas e contra o milho transgênico" (2010)

Em 2010, segundo registros encontrados, o Fórum volta a se reunir com certa intensidade, realizando 11 eventos ao longo do ano, conforme pode ser observado no Quadro 7, mantendo a média no número de participantes de 2009 (53).

Outra informação importante é que, a partir de 2010, a Embrapa passou a disponibilizar transporte da rodoviária e do centro da cidade de Pelotas até o local das reuniões do Fórum, durante todo o ano, o que anteriormente era feito por meio de um sistema de caronas, coordenado pela equipe do CAPA.

A Estação Experimental Cascata está localizada no distrito de Cascata, em Pelotas, à 20 km do centro da cidade, o que dificulta o acesso para os participantes que se deslocam de ônibus de outras cidades até Pelotas, como é o caso da maioria das organizações da pesca artesanal e dos representantes das comunidades quilombolas, que por sua vez não dispõe de veículo próprio.

Cabe ressaltar também, em primeiro lugar, que em todos esses anos o CAPA conseguiu renovar os contratos que previam recursos para a realização das reuniões do Fórum e dos eventos paralelos definidos pelo Colegiado e pelo Fórum; bem como a remuneração da assessora técnica.

Em segundo lugar, ressaltasse que o CAPA também manteve com recursos próprios da instituição, o pagamento do auxílio-deslocamento à todos os representantes dos(as) pescadores(as) artesanais e comunidades quilombolas visto que as exigências⁶² impostas pelo agente financeiro inviabilizaram o pagamento via contrato de repasse.

⁶² A Caixa Econômica Federal exigia que os pagamentos fossem realizados mediante depósito em conta corrente, um impedimento para esses grupos sociais, muitos dos quais não são bancarizados ou têm problemas junto às suas contas bancárias.

Quadro 7. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2010

ANO: 2010										
Meses	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO (2 eventos)	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	EEC ⁽¹⁾	EEC	EEC	EEC (A) Auditório do Parque do Sesi/Pelotas (B)	EEC	EEC	EEC	Coopar em São Lourenço do Sul
Principal(is) ponto(s) de pauta	Indicação dos temas prioritários para o Fórum em 2010	Debate sobre a coordenação do Fórum; Apresentação e debate sobre o PTDRS	Eleição da nova coordenação do Fórum e planejamento das ações para 2010	Qualificação das demandas de ATER	Debate sobre crédito e endividamento na AF	A. Apresentação das candidaturas ao governo do Estado do RS e suas proposta para AF Apresentação do Plano Territorial de Educação para o Campo B. Jornada pela preservação das sementes crioulas; PAC 2 – Carta Consulta MDA	Orientações sobre Plano de providencias para projetos territoriais com pendencias; Ato de entrega de certidões para comunidade s quilombolas	Apresentação do projeto de apoio à implantação da Lei de Alimentação Escolar/UFRGS	Apresentação da experiência da região de Andalucia/Espanha na produção de batata;	Visitação à fábrica de laticínios apoiada com recursos do território; Apresentação dos projetos de desenvolvimento em execução no município de São Lourenço do Sul
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	49	80	50	40	37	47 (A) 40 (B)	68	45	48	52

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2010

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

Entre os eventos paralelos ao Fórum ocorridos no ano de 2010, cabe destacar a realização ainda no mês de fevereiro, do Evento Territorial com as comunidades quilombolas em processo de reconhecimento público, com a cerimônia de Entrega das Certidões de Autodefinição da Fundação Cultural Palmares⁶³, a qual reuniu 130 pessoas.

Nessa ocasião foram apresentados os resultados do trabalho de apoio técnico ao processo de reconhecimento público iniciado em 2009 pelo CAPA, a pedido das comunidades como já foi destacado. Ao final do processo, 43 comunidades quilombolas foram identificadas na região Sul do RS e destas, 32 receberam as certidões emitidas pela Fundação Cultural Palmares.

Além disso, o Fórum também apoiou a organização, em março do ano citado, do 1º Encontro Territorial de Mulheres Rurais, que reuniu 196 pessoas, sendo cerca de 150 mulheres agricultoras familiares, pescadoras artesanais, assentadas de reforma agrária e quilombolas de oito municípios do território.

Consultando a ata do mês de maio de 2010 foram constatadas alterações na coordenação do Fórum, mantendo-se a Embrapa, o MST e a CECOV, retornando o CAPA e o representante do quilombo Monjolo; e escolhido como novo representante dos agricultores familiares o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

Nesse mesmo mês, o debate sobre a importância de preservação das sementes crioulas iniciado no Fórum obteve repercussão estadual. O Fórum, a partir do debate interno realizado, encaminhou ao órgão responsável no governo do estado, uma carta reivindicando a suspensão da distribuição de sementes transgênicas num programa de sementes, conhecido como Programa Troca-Troca.

Apesar do Fórum não ter obtido êxito na iniciativa mencionada, foi gerada uma aproximação com agentes do governo federal. Estes oportunizaram a doação de sementes crioulas⁶⁴, de milho e feijão, para as organizações do Fórum, via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e

⁶³ A certidão é emitida pela Fundação Cultural Palmares, a partir dos procedimentos expostos na Portaria 98/2007, após o cadastro das comunidades é efetuado no Cadastro Geral. Este por sua vez é o registro em livro próprio, de folhas numeradas, da declaração de autodefinição de identidade étnica, segundo uma origem comum presumida, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03 (Brasil, 2008).

⁶⁴ Referem-se a sementes de plantas cultivadas que só foram melhoradas pelas mãos de agricultores e agricultoras, denominadas variedades tradicionais, antigas, caseiras, *landraces* (raças da terra) ou crioulas (PELWING et al., 2008, p. 395).

entregues em 2011. As principais beneficiárias foram as comunidades quilombolas.

Cabe adiantar que esse tema se tornou assunto permanente de debate no Fórum, com a criação de um grupo de trabalho específico que retomou a pauta em 2011 junto às novas autoridades do governo do estado⁶⁵ e dessa vez, a partir de uma articulação com os novos gestores, conseguiu impedir a distribuição de sementes transgênicas no Programa Troca-Troca.

3.2.8. Configuração 9: o governo do estado retoma a participação no Fórum (2011)

Em 2011, segundo pode ser observado no Quadro 8, novos atores entraram em cena, provocando uma nova configuração do Fórum: representantes do governo do estado do RS, especialmente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e da Emater, órgão oficial de extensão rural no estado e de representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁶⁶.

Conforme as observações realizadas e a análise da documentação dos eventos realizados durante o ano de 2010 e 2011, é possível constatar que já em 2010, as ações ligadas ao Colegiado Territorial constituído em 2008 ficaram arrefecidas. Isso se deveu, em parte às mudanças provocadas com as eleições para o governo federal (gestão 2011 – 2014) e o novo contexto político-institucional instalado, com foco em outros programas, como por exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil Sem Miséria.

Pode-se afirmar também que a aproximação de agentes do governo estadual, até então distantes, se dá a partir da mudança ocorrida com as eleições para governador. Essa aproximação provocou a escolha da Emater como suplente da Embrapa na coordenação de 2011, mantendo-se o CAPA, a CECOV, o MST e os quilombolas. Por sua vez, a UNAIC passou a ser a representante dos agricultores familiares, no lugar do MPA, conforme ata da reunião do mês de julho, do ano citado.

⁶⁵ Em 2011 o Partido dos Trabalhadores assume o Governo do Estado, criando inclusive uma nova secretaria voltada à agricultura familiar.

⁶⁶ A aproximação da UFRGS se deu em virtude do edital proposto pela SDT/MDA via CNPQ para a implantação de uma célula de acompanhamento das ações territoriais.

Como pode ser notado no Quadro 8, houve um aumento no número de participantes em relação aos anos anteriores (2009 e 2010), com uma média de 75 representantes por reunião. É possível observar também que, em dois eventos, o debate sobre gênero foi o principal tema. A maioria dos eventos ocorreu nas dependências da Embrapa, no auditório da sede da instituição, local com espaço para 200 pessoas. Nos anos anteriores as reuniões eram feitas na sala da EEC. Essa comporta, no máximo, 60 pessoas sentadas desconfortavelmente, o que em parte, provocou a alteração da sede das reuniões, segundo observações realizadas durante o período.

Quadro 8. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2011

ANO: 2011										
Meses	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	EEC ⁽¹⁾	EEC	Bionatur/Candiota	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	Canguçu junto à 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa
Principal(is) ponto(s) de pauta	Diálogo com a nova gestão da Emater/RS; Preparativos para eleição da nova coordenação do Fórum e Planejamento anual	Apresentação das propostas da setorial das mulheres do território para o PTDRS; Apresentação dos resultados de pesquisa da UFRGS e presença da Defesa Civil		Palestra com Secretário Estadual de Desenvolvimento Rural	Contextualização sobre a questão rural no Brasil hoje/Embrapa e eleição da nova coordenação	Apresentação dos resultados do projeto de apoio à implantação da Lei de Alimentação Escolar/UFRGS	Audiência pública da câmara de vereadores de Pelotas "Agroecologia e Sementes: enfoque na produção de sementes no território"	Segurança alimentar e AF	Apresentação do Sistema de Gestão Estratégica da SDT/MDA; Ato de entrega dos bens adquiridos pela Embrapa com recursos do território	Relato de experiência sobre a criação do fórum setorial de mulheres rurais; A importância do trabalho produtivo das mulheres na AF; O acesso das mulheres agricultoras familiares ao Pronaf;
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	64	64	Lista não encontrada	83	82	73	86	64	78	78

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2011

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

3.2.9. Configuração 10: o governo do estado amplia sua atuação no Fórum (2012)

Em 2012, último ano da série de acompanhamento do caso estudado, verificou-se que se manteve o número de eventos realizados ao longo do ano e da média de participantes em relação ao ano anterior, isto é, em torno de 70 participantes por reunião, conforme pode ser observado no Quadro 9.

O exame da documentação disponível, permitiu visualizar que além das reuniões ordinárias, as organizações participantes do Fórum envolveram-se no mês de junho, em três eventos consecutivos para propor projetos de investimento a serem apoiados por emenda parlamentar da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Estes encontros contavam em média com 80 participantes, em boa medida pelo fato de não serem disponibilizados recursos pela SDT para apoio aos projetos territoriais como vinha ocorrendo nos outros anos, desde 2004.

Também cabe assinalar que 2012 foi o último ano de apoio financeiro às ações territoriais, mediante contrato de repasse com o CAPA, não havendo perspectivas de renovação, em virtude de novos procedimentos estabelecidos pela SDT/MDA para contratação de entidades parceiras, por meio da realização de chamadas públicas e de lotes regionais e não mais territoriais como nos anos anteriores.

Assim como em 2011, agentes do governo estadual passaram a participar ativamente das reuniões do Fórum. Exemplo do primeiro é a participação do diretor de produção e inovação da Agência Gaúcha de Desenvolvimento do Governo do Estado/RS na reunião de junho, o que, aliás, estimulou a elaboração e aprovação de um projeto visando o apoio do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Segundo relatos das atividades, como o processo de eleição da coordenação ocorreu em meados de 2011 -o que nos anos anteriores era sempre realizado na primeira ou segunda reunião do ano- a mesma permaneceu em 2012, com duas substituições de pessoas - dos representantes da pesca artesanal e do MST, em decorrência da participação destes nas eleições municipais, concorrendo à cargos de vereadores⁶⁷.

⁶⁷ Os dois elegeram-se pelo Partido dos Trabalhadores.

Quadro 9. Síntese das atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS no ano de 2012

ANO: 2012										
Meses	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Local da reunião	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	Sede da Embrapa	EEC ⁽¹⁾	Sede da Embrapa	EEC	EEC	Sede da Embrapa	EEC	Auditório da CEEE/Pelotas
Principal(is) ponto(s) de pauta	Apresentação do Programa Gaúcho de Cooperativismo do Governo do Estado/RS; Apresentação da Rede Brasil Rura/MDA; Mudanças no Pronat; Apresentação do projeto da Embrapa "Estudo do Nível de mecanização na AF"	Apresentação da Agenda de Desenvolvimento do Governo do Estado/RS para a região; Debate sobre o projeto de doação de sementes Conab/Bionatur; Entrega dos kits feira da Conab/MDA	Apresentação dos resultados da pesquisa da UFRGS sobre o território; Apresentação e discussão sobre a situação dos projetos territoriais	Apresentação da proposta de construção participativa de um projeto de rede pela Embrapa; Apresentação do projeto do Fórum aprovado para o Programa de APL/ Governo do Estado/RS	Apresentação e debate sobre o 1 Seminário Regional Sul de Enfrentamento aos Agrotóxicos Apresentação e debate sobre o Programa de Regionalização do Abastecimento e Comercialização da Produção da AF – CEASA/ Governo do Estado/RS	Apresentação das regras de acesso ao Programa de Fomento às atividades produtivas/MDA – Emater Apresentação do Plano de Trabalho do APL; Cooperativismo e desenvolvimento regional – ações da Emater	Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica	Desenvolvimento Territorial e Projetos Territoriais/UF RGS	Debate sobre Pronatec/Campo e Programa Nacional de Crédito Fundiário/MDA	Apresentação do balanço das ações da SDR/Gov. do Estado na regional Sul em 2012; Apresentação do estágio do APL Alimentos
Nº de participantes por reunião ⁽²⁾	76	90	71	65	83	83	54	70	62	43

Fonte: Elaboração da autora com base nos convites, atas, relatórios e listas de presença das reuniões realizadas no ano de 2012

Nota (1): Estação Experimental Cascata - Embrapa Clima Temperado

Nota (2): Surge das assinaturas nas listas de presença

Conforme pode ser notado no Quadro 9, foram muitos temas debatidos pelo Fórum ao longo do ano de 2012, a maioria com relação às ações propostas pelo governo do Estado/RS e quase nenhuma com relação à SDT/MDA. O tema sobre as sementes a serem disponibilizadas para as organizações do Fórum continuou em pauta, como em 2010 e em 2011. Aliás, mais uma vez uma questão positiva para as organizações, pois desta vez foram doadas pela Conab sementes orgânicas de hortaliças para 3.900 famílias.

Além dos eventos ordinários, o Fórum também se envolveu junto com o CAPA e a setorial das mulheres na organização e mobilização do III Encontro Territorial de Mulheres, realizado em novembro, com a participação de 80 mulheres rurais.

Com relação às organizações que participam do Fórum, foi realizado no final do ano de 2012, um novo levantamento, o qual pode ser observado no Quadro 10.

Organizações/Entidades que participam da construção territorial				
Acap	Associação dos Produtores de Marango	Colônia de pescadores Z-24	Cornelpo	Embrapa
AD/CPR	Associação Estrelita	Colônia de pescadores Z-25	Coonapaz	Federamoz
AGPP	Associação Ilha Marinheiras	Comitê Arraio grande	Coonaterro	Fepagro-Sul
ALM/Ufpel	Associação Novo Amanhecer	Comude	Coopal	Fetag
Amlepa	Associação Novas Caminhos	Comunidade Quilombola Bequinho/Cangaço	Coopante	Fetraf
APAR	Associação Parobé	Comunidade Quilombola Campos Quevedo	Coopap	Fórum Reg. de Desem., Manejo das Águas e Combate à Eutrofização
Apesmi	Associação Pescadores do Porto	Comunidade Quilombola Candota	Coopar	Furg
Apeva	Ass. Pescadores de Santa Vitória do Palmar	Comunidade Quilombola Cerro das Velhas	Coopava	Grupo de Agricultores Passo do Lourenço
Apisul	Ass. Regional dos Pequenos Agricultores	Comunidade Quilombola Coxilha Negra	Coopesac Rio Grande	Grupo de Agricultores Cerro da Boneca
APPEPEIA	Associação Roma do Taquaral	Comunidade Quilombola da Armada	Cooperal	Grupo Tesoureiro
APRIJ	Associação São Caetano	Comunidade Quilombola da Mutuca	Cooperativa Arpasul	Intecoop/Furg
Assaf	Associação São Geraldo	Comunidade Quilombola da Picada	Cooperativa Indusiva	Mapa
Assessores Parlamentares	Associação Sepé Tiarajó	Comunidade Quilombola do Algodão	Cooperativa Lagoa Viva	MPA
Associação Arpasul	Associação Sulriograndense de Cebola	Comunidade Quilombola do Alto da Caixa	Cooperativa Santa Izabel	MST
Associação Assis Brasil	Associação Unidos Cresceremos	Comunidade Quilombola Estância da Figueira	Cooperativa Sol Ecológica	Nudesa/Furg
Associação Barranco	Associação Vitória Certa	Comunidade Quilombola Igatemi	Cooperativa Sol Leite	PGDR/UFRGS
Associação Barroco	Atia	Comunidade Quilombola Moçambique	Cooperativa Teia Ecológica	PPGSPAF/UFPel
Associação Bajuri	Azonal	Comunidade Quilombola Manoel do Rego	Cooperativa Terra Nova	Prefeituras Municipais
Associação Brilho do Sol	Bionatur	Comunidade Quilombola Moçoala	Cooperativa União	Quilôscul Z3
Associação Butiá	CADIMPAF	Comunidade Quilombola Rincão da Faxina	CooparHerval	Rede Sementesul
Associação Caipira	Cafsul	Comunidade Quilombola Rincão das Almas	Coopernil	SDR/RS
Associação Capão do Meio	Câmaras de Vereadores	Comunidade Quilombola Rincão do Couro	Coopersul	SDT/MDA
Associação Capivara	CAMGL	Comunidade Quilombola São Manoel	Cooperturuci	Seapra/RS
Associação Conquista	CAPA	Comunidade Quilombola Serrinha	Coopesca	Selbrae
Ass. Conquista da Liberdade	CAPEC	Comunidade Quilombola Tio Dô	Coopesi	Setorial das Mulheres
Ass. Conquista do Jaguarão	Casa Civil/RS	Comunidade Quilombola Torão	Coopisco	Sitaredi
Ass. Criadores de Gado Jersey	Casa do Pimento	Comunidade Quilombola Vila Nova	Coptec	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Ass. de Agr. e Pesca São Caetano	CAVG	Comunidade Quilombola Vila Progresso	Coptil	Sítio Talismã
Ass. de Cooperação Sepé Tiarajó	Cecav	Comunidade Quilombola Vó Elvira	Corede Sul	Unic
Ass. de Moradores, agr. e pesc. Raízes da Terra	Cafet RS	Comunidade Quilombola Vó Ernestina	Cosulati	Vereadores municipais
Ass. de Produtores do Passo do Salso	Centro Coromilha de Agroecologia	Conaq	CPT	Via Campesina
Ass. de Produtores Rurais de Butiá	Cetap	Coasema	Crelmar	
Ass. de Produtores Rurais São Geraldo	Cetap	Coatran	Cresol	
Associação Divisa	CIEB	Coamelca	Enater	

Quadro 10. Lista das organizações que participam das atividades do Fórum (2004–2012)

Fonte: CAPA (2013)

O quadro também mostra que pelo menos 167 organizações diferentes participaram das atividades do Fórum nesses últimos nove anos. Esses números são subestimados já que nem todos presentes assinam as listas de presença.

Dessas 167 organizações, 18 são da pesca artesanal e 26 são comunidades quilombolas, as quais não participavam antes de 2004 e, especialmente as comunidades quilombolas que nunca haviam participado de outros espaços e mudaram o rosto do Fórum.

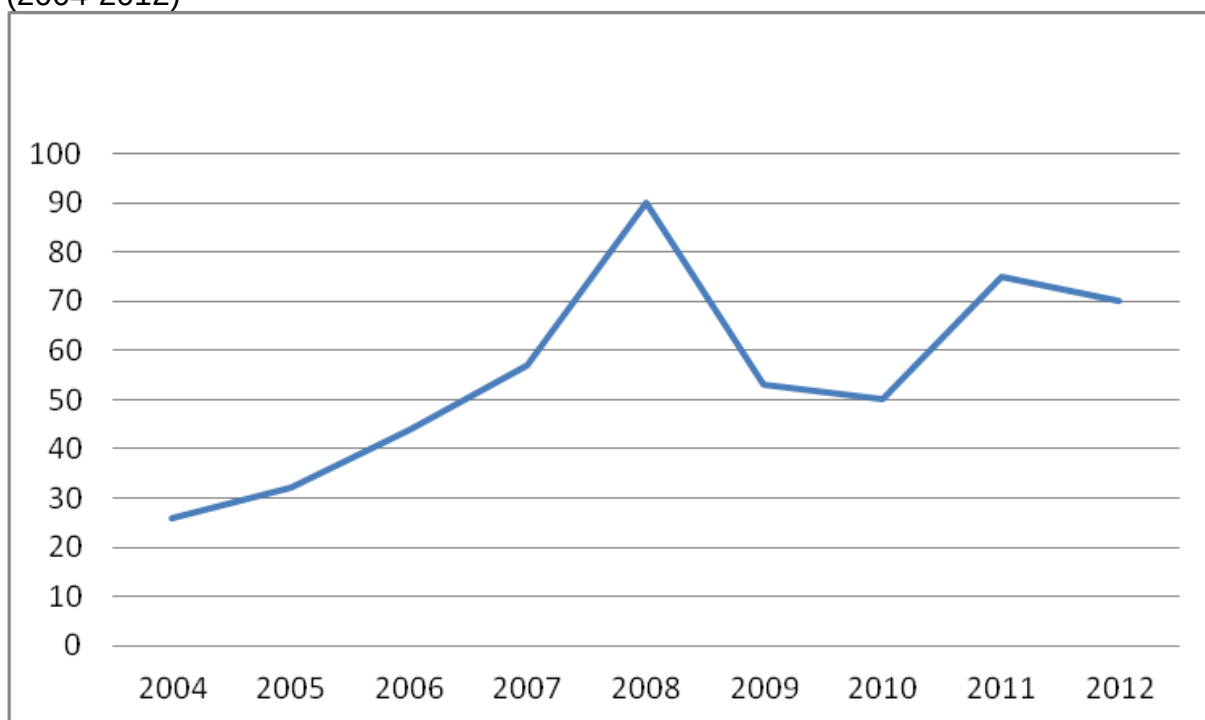
Se considerarmos os dados dos anos analisados, especialmente do início de 2004, podemos afirmar que ao longo do período aumentou em sete vezes o número de organizações que passaram a participar das reuniões do Fórum, com frequência variável, conforme já foi destacado anteriormente.

A ampliação no número de participantes refletiu na necessidade de mudança, no decorrer do tempo, do lugar das reuniões do Fórum como é descrito no seguinte depoimento:

(...) nossa sala muitas vezes estava vazia, e com o tempo o Fórum cresceu e tivemos que usar o salão grande da Embrapa (Entrevistado I).

O gráfico 1, abaixo, demonstra, de forma ilustrada, a variação na média de participação nas reuniões do Fórum ao longo dos anos investigados, já destacados ao longo do texto.

Gráfico nº 1. Distribuição da média de participantes das reuniões do Fórum/ano (2004-2012)



Fonte: Elaboração da autora segundo dados das listas de presença das reuniões do Fórum

Como vimos, houve um aumento anual gradativo de participantes nas reuniões do Fórum, tendo como ápice o ano de 2008, com a maior participação média. No entanto, mesmo com leve declínio nos anos de 2009 e 2010, o Fórum manteve a participação das organizações dos agricultores familiares, assentados de reforma

agrária, e principalmente, a permanência e aumento no número de representantes de comunidades quilombolas.

3.3. Interpretando os resultados

A análise dos nove anos investigados mostra a ampliação gradativa no número de entidades diferentes nas reuniões ao longo do tempo, com ingresso e participação ativa de novos grupos, como no caso descrito, das organizações ligadas à pesca artesanal e das comunidades quilombolas. Surge, então, a pergunta: o que fez com que o Fórum se mantivesse?

As duas hipóteses centrais que guiaram a presente investigação em relação a essa pergunta foram que a manutenção do Fórum se deveu, em parte à influência do contexto político-institucional – o qual determinou inclusive o seu surgimento - e principalmente a ação de mediadores sociais, especialmente do CAPA, quando se tratou do ingresso dos novos grupos.

3.3.1. A influência do contexto político institucional e de mediadores sociais nos processos participativos

Nosso processo de demonstração iniciará pela influência do contexto político-institucional. Como foi visto, dependendo do contexto, determinados repertórios de ação serão estimulados ou constrangidos. No caso do Fórum, percebe-se que a sua constituição esteve diretamente ligada à mudança na composição da chefia geral da Embrapa, bem como se deu num momento histórico de emergência nacional da agricultura familiar no contexto político e acadêmico.

Por sua vez, as mudanças ocorridas no contexto estadual -com o ingresso do governador ligado ao Partido dos Trabalhadores (gestão 1999 – 2001), e a criação de programas voltados à agricultura familiar- poucos anos após a fundação do Fórum, contribuíram para sua manutenção.

Além disso, as experiências mais institucionalizadas nas quais o Fórum inscreveu-se na região sul do RS, a partir da década de 1990, contribuíram decisivamente para sua legitimação e consequente aproveitamento das oportunidades decorrentes do contexto político-institucional.

As principais experiências institucionalizadas elencadas foram: a criação do Programa RS Rural, por parte do governo do estado do RS; e a estratégia de desenvolvimento territorial do governo federal (SDT/MDA). Esses casos mostram

que houve uma relação entre o contexto político-institucional e as configurações do tecido associativo já existentes.

Cabe destacar nesse sentido a importância que determinadas organizações, como a Embrapa e o CAPA, adquiriram em certos momentos da trajetória do Fórum; por exemplo, a disposição da primeira para providenciar o local de debate e implementação de políticas públicas, o que se constatou em dois momentos: 1999 e 2004.

De fato foram concebidas trajetórias de experimentação social e institucional na região, envolvendo redes de organizações de agricultores familiares e organizações públicas e não governamentais. Esta constatação é ratificada na fala de um dos entrevistados:

Aqui, o programa [se referindo ao PDSTR] encontrou um terreno já preparado e fértil. As organizações e entidades locais tinham um acúmulo (...) a partir da criação do Fórum da Agricultura Familiar, um grande lugar de articulação (...) A pré-existência de uma articulação como esta é a condição de sucesso para muitas políticas públicas. O que se vê em outras regiões do RS e do país é que existe vontade, mas não existem mecanismos para fazer as coisas acontecerem. E quando se tem boas intenções, mas não há uma estratégia e nem reciprocidade ou entendimento comum entre as pessoas – e são as pessoas que ajudam a definir o papel das instituições – é difícil articular uma sequência de ações (Entrevista com representante da Embrapa).

A aproximação da SDT junto ao Fórum mobilizou, aliás, as organizações da região, legitimando-o como espaço de deliberação sobre recursos públicos para investimento em projetos das organizações da agricultura familiar e não mais das prefeituras, como ocorria outrora.

Neste sentido, cabe destacar as seguintes falas:

(...) tinha o Pronaf infraestrutura, mas que estava nas mãos das prefeituras, aí chegou o território (Entrevistado I)

Com a chegada do território, foi possível concretizar uma série de questões pensadas no fórum, que sempre foi um espaço de debates (Entrevistado A).

Além disso, o Fórum teve à disposição, por meio do CAPA, recursos financeiros para custear suas atividades e especialmente, dar apoio aos representantes dos agricultores familiares, pescadores(as) artesanais, assentados de reforma agrária e comunidades quilombolas. Esse apoio ocorreu, em parte, mediante o ressarcimento das despesas decorrentes da sua participação. Além disso, o CAPA mantinha apoio técnico às comunidades, reforçando a importância da participação no Fórum.

Conforme já salientamos, estudos realizados por Moruzzi Marques (2009); Favareto e Demarco (*apud* Silva e Marques, 2009); Schmitt (2012); Silva; Marques (2009) demonstraram que a falta de recursos financeiros é um dos principais constrangimentos⁶⁸ à participação. De fato, no caso estudado, a disponibilização de recursos para esses grupos foi fundamental para o seu ingresso e permanência no processo.

Mais que isso, a SDT estabelecia em suas diretrizes, já citadas, a necessidade por parte dos colegiados territoriais, no caso o Fórum, de incluir representantes dos diferentes grupos que fazem parte da agricultura familiar nos processos de decisão, ou seja, estimulando que pescadores artesanais e comunidades quilombolas fizessem parte do Fórum, o que é corroborado na seguinte avaliação da entrevistada:

Com este espaço [o Fórum], avançamos muito, e a chegada do Território Sul deu força política, não partidária, deu um outro olhar para a região, tirando os véus e as sombras de públicos marginalizados, como os pescadores e os quilombolas (Entrevistada C).

No entanto, de acordo com a observação realizada durante todo o período, pode-se afirmar que a existência de espaços de participação abertos e ativos, como o Fórum, em contextos político-institucionais favoráveis a determinados repertórios; e a participação efetiva dos grupos mais fragilizados, como o dos pescadores artesanais e o das comunidades quilombolas não é um processo automático, nem se limita apenas ao pagamento das despesas.

A observação realizada ao longo de todo o período em análise, junto com outras informações obtidas permitem afirmar que a existência de uma organização regional, com uma trajetória institucional associativa sólida, capaz de estimular a participação de determinados grupos e garantir que as ações tenham continuidade, mesmo com a interrupção no repasse dos recursos, é fundamental para o êxito no processo.

No caso estudado, cumpre destacar a trajetória do CAPA na região sul do RS. Isso, aliás, se vê reafirmado na avaliação positiva das organizações que se incorporaram ativamente ao Fórum no decorrer do período analisado, por meio da mediação realizada pelo CAPA. Durante a realização das entrevistas, tanto a representante da pesca artesanal quanto das comunidades quilombolas afirmaram terem sido convidadas pelo CAPA para participarem do Fórum:

⁶⁸ Em se tratando dos pescadores artesanais e dos quilombolas, podemos afirmar que os constrangimentos aumentam pelo maior grau de exclusão social, econômica e política ao qual estavam submetidos.

Fomos convidados pelo CAPA, quando as comunidades estavam totalmente esquecidas e não tinham conhecimento de política nenhuma. Foi aí que as comunidades começaram a conhecer as políticas na área social e as políticas na área rural. A gente começou no Fórum e depois fomos convidados pelo CAPA – que subsidia nossas passagens e nossa alimentação, senão não teria como participar – e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para participar no Território da Zona Sul (Entrevista com liderança quilombola).

Segundo os seus documentos institucionais, desde 1980 inserido na região, o CAPA busca através da organização social, da agroecologia e do acesso a mercados a melhoria da qualidade de vida do público atendido (Ide, 2008). Ao longo dos mais de 30 anos de atuação, vem ampliando o público originalmente atendido: pequenos agricultores ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Essa política de inclusão do CAPA é anterior, inclusive, ao período sob análise. Conforme destaca Dutra (2011, p. 72): "Uma primeira mudança ocorreu quando o CAPA propôs incluir os assentados de reforma agrária em seu público de atendimento, há 21 anos".

O trabalho do CAPA na região tem incluído a criação e o acompanhamento de 14 organizações⁶⁹ de agricultores familiares e o apoio à implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região, além de contribuir na fundação de organizações da pesca artesanal e dar apoio ao reconhecimento público e organização de comunidades quilombolas.

3.3.2. A ação de mediação social do CAPA junto aos pescadores artesanais e às comunidades quilombolas

Para efeitos deste estudo, vamos nos dedicar a compreender a trajetória do CAPA com esses atores específicos, isto é, organizações da pesca artesanal e comunidades quilombolas, e o papel desempenhado e sua ação em relação as políticas públicas. Segundo consta em uma das publicações do CAPA: "Faz parte do trabalho (...) apoiar a implementação das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar" (CAPA, 2008, p. 66).

Neste sentido, cabe destacar que a ação do CAPA também se reconfigura mediante os contextos político institucionais como pode ser notado no seguinte trecho de um documento:

⁶⁹ Entre elas destacam-se Cooper, Unaic, ArpaSul, Coopal, Cresol, Cooperativa Sul Ecológica, Cooperturuçú, Cafsul, Sintraf-Sul e Cooperativa União

Com relação às parcerias públicas (...) desde o ano 2000 o CAPA vem ampliando acordos de cooperação nas esferas governamentais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal (CAPA, 2008, p. 68).

Segundo o CAPA (2008), em 2000, durante a gestão da Frente Popular no Governo Estadual (gestão 1999-2002), juntamente com as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CEASA/RS) e uma escola da rede pública estadual em São Lourenço do Sul, iniciou um Projeto Piloto para Merenda Escolar Ecológica, onde os alimentos utilizados eram produzidos em sistemas de produção orgânicos por agricultores familiares da região, beneficiando 538 crianças.

Durante a gestão da prefeitura municipal em Pelotas (2001-2004), com o governo do PT esse centro participou da primeira iniciativa do município junto à execução do projeto da Merenda Ecológica com a Secretaria Municipal da Educação, que passou a adquirir os produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Em 2001 deslocou seu escritório central de São Lourenço do Sul para Pelotas, iniciando uma série de ações em conjunto com a Prefeitura Municipal, agricultores familiares e pescadores artesanais (CAPA, 2008).

Estimulado pelas possibilidades acenadas nesse momento, o CAPA com o apoio do Governo Municipal fomentou e apoiou a criação de duas novas organizações cooperativas com base em Pelotas: a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda e a Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Artesanais Profissionais Ltda, da Colônia Z-3, que posteriormente fariam parte da Rede de Produção e Comercialização Solidária. Organizou os agricultores e auxiliou o planejamento da produção e o escoamento dos alimentos utilizando como base a experiência da execução do projeto piloto de merenda ecológica na região.

Com a gestão 2003-2006 do Presidente Luis Inácio da Silva no Governo Federal, apresentando como política social prioritária o enfrentamento à fome e à criação do Programa “Fome Zero”, foi possível potencializar a compra dos produtos da agricultura familiar, ampliando o número de beneficiários nas comunidades urbanas. Para a execução dessa ação o CAPA criou a Rede de Comercialização Solidária. Para a montagem da Rede foram estabelecidas as parcerias, com imediata definição dos papéis e das responsabilidades. Na Figura 9 observa-se a estrutura organizacional nesse período (2003).

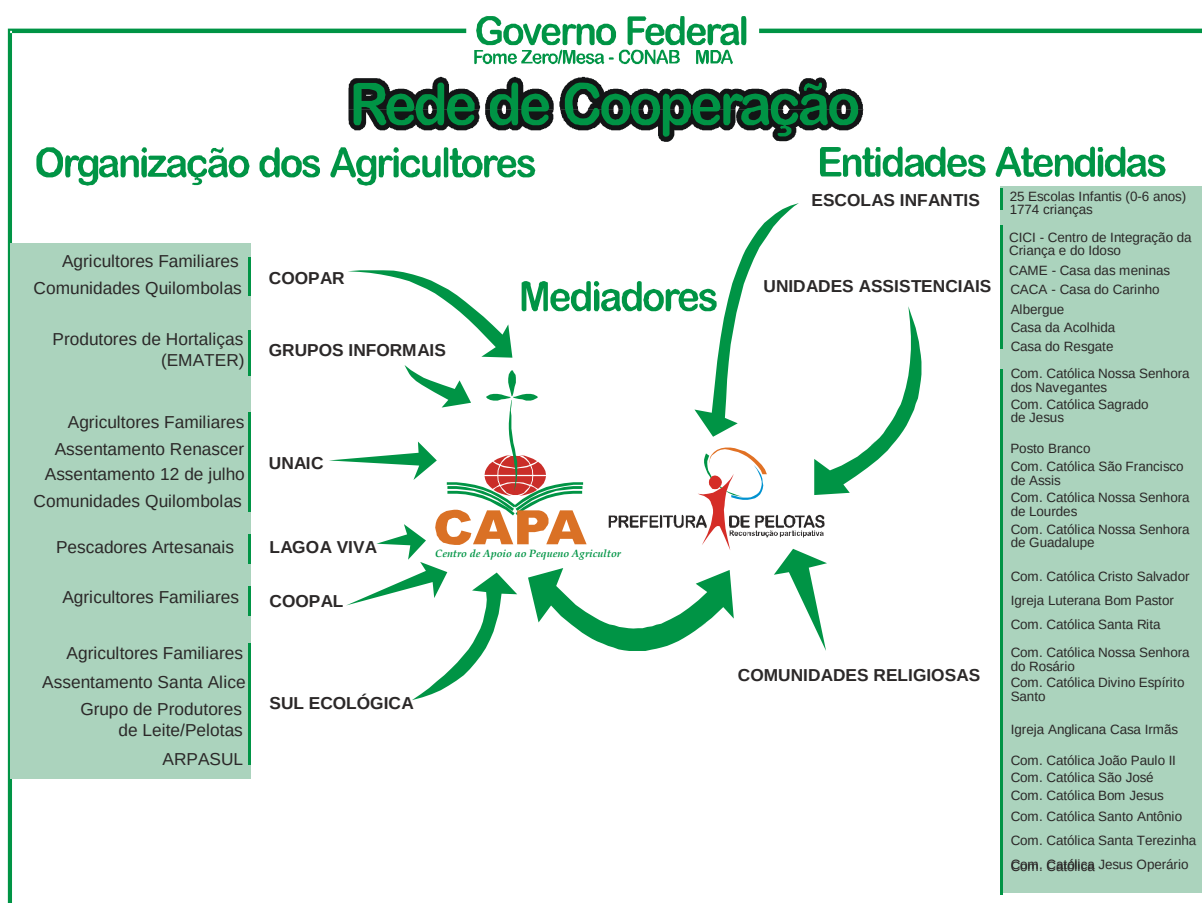


Figura 9. Representação esquemática da organização da “Rede Solidária” em 2003.
Fonte: CAPA, 2004.

O CAPA, enquanto entidade organizadora da Rede, atuou como agente mediático, apoiando as diversas cooperativas, associações e grupos rurais, proporcionando espaços de reflexão, diálogo e atividades conjuntas, sendo responsável também pela assistência técnica na produção e agroindustrialização junto aos agricultores familiares, assentamentos, quilombolas e pescadores artesanais envolvidos no projeto.

Salienta-se que antes da concepção da Rede, o CAPA cumpriu um papel estruturante nas cooperativas, através da disponibilização de acompanhamento técnico local, viabilizando um profissional de sua equipe junto às organizações, como é destacado no seguinte trecho do documento:

Ao analisarmos a estrutura das organizações que fazem parte da Rede constatamos que todas elas [Coopal, Sul Ecológica, Arpa_sul, Unaic, Coopar, Lagoa Viva, comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária ligados às cooperativas, Agroindústria Figueira do Prado], sem exceção, tiveram apoio desta instituição, enquanto unidade gestora, para criação, estruturação e desenvolvimento (CAPA, 2008, p. 41).

Como vimos, desde 2001, o CAPA fez o acompanhamento da pesca artesanal, inicialmente limitada ao município de Pelotas, expandindo em 2005 a ação junto à 10 organizações desse ramo:

(...) em 2005, [houveram] possibilidades de constituição de outro conjunto: a Rede Regional de Comercialização do Pescado no Sul do RS (...) participa[ra]m desta iniciativa dez organizações da pesca artesanal da Região Sul do Rio Grande do Sul (CAPA, 2008, p. 73).

A ação de mediação realizada pelo CAPA para formação dessa rede pode ser observado na Figura 10:



Figura 10. Ilustração da Rede regional de pescado.
Fonte: CAPA, 2006.

É possível constatar que foi por meio dessa rede que o CAPA se aproxima de outras organizações da pesca e, por conseguinte, contribuiu para sua mobilização junto ao Fórum.

Em relação às comunidades quilombolas pode-se afirmar que o CAPA criou as condições de possibilidade de sua participação no Fórum, iniciando em 2000 um projeto piloto com acompanhamento sistemático. Cabe destacar que as primeiras comunidades quilombolas que se integraram ao Fórum em 2007 (Serrinha/Monjolo, Torrão, Coxilha Negra, Campos Quevedos, Armada e Maçambique) são as mesmas comunidades atendidas desde o primeiro projeto desenvolvido pelo CAPA:

Instigados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), organização que o acompanha, o CAPA iniciou em 2002 um projeto-piloto voltado ao desenvolvimento das comunidades de remanescentes dos antigos quilombos nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul (SURITA et

al., 2007, p. 17) (...) De 11 comunidades identificadas, quatro integraram-se ao projeto (DUTRA, 2011, p. 74) (...) comunidades quilombolas Torrão, Monjolo, Maçambique e Armada (no interior dos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul) (SURITA et al., 2007, p. 09)

A invisibilidade⁷⁰ era, uma característica comum dessas comunidades negras rurais. Mesmo instaladas anteriormente aos processos de colonização europeia na região, as comunidades remanescentes dos antigos quilombos permaneceram durante muito tempo invisíveis aos olhos da sociedade regional. De acordo com Surita et al. (2007, p. 17) "O próprio Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que tem um trabalho de muitos anos na região, pouco sabia da existência dos quilombolas - quase invisíveis".

E relação à existência das comunidades quilombolas e dos pescadores artesanais, não é somente o CAPA que os desconhecia. Segundo depoimento em entrevista com extensionista rural com quase vinte anos de trabalho na região, o mesmo também salienta que:

Nem tínhamos ideia do que existia na agricultura familiar (Entrevistado I).

Segundo SURITA et al. (2007, p. 17), o CAPA realizou um conjunto de ações integradas junto as comunidades quilombolas atendidas, conforme pode ser notado no trecho a seguir:

O projeto Pequenos Agricultores Quilombolas considerou ações nas áreas de segurança alimentar e agroecologia; saúde comunitária e plantas medicinais; geração de renda; resgate histórico, cidadania, cultura e etnia. Ainda buscou a participação e representação social deste segmento, como instrumento decisivo de visibilidade pública, para servir como base de reconhecimento e acesso de políticas públicas.

Em 2005, com o apoio do Governo Federal, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o CAPA avançou no trabalho com o projeto "Fomento às Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando a promoção do etnodesenvolvimento sustentável de sete comunidades quilombolas do território sul do Rio Grande do Sul".

As atividades incluíram a capacitação e a qualificação para o avanço das ações na geração de trabalho e renda através da melhoria do "artesanato étnico" e da

⁷⁰ Segundo Rubert e Silva (2009, p. 272) as comunidades quilombolas "sofrem uma 'invisibilidade expropriadora de duplo sentido' Gusmão (1995, p. 65) ao compartilharem os atributos de *negros* e *rurais*, ou seja, estão submetidos a um duplo sistema de relações verticais: do urbano sobre o rural e de brancos sobre negros. Adolfo de Oliveira chama atenção, porém (insistimos nesse ponto!), para o fato de que, além dessa invisibilidade imposta, há também 'toda uma esfera de práticas sociais igualmente invisibilizadoras' exercidas no cotidiano pelos próprios atores".

venda dos produtos agrícolas; o resgate histórico e a valorização das expressões culturais e do cotidiano das comunidades; e o reforço da identidade étnica (SURITA et al., 2007, p. 18).

Segundo Dutra (2011, p. 75) "De 2002 a 2008 o CAPA veio trabalhando com as comunidades, aproximando-as dos movimentos dos agricultores familiares, dos espaços de comercialização e de tomadas de decisão, dos quais o principal é o Fórum de Agricultura Familiar".

O CAPA também conseguiu, por meio de suas ações, mobilizar um grande número de comunidades quilombolas nos encontros realizados em anos anteriores:

O intercâmbio entre os diversos fazeres e saberes de cada localidade foi um item importante do projeto desenvolvido pelo CAPA (...) realizou-se o I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas, em fevereiro de 2004, no município de São Lourenço do Sul (RS) (...) setembro de 2005, acontecia o II Encontro⁷¹ Regional das Comunidades Quilombolas da do Território Sul do RS, reunindo 1.300 quilombolas em São Lourenço do Sul (SURITA et al., 2007, p. 53).

De acordo com a coordenadora do CAPA: "Começamos com quatro comunidades e fomos descobrindo muitas outras. Em 2008, fomos indicados pelos quilombolas para realizar um levantamento e apoio para o reconhecimento formal das comunidades" (CAPA, 2010).

Conforme já foi destacado, em 2008 as comunidades demandaram ao CAPA o apoio para o processo de reconhecimento público. Contando com a viabilização financeira da SDT/MDA, esse processo resultou no final do ano de 2009, na identificação de 43 comunidades quilombolas na região Sul do RS, sendo que 32 dessas receberam as certidões emitidas pela Fundação Cultural Palmares, por intermédio do trabalho do CAPA.

Em depoimento coletado em entrevista como liderança quilombola, verifica-se o sentido atribuído por esses atores sociais à participação no Fórum:

O território foi uma das ferramentas que aumentaram a visibilidade das comunidades quilombolas, pois o espaço e a representação fez com que a gente pudesse ter o direito à vez, à voz e a voto nas discussões de projetos e políticas públicas (Entrevista com liderança quilombola) .

Essa ação teve repercussão também no governo federal, com a divulgação do processo no material institucional do Programa Territórios da Cidadania, conforme pode ser observado na Figura 11, extraída do mesmo:

⁷¹ O tema do evento foi "Resgate, Valorização e Resistência da Cultura nas Comunidades Quilombolas" (ZONA ..., 2005, s/p)



Figura 11. Ilustração do processo de reconhecimento público e apoio às comunidades quilombolas.

Fonte: Folder institucional Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2010).

Segundo depoimento colhido em entrevista, o reconhecimento gerou impactos positivos junto às comunidades:

Todo este processo fez com que se rompessem os lacres do que estava entravado. Fez com que aumentasse a autoestima, que era baixa porque não se conseguia acessar nada, por que não se tinha um documento que comprovasse quem a gente era (Entrevista com representante dos quilombolas na coordenação do Fórum).

Esse processo de ingresso no Fórum e obtenção do reconhecimento público provocou também mudanças nas relações com os gestores públicos municipais, como pode ser observado no seguinte trecho de entrevista:

Antes, nas prefeituras, por exemplo, era portas fechadas. Mas o território e nós organizados fez com que hoje, a qualquer momento que precisamos sentar com o prefeito, vice-prefeito ou outra pessoa, a gente agenda e é recebido. Na primeira vez, estávamos tensos para ver como seria – foi em 2010. A recepção foi muito boa. Fomos ouvidos (...) Acima de tudo, o que queríamos era ser ouvidos. Naquela reunião, botamos em pratos limpos o que precisávamos, que era a contrapartida na construção do centro comunitário. Da primeira vez, não conseguimos, mas voltamos e conseguimos. Assim, hoje, a prefeitura de São Lourenço é parceira e atende na medida do possível. A gente não espera mais. Agora, temos coragem de cobrar nossos direitos (Entrevista com liderança quilombola).

É preciso destacar também que o CAPA não apenas mobilizou recursos materiais, mas também simbólicos, que se imbricaram nesse espaço de jogo composto por atores com diferentes dotações de recursos, saberes e interesses. Foi possível detectar, principalmente através das entrevistas que os atores envolvidos nessa relação construíram confiança no CAPA, assim como encontrado em outros estudos realizados sobre mediação social.

Observamos também os benefícios obtidos nas relações de mediação social estabelecidas entre o CAPA e as organizações da agricultura familiar, especialmente com as comunidades quilombolas. Nos últimos sete anos, a organização ganhou dois prêmios nacionais, dois prêmios internacionais e um prêmio estadual em reconhecimento ao trabalho realizado na região.

3.3.3. Geração de resultados, diferenciações e tensionamentos

Além das hipóteses iniciais, outros quatro elementos surgiram do trabalho de campo e foram identificados como responsáveis pela manutenção do Fórum: a capacidade deste de gerar resultados, de manter uma agenda mais ampla e diversificada do que a mera gestão dos recursos de um programa, capacidade de renovar as parcerias, concomitantemente às mudanças no contexto político-institucional e de se adaptar à entrada de novos grupos, como os assentados de reforma agrária e pescadores artesanais em 2004 e das comunidades quilombolas em 2007, incluindo-os inclusive na coordenação.

Além disso, a presença do Fórum dentro da EEC aproximou a agricultura familiar das pesquisas desenvolvidas, bem como os pesquisadores se aproximaram da agricultura familiar, consultando o Fórum sobre os temas a serem pesquisados, bem como devolvendo os resultados encontrados.

Segundo Vetromilla (2013, p. 55 - 58), “o fórum proporcionou novas condições sócio organizativas para que a EEC voltasse a incorporar a dimensão de sustentabilidade em suas pesquisas (...) deu um rumo seguro para as pesquisas da EEC”.

Segundo documentos analisados, durante o período de 2004 a 2011, foram definidos de forma democrática e participativa, R\$ 5.751.382,12 destinados pelo MDA ao território para apoio às seguintes ações: aquisição de caminhões para transporte do leite; apoio a feiras livres e transporte da produção das organizações dos agricultores, assentados e pescadores; camionetes, veículos utilitários para apoio à assistência técnica e extensão rural, à comercialização e à organização social; equipamentos de escritório e informática; equipamentos para comercialização e para implementação de um posto de resfriamento de leite; aquisição de estruturas para pontos de feira; construção de prédios destinados à comercialização, de silos e de secadores; aquisição de uma máquina de pré-limpeza e demais implementos para beneficiamento do arroz orgânico; construção de centros comunitários de dupla finalidade, com espaço para formação, cultura e armazenagem para três comunidades quilombolas; aquisição de kits de irrigação; construção de estufa para produção de sementes agroecológicas; e aquisição de máquinas e implementos para beneficiamento de cebola.

Integrado às ações da SDT/MDA foram implementados programas públicos com grande significado para o desenvolvimento territorial, entre os principais: o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR); o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos); o Programa Arca das Letras; o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I; o Programa Bolsa Família, ampliado para o meio rural; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e, mais recentemente, o Programa Fomento às Atividades Produtivas lançado pelo MDA, em execução pela Emater.

Além disso, houve o reconhecimento público de mais de 30 comunidades quilombolas da região pela Fundação Cultural Palmares, o que as retirou da invisibilidade histórica.

O significado do acesso à esses programas pode ser observado no seguinte trecho de entrevista, ao fazer referência aos mutirões de documentação:

Éramos vistos como indigentes, como gente sem valor (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Atualmente, segundo o mesmo entrevistado, 70% da população quilombola está documentada. Sobre o programa de habitação, o entrevistado destaca:

As pessoas estavam morando em situação bem precária, agora estão construindo casas que, para mim, é a segunda coisa mais importante de se ter. Primeiro, os documentos, depois, uma casa. Não adianta ter saúde, sem ter onde morar (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Em outra entrevista se destaca, fazendo referência ao Programa Luz para Todos:

Desde 2009, as comunidades quilombolas estão iluminadas (Entrevista com liderança quilombola).

Segundo relatos das organizações beneficiárias, os investimentos no território contribuíram para melhoria das condições de trabalho e de inclusão econômica de mais de 10 mil famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e quilombolas. Conforme avaliação feita em entrevista:

O fórum representou a primeira – e até aquele momento a única – oportunidade de nós sermos nós. Não podíamos fazer projetos, não podíamos sonhar em ter um plano para dentro do Centro Comunitário da Várzea (Cecov) para benefício dos pescadores, porque não éramos reconhecidos (Entrevista com liderança da pesca artesanal).

Além do acesso a recursos, a entrevista anterior destacou também o acesso ao conhecimento:

Participar significou adquirir conhecimento. O que nos faltava era conhecimento, e ali ficamos sabendo dos caminhos para fazer projetos, encaminhar projetos, conquistar coisas (Entrevista com liderança da pesca artesanal).

Outro entrevistado observa que, no início, não esperavam que a participação do grupo no Fórum geraria algum resultado:

Quando fomos convidados, pensamos que era para uma reunião – não tínhamos ideia de quanto isso ia refletir nas comunidades e nas famílias. Nunca imaginamos conquistar tanta coisa (...) Perdemos a vergonha e o medo de falar em reuniões, em eventos e queremos ter uma participação ativa nos diversos conselhos municipais. Eu mesmo participei do Conselho de Saúde do município de Pelotas e assim conseguimos apressar a reabertura do posto de saúde, que estava fechado há anos (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Além de investimentos, o Fórum também conseguiu incluir os novos grupos na coordenação, alteração na configuração destacada por um desses novos atores:

Estar na coordenação do Fórum, que antes era só de agricultores, assentados e pescadores, significa muito. Quando não tens um espaço tu não existes. A gente, agora, é existente. A gente participa das discussões, pode mostrar os projetos. A cada representação que se faz, é um sentimento de estar engajado na luta das comunidades. E o bom é que os agricultores, assentados, pescadores, quilombolas, todos estão ali porque precisam das mesmas coisas, de melhorias, de trabalho (Entrevista com liderança quilombola).

Cabe destacar, por fim, que o presente estudo não se deteve na investigação das assimetrias de poder existentes no Fórum de Agricultura Familiar, visto que esta é uma condição própria de cada configuração que foi se estabelecendo ao longo do tempo. De todo modo, ressalta-se que alguns relatos das entrevistas de representantes dos novos grupos chamam atenção para certo “equilíbrio de poder”, relacionado ao fato de se sentirem integrados ao Fórum de forma igualitária:

No território, estamos sentados de igual para igual, homens e mulheres. Tem o chefe da Embrapa e tem a pescadora, e os dois são ouvidos. Outra questão é que a nossa cor, dentro de uma discussão, já não é entrave. Mesmo que algumas pessoas ainda nos olhem meio de lado, nós temos ‘topete’ – estamos ali para defender nossos direitos (Entrevista com liderança quilombola).

Falar do Fórum é falar da minha casa, da minha família, porque a gente tá tão dentro e fazemos diferença. O Fórum não é de uma pessoa, é de nós todos e de todas, ali tu reivindica, pede, tem vez e voz de falar. Acho tão bonito quando a sala fica apertada de gente, todo mundo corre para a Embrapa, o carinho que eles têm e a disposição de oferecer o espaço e de pegar junto na hora de buscar os nossos direitos (Entrevista com representante da pesca artesanal na coordenação do Fórum).

Na avaliação de um dos entrevistados,

O fórum (...) permitiu a criação de um ambiente de interação institucional que equilibrava as relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos (Vetromilla, 2013, p. 58).

Sobre os tensionamentos, dois dos entrevistados destacaram superficialmente o tema, afirmando que o mesmo ocorre especialmente nos momentos de disputas por recursos:

A briga é na hora dos projetos (Entrevista com liderança quilombola)
O pessoal disputa mesmo por causa dos recursos (Entrevistado I)

Minha própria experiência como pesquisadora, enquanto observadora participante me permitiu presenciar e, muitas vezes, moderar conflitos decorrentes da apresentação e defesa de ações a serem contempladas pelos projetos territoriais.

No entanto, cabe destacar, mais uma vez, que a questão central da presente investigação foi averiguar os elementos que oportunizaram a manutenção do Fórum ao longo de quase vinte anos desde sua constituição e a integração de

determinados grupos sociais neste espaço social, especialmente os pescadores artesanais e as comunidades quilombolas.

Conforme os dados demonstraram, a participação desses grupos foi oportunizada pelas mudanças no contexto político institucional e se viabilizou a partir da disponibilização de recursos, e principalmente pela ação efetiva de mediadores sociais, especialmente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ Núcleo Pelotas.

No entanto, este e outros temas abordados de forma tangencial na presente pesquisa suscitam a necessidade de aprofundamento por meio da realização de novos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação da trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul foi possível verificar a constituição de um espaço social transformador, que em certa medida provocou uma mudança em relação à agricultura familiar na região, articulando estruturas, indivíduos e grupos. O estudo dessa trajetória proporcionou o estabelecimento de uma relação dialética entre conhecer, sentir e agir, tal como propõe a epistemologia crítica.

As diferentes configurações desse espaço ao longo do tempo demonstraram a existência das interdependências humanas, no sentido proposto pela teoria sociológica de Elias (2008). Foi possível verificar que essas figurações possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem de tipo particular, resultantes da interpenetração de diversos interesses e intenções individuais e grupais.

Em concordância com a teoria de Elias (2008), verificamos que o Fórum apareceu devido às intenções e atos de indivíduos e grupos. Por exemplo, com o decorrer do tempo se verificou que a configuração em 2012 não havia sido planejada nem propositada por nenhum indivíduo ou grupo no momento de sua constituição em 1995. No entanto esse continua sendo o Fórum -mesmo que reconfigurado- deflagrando sua natureza processual e o padrão mutável de seu desenvolvimento.

Constatamos também, em sintonia com a perspectiva exposta por Elias (2001), que cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo ou grupo representou um movimento no tabuleiro do Fórum, jogada que por sua vez acarretou um movimento de outro indivíduo ou grupo — ou, na realidade, de muitos outros indivíduos e grupos —, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência. Este movimento pôde ser claramente observado com a aproximação do governo federal junto ao Fórum.

As mudanças ocorridas no Fórum vão ao encontro da perspectiva teórica mencionada, no sentido de mostrarem o caráter processual das relações entre pessoas interdependentes.

A complexidade e opacidade que inúmeras relações interdependentes provocam, à medida que ações intencionais geram resultados não intencionais, foram constatadas na trajetória do Fórum. Constituído para apoiar e direcionar a elaboração de uma agenda de pesquisa voltada para a agricultura familiar e para a agroecologia, resultou num espaço de debate e implementação de diferentes programas públicos, com destaque para os resultados conquistados a partir da aproximação da SDT/MDA.

Investigando a maneira pela qual os indivíduos e grupos se ligaram e se tomaram dependentes uns dos outros, elucidando a partir de que motivos o mecanismo das interdependências humanas assumiu determinada conformação específica em determinada fase, chegamos a uma compreensão melhor do desenvolvimento da figuração que leva a um entrelaçamento próprio de interdependências, assim como proposto por Elias (2001).

Ao mesmo tempo, foi possível compreender o Fórum como um processo interdependente de pessoas que se relacionam, por meio de ligações emocionais, políticas e/ou econômicas, num espaço permeado por tensões e conflitos, onde existe um equilíbrio de poder flutuante, cuja relação num dado momento constitui uma configuração que é mutável e transitória.

Investigando as diferentes configurações do Fórum, foi possível identificar como determinadas interdependências se formaram, se mantiveram e se reproduziram e outras se dissolveram ao longo do tempo.

A aplicação de uma abordagem diacrônica que contemplou o processo de integração-desarticulação-rearticulação dos grupos de relações em cada etapa histórica do Fórum, conforme proposto por diversos autores, foi fundamental para compreensão de suas diferentes configurações. Dessa maneira foi possível compreender esse imenso emaranhado no qual os indivíduos e grupos se ligam uns com os outros, contra alguns e a favor de outros, numa relação de constante mudança, ora de disputas, ora de alianças.

Cabe destacar ainda a constatação de que o Fórum é um espaço de coexistência de diferenciados universos, ao reunir organizações dos (as) agricultores(as) familiares, assentados(as) de reforma agrária, pescadores(as) artesanais e representantes das comunidades quilombolas, junto com pesquisadores da Embrapa, extensionistas, professores universitários, entre outros.

Ao investigarmos as relações formadas no Fórum foi possível identificar também que algumas interdependências existentes se formaram pela disposição de

determinado grupo ou indivíduo de ligar outro grupo àquela determinada relação, seja qual for a motivação, por meio do denominado processo de mediação social.

Os dados demonstraram que o trânsito do CAPA junto aos pescadores artesanais e às comunidades quilombolas possibilitou o acesso desses atores ao Fórum de Agricultura Familiar. A ação do CAPA, enquanto mediador social, permitiu a sua vinculação a domínios como os da política ou de programas públicos, entre outros, propiciando uma dinâmica reticulada entre diversos atores sociais que se interconectaram e que conseguiram permear diferentes estruturas institucionais, como a do Fórum, a da Embrapa e a do próprio governo federal.

Como foi visto, essa função implicou uma mobilização de recursos materiais, mas também simbólicos, que se imbricaram nesse espaço de jogo composto por atores com diferentes dotações de recursos, saberes e interesses. Tomando por base os argumentos explicitados pelos autores expostos nas considerações teóricas da presente dissertação, notou-se que a ação do CAPA com apoio da SDT/MDA junto às comunidades quilombolas - atores situados em posições sociais diferentes - foi fundamental para o reconhecimento público junto à Fundação Cultural Palmares, e consequente acesso aos programas públicos vinculados ao Programa Territórios da Cidadania.

Vimos também que o CAPA alcançou tais objetivos por possuir reconhecimento público e recursos econômicos ou acesso a eles; por difundir as competências necessárias para transitar em diferentes âmbitos sociais, tanto junto aos órgãos de governo quanto junto aos pescadores artesanais e comunidades quilombolas e saber cuidar dos vínculos sociais, entre outras características gerais que o tornam um mediador social.

Foi possível, a partir do mapeamento dos recursos mobilizados pelos atores, em cada âmbito e circunstância, compreender a dinâmica das posições sociais do espaço de mediação e os termos da negociação e reconfiguração do vínculo no tempo.

Constatou-se que ao longo dos anos, mesmo em momentos de interstício entre a liberação das parcelas por parte do agente financeiro ou de renovação entre os contratos, o CAPA garantiu, com recursos próprios, que os agricultores, assentados e pescadores não tivessem gastos decorrentes da participação no Fórum. Esse centro também colocou sua capacidade instalada a disposição, incluindo a equipe técnica e sua infraestrutura, bem como sua experiência associativa.

Foi possível detectar, principalmente através das entrevistas que os atores envolvidos nessa relação construíram confiança no CAPA, assim como encontrado em outros estudos realizados sobre mediação social.

O CAPA tem sido de fato um mediador importante no processo de manutenção do Fórum, o que se expressa no fato de ser suporte para a circulação dos atuantes nas redes de mediação, no ingresso de novos públicos e no acesso destes ao Estado.

As evidências encontradas somadas ao reconhecimento dos significados coletivamente produzidos e intercomunicados, romperam com qualquer explicação baseada na dependência imediata e espontânea.

Considerando suas características, podemos classificar o CAPA como um mediador profissional, visto que esse centro vem articulando fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados; escutando, apoiando e legitimando demandas; e operando na construção dos novos tipos de usuários ou beneficiários, alçados à condição de mediados, como verificado com as organizações da pesca artesanal e com as comunidades quilombolas. Os dados indicaram que o Centro citado administrou acasos e elaborou respostas legítimas à falta de recursos e de limites do Estado, como no caso do reconhecimento público das comunidades quilombolas.

Constatou-se também, que a reordenação do aparato estatal em curso implicou na valorização de instâncias intermediárias de exercício das funções equivalentes, como por exemplo o papel deliberativo atribuído ao Fórum enquanto Colegiado Territorial, ao delegar o poder de decisão sobre o destino de recursos públicos.

O Fórum, enquanto um novo aparato institucional pode ser considerado um laboratório de construção coletiva de novas maneiras de ordenar a sociedade; de elaborar e negociar consensos e consentimentos e de alcançar interesses comuns ou convergentes.

Observamos também os benefícios obtidos nas relações de mediação social estabelecidas entre o CAPA e as organizações da agricultura familiar, especialmente com as comunidades quilombolas. Nos últimos sete anos, a organização ganhou dois prêmios nacionais, dois prêmios internacionais e um prêmio estadual em reconhecimento ao trabalho realizado na região.

O processo de mediação social, longe, então, de ocorrer de forma espontânea e imediata, se deu em um contexto determinado, em dado período e sob certas circunstâncias. O próprio ambiente de trocas e interdependências analisado,

também sofreu a influência do contexto político institucional, que atuou estimulando e potencializando determinados tipos de mediação social e diferentes repertórios de ação coletiva, detectada particularmente na reprodução do Fórum a partir da aproximação da SDT/MDA.

Tomando por base outros estudos realizados, o Fórum pode ser considerado um “órgão híbrido”, à medida que assumiu uma nova forma institucional, envolvendo a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil, tendo como base a negociação e a parceria; uma partilha renovada de poderes institucionais que preconiza um novo agir político; e um novo tipo de ação social que enfatiza o debate, a negociação e uma maior proximidade como cidadão.

Nesse sentido notou-se também que a manutenção do Fórum foi resultado em grande medida da sua relação com o governo federal que, como os dados demonstraram, foi patrocinador material, financiador e parceiro de suas atividades.

No caso estudado, a semelhança de outras pesquisas, as mudanças institucionais observadas no governo federal, especialmente no Ministério do Desenvolvimento Agrário, ampliaram significativamente as possibilidades de contratação de organizações sociais para prestação de serviços públicos e, conseqüentemente, de acesso a recursos governamentais, contribuindo para a emergência e difusão de um padrão de relações de cooperação entre Estado e organizações da sociedade civil.

Por sua vez, o surgimento do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais foi fundamental para a revitalização do Fórum, que notadamente vivia, em meados de 2004, um momento de crise.

No caso do Fórum, contrariamente a pesquisas realizadas em outras instituições participativas, não foram observados obstáculos ao seu funcionamento, tais como os relacionados à participação efetiva dos agricultores familiares nas decisões que lhes dizem respeito.

No período investigado houve um esforço em participar de todos os grupos ligados à agricultura familiar, sendo os limites “legais-regimentais” facilitadores do acesso e permanência de todos eles junto ao Fórum. Além disso, o Fórum foi capaz de se adaptar à entrada de novos grupos, incluindo-os inclusive na coordenação, e diversificando as pautas e os locais das reuniões.

Adicionalmente, a descentralização das reuniões, segundo consta nos registros, foi uma demanda atendida das organizações participantes, para aproximar as discussões dos públicos envolvidos.

A mobilização de recursos foi um fator estratégico para a manutenção e ampliação do Fórum. O que vem a coincidir, também, com a perspectiva de Isunza Vera (2007) no sentido de que, no processo de participação social, os cidadãos mobilizam energias e recursos em um fluxo contínuo de intercâmbios com as instituições do Estado, se materializando em atores concretos como o do Fórum.

Assim como as pesquisas realizadas por Schmitt (2012), registrou-se que a continuidade do Fórum ao longo do tempo esteve diretamente ligada aos mecanismos de captação e utilização eficaz de recursos (financeiros, materiais, humanos, de conhecimento, etc). Comprovação disso tem sido a presença frequente de especialistas em temas de interesse das organizações que frequentam o Fórum.

Em relação à mobilização de recursos necessários, verificou-se que no caso do Fórum, os grupos mais fragilizados tiveram seus custos de participação pagos por um agente mediador, mediante contrato com a SDT/MDA, podendo ser considerado um elemento oportunizador. Além disso, não houve interrupção no repasse dos recursos por parte do mediador, mesmo quando haviam intervalos entre os contratos e as liberações dos recursos por parte do governo federal.

O CAPA, por sua vez, adaptou-se às mudanças que a relação com o governo federal exigiu no sentido da implantação de políticas públicas, tornando a organização maior, mais profissionalizada e mais burocratizada. Enquanto organização não-governamental, ele se legitimou pelo exercício garantido de um *know-how* técnico; a afirmação de valores que tenham sentido na esfera social de um mundo 'desencantado' e a elaboração de novas formas de representação dos sem-voz, especialmente notado no caso das comunidades quilombolas.

Os resultados demonstraram, aliás, que o CAPA conseguiu completar a ação do Estado e apoiar, de forma eficaz, as organizações populares.

Os resultados que emergem do estudo do Fórum são semelhantes aos da pesquisa realizada, por Basso (2009), sobre a produção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural de agricultores familiares no município de Dois Vizinhos no Paraná. Assim como nessa pesquisa, a realidade socioeconômica dos agricultores e os recursos estratégicos, como por exemplo, a dificuldade de acesso à informação, à linguagem burocrática e ao saber técnico não constituíram empecilhos para a efetivação do processo de participação.

Assim como observado por Basso as dificuldades foram sendo superadas, e no caso estudado aqui, se deveu pela disposição de cooperação entre os atores sociais do Fórum.

Em relação aos gestores públicos municipais - outro agente importante dos processos participativos – advertiram-se diferentes momentos na sua atuação: inicialmente de refração e posteriormente de aproximação junto ao Fórum, de investimentos e aproximação com os grupos da agricultura familiar.

Cabe destacar que foi verificada junto ao Fórum a existência de uma estreita relação entre associativismo e participação; padrão semelhante, aliás, ao de outras pesquisas realizadas.

Assim como na pesquisa realizada por Basso (2009) é possível afirmar que os agricultores, ao adentrarem no campo da política, através dos movimentos e das organizações sociais, acabam rompendo o isolamento social e cultural, criando assim um processo de socialização política que permite aos seus integrantes um desenvolvimento pedagógico sobre o significado da organização e da participação política.

Esse fato adquire a maior relevância na medida em que a maioria dos participantes do Fórum origina-se de associações, cooperativas e movimentos sociais, sendo lideranças habituadas a processos participativos, muitos destes democráticos. Destaca-se ainda a presença de um conjunto expressivo de representantes com uma trajetória de experiência associativa de mais de 20 anos.

Além disso, pode-se dizer, ao observar a trajetória dos representantes das comunidades quilombolas que estas fizeram o caminho inverso, ou seja, a partir da participação no Fórum, romperam com o isolamento social e cultural, criando associações comunitárias e levando esse processo de socialização para dentro das comunidades. Tais representantes estabeleceram também um novo agir junto às prefeituras municipais, reivindicando seus direitos e por meio da criação do fórum setorial quilombola estabeleceram o diálogo e a cooperação entre as comunidades da região.

Ainda na dimensão associativa, é possível afirmar que as mudanças ocorridas no Fórum não resultaram somente da descentralização dos processos decisórios, vinculada às reformas do Estado, mas também à densidade do associativismo, fazendo que esse espaço se mantivesse e se reproduzisse.

Assim como no caso investigado por Schmitt (2012), duas mudanças ocorreram em termos relacionais no Fórum: a ampliação e a diversificação dos

atores sociais e governamentais com os quais estabelecia relações, visto que pelo menos 167 organizações diferentes participaram das atividades nos últimos nove anos.

Dessas 167 organizações, 18 pertencem à pesca artesanal e 26 às comunidades quilombolas. Ou seja, foram inseridas 44 organizações que não participavam do Fórum antes de 2004 e, especialmente as comunidades quilombolas que nunca haviam participado de outros espaços e trouxeram consigo uma mudança no rosto do Fórum.

Destacou-se ainda a presença constante no Fórum de representantes do governo federal, principalmente de consultores das secretarias do MDA e do delegado federal do desenvolvimento agrário. Salientou-se também a presença do Incra e da superintendente da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e mais recentemente, a partir de 2011, a presença frequente de agentes do governo estadual nas reuniões do Fórum.

Ademais, a forma como foi implementada a política de desenvolvimento territorial junto ao Fórum foi fortemente influenciada pelas configurações prévias dos tecidos associativos existentes, em um claro exemplo de dependência da trajetória.

O fórum apresenta um expressivo segmento de organizações sociais com capacidade de mobilização e intervenção autônoma, como por exemplo, o MST; e sindicatos como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). Com a introdução da política de desenvolvimento territorial do governo federal junto ao Fórum, estes segmentos investiram na participação institucional e mesmo assim, mantiveram sua capacidade de mobilização por fora das estruturas institucionais, recorrendo à contestação quando avaliavam a necessidade de pressionar o governo para que este aceitasse as suas demandas.

O CAPA e o Fórum geraram, também, vínculos de confiança que permitiram o desenvolvimento de práticas cooperativas entre as organizações que compõem este espaço, não somente no espaço do Fórum, mas também em outras redes associativas. Além disso, no Fórum, as entidades foram construindo parcerias entre si e também articulando sua atuação nos demais espaços públicos construídos, paralelos ao Fórum, muitos destes em torno do Programa “Territórios da Cidadania”.

Observou-se na trajetória do CAPA, um estímulo aos agricultores e suas organizações a se engajarem de forma continua nas discussões de questões de relevância para a região, não se restringindo apenas às aspectos específicos das atividades de produção agrícola.

Pode-se afirmar ainda, se levarmos em conta as considerações de Lenoir (1998) de que a agricultura familiar constituiu-se num problema social à medida que se configurou como tal, afetando a vida cotidiana dos indivíduos; passou pela formulação pública e por um processo de institucionalização que o concretizou e o fixou como categoria segundo os quais o problema foi colocado, tornando-o evidente para todos.

Assim como identificado por Lenoir (1998), em pesquisas realizadas na França na década de 1980, no nosso caso a emergência das comunidades quilombolas no território como um problema social, acabou sendo formulada de forma pública, isto é, enunciado e integrado na problemática política do momento, para o qual foi realizado um trabalho específico de enunciação e formulações públicas. Ação esta, como verificamos, mediada pelo CAPA, já que essa categoria não dispunha de meios sociais nem dos instrumentos de acesso à expressão pública.

Ademais, houve ao longo do período analisado um fortalecimento dos laços entre sociedade civil e Estado. As organizações do Fórum não só deliberaram, mas também participaram da implementação das suas decisões.

O caráter deliberativo assumido pelo Fórum na sua relação com a SDT/MDA é uma dimensão importante para sua vitalidade, além do fato das organizações não se restringirem ao ato de referendar as propostas das equipes técnicas e dos dirigentes políticos municipais, estaduais ou federais.

Adicionalmente, o fato de o Fórum apresentar com clareza os procedimentos de deliberação e o volume de recursos em discussão, somado ao esforço para executar as ações contidas no PTDRS, contribuiu significativamente para sua legitimação enquanto espaço institucional privilegiado para que a população encaminhasse suas demandas.

A eficácia da participação e o grau de comprometimento do governo federal, especificamente da SDT/MDA no atendimento às prioridades definidas pelo Fórum, enquanto colegiado territorial, coloca-se como mais uma variável de manutenção e reprodução, visto que no período investigado foram destinados recursos do governo federal para projetos deliberados pelo Fórum.

O Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul pode ser considerado um caso bem-sucedido de participação social, com uma duração que em 2013 completa 18 anos de existência.

Entre reconfigurações e mediações, o Fórum foi construindo sua trajetória, se renovando anualmente, integrando novas pautas e principalmente novos atores

sociais. Por sua flexibilidade e capacidade de se adaptar aos diferentes contextos políticos institucionais, soube aproveitar as oportunidades políticas apresentadas, conquistando legitimidade e resultados para a agricultura familiar regional, tornando-se referência em processos participativos e democráticos no mundo rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. São Paulo: FEA/USP, 2005.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**. v. 02.03: 21 – 41, 2012.

ANGROSINO, Michael. Observação Etnográfica. In: Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANJOS, C. José; SILVA, S. Paulo. *A rede quilombola* como espaço de ação política. In: Neves, D.P (org.). Desenvolvimento Social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BASSO, D. **A produção e gestão das políticas públicas de políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos, Paraná**. In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BECKER, Howard. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BONNAL, P. G, KATO, K. **Análise comparativo das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial**. Prod. 2. Rel. 1. CPDA, UFRRJ, IICA, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 48 de 16 de setembro de 2004**. Propõe diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação . Diário Oficial da União, Seção 1 página 113, Brasília - DF 23/09/2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. **Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Série Documentos do CONDRAF 1; CONDRAF, Brasília, DF. Setembro de 2005.

_____. **Resolução nº 52 de 16 de fevereiro de 2005**. Aprova recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF para as institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Diário Oficial da União, Seção 1 páginas 44 e 45, Brasília - DF 17/02/2005.

_____, Portaria FCP nº 98 de 2007 - Fundação Cultural **Palmares**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em 29.07.2012

_____. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1 nº 38 Brasília - DF, 26 de fevereiro de 2008.

_____. **Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008**. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30/mai./2008. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pro_infancia/por_interministerial_n127_29052008.pdf> Acesso em 06 Out. 2009

_____. **Territórios da Cidadania. Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades**. Brasília, DF: Gráfica Athalaia, 2010.

CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CEA D'ANCONA, Maria Angeles. El análisis de la realidad social: Aproximaciones metodológicas. In: Metodología cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social. Madrid: Síntesis, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. POUPART, Jean et al. Trad. Ana Cristina Nasser. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. **Território Zona Sul do Estado Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2008.

_____. **Alimentando a cidadania: a força da sociedade civil junto à políticas públicas**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

_____. **PTDRS** Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas, 2009.

_____. **Revelando os quilombos no Sul**. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

_____. **Um novo olhar sobre o Território Zona Sul**. Pelotas, 2013.

DE LA GARZA. La epistemología crítica y el concepto de configuración. **Revista Mexicana de Sociología**, 2001. Disponível em <<http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/articulos/configuraciones.pdf>> Acesso em 14 nov. 2012.

DEPONTI, M. Cidonea, ALMEIDA, Jalcione. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: CONGRESSO

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI, 2008, Rio Branco, Acre. **Anais do...** Rio Branco, Acre: SOBER, 2008, s/p.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: I. Campo do signo, 1945/1966.** São Paulo: Ensaio, 1993.

DUTRA, M. V. F, **Direitos quilombolas: um estudo de impacto da cooperação ecumênica** - Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa / Portugal: EDIÇÕES 70, Ltda., 2008.

_____. **Envolvimento e alienação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos & ensaios; In: Estado, processo, opinião pública.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FARIA, C. F. **O processo decisório do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul: da deliberação pública à representação política.** In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (orgs) Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

FAVARETO, A. et. al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios.** Brasília: IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12), 2010.

FAVARETO, A.; DEMARCO, D. **Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR, atas, documentos, relatórios, listas de presença, Arquivo CAPA, 2004-2012.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIL, Antônio Carlos. Observação. In: Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Entrevista. In: Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: Melucci, Alberto (Org.). Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar.** Porto Alegre: [s.n.], 2008. 116 p.

ISUNZA VERA, E. **Instituciones y actores de la participación ciudadana en México. ¿Salida coyuntural a la crisis de legitimidad o cambios estructurales para la democratización?** In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (orgs) Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

LOTTA, G.S., PAVEZ, T.R. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania/v. 15 n 56.** São Paulo: 2010.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica** (Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário). 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MATTEI, L; CAZELLA, A. A. **Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Brasília: MDA/SDT – CONDRAF, 2005.

_____. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais – Documento Institucional 02.** Brasília: MDA/SDT, 2005. 28 p.

MORUZZI MARQUES, P. E. **Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais e de desenvolvimento rural.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. In: Nussbaumer, B.; Ros, C.C (ed.). Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

NEVES, D.P. Mediação social e mediadores políticos. In: Neves, D.P (org.). Desenvolvimento Social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, H. **Apresentação.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, V.L. A construção do sujeito ecologista e os processos de mediação e resistência. In: Nussbaumer, B. e Ros, C.C (ed.). Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

PELWING, B. Andréia; FRANK, B. Lúcia; BARROS, B. de, Ingrid. **Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul**. RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 391-420, abr/jun 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a05.pdf>> Acesso em 27.03.2013

PEREIRA, M. de Lourdes D. **As políticas públicas locais e os processos de “hibridação” no Brasil e na América Latina**. In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (orgs) Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

PERERA, F. Apes; COSTA, C.C. João. O uso de metodologias participativas na democratização do conhecimento: avaliação de rede de referência na Região Sul do RS. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, nº 18, p. 123 – 146, Jul – Dez de 2009.

PICOLOTTO, E. L. “Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM, 2006. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural/>>. Acesso em 17 de julho de 2012

_____. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. Centro de Estudios Histórico Rurales. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata. **Mundo Agrario**, vol. 9, nº 18, primer semestre de 2009.

_____. Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 91, dezembro de 2008;

PICOLOTTO, E. L. Diesel, V. Implicações da Apropriação da Categoria “Agricultura Familiar” na Trajetória da Organização dos Agricultores do Alto Uruguai do RS. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí: ano 6, n. 11, jan./jun. 2008

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

REICHERT, L. J., GOMES, J. C. C. Pesquisa participativa em rede de referência. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Vol. 1, nº 1, nov. 2006.

ROS, C.C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: Neves, D.P (org.). Desenvolvimento Social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RUBERT, R. A., SILVA, P. S. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: **Diversidade do campesinato:**

expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

SCHMITT, C.J. (coord.). **Relatório de Pesquisa: Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural.** 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª ed. 2009.

SDT/MDA. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2009,** Brasília, 2009.

SILVA, M. K. **Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para análise dos processos de participação social no Brasil.** In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (orgs) **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

_____, De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos** 46(1):2-9, janeiro/abril, 2010.

_____. Da participação à Mediação: reconfigurações das relações sociedade-Estado em quatro experiências de Orçamento Participativo no Brasil. In: Nussbaumer, B. e Ros, C.C (ed.). **Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública.** Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. **Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural.** 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, M. K; SCHNEIDER, S. **A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997 – 2000).** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural.** 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SKOCPOL, T. **Diminished Democracy: from membership to management in American civic life.** Norman: University of Oklahoma Press, 2003.

SURITA, R. Et al. **Descobri que tem raça negra aqui**. Pelotas: s. ed, 2007

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

VALLES, Miguel. Genealogia histórica y planteamientos actuales acerca de la investigación cualitativa. In: Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 1997.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. La investigación cualitativa. In: Estratégias de investigación cualitativa. VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (Org.) Barcelona: Gedisa, 2006.

_____, Los estudios de caso en la investigación sociológica. In: Estratégias de investigación cualitativa. VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (Org.) Barcelona: Gedisa, 2006.

VETROMILLA, E. M. M. **Estação Experimental Cascata: 75 anos de pesquisa**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZONA sul: Capa realiza o 2º Encontro Regional de Comunidades Quilombolas em São Lourenço do Sul. **Diário Popular via internet**. Pelotas, RS. 12.09.2005.
Disponível em: < http://srv-net.diariopopular.com.br/12_09_05/tc060904.html >
Acesso em 15 de nov. de 2012.